



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Lutas por direitos trabalhistas de canavieiros do Brejo Paraibano
durante o contexto da redemocratização
(Usina Santa Maria, 1987-1988)**

RAQUEL ROCHA DA SILVA

JOÃO PESSOA/PB
2024

**Lutas por direitos trabalhistas de canavieiros do Brejo Paraibano
durante o contexto da redemocratização
(Usina Santa Maria, 1987-1988)**

RAQUEL ROCHA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Área Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

2024

Lutas por direitos trabalhistas de canavieiros do Brejo paraibano durante o contexto da “redemocratização” (Usina Santa Maria, 1987-1988)

Raquel Rocha da Silva

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) em 30 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Departamento de Geografia – Universidade Estadual da Paraíba
Examinador Externo



Prof. Dr. Carlos André Macêdo Cavalcanti
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586l Silva, Raquel Rocha da.

Lutas por direitos trabalhistas de canavieiros do Brejo Paraibano durante o contexto da redemocratização (Usina Santa Maria, 1987-1988) / Raquel Rocha da Silva. - João Pessoa, 2024.
109 f. : il.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Canavieiros - Direitos trabalhistas. 2. Trabalhadores rurais. 3. Justiça do trabalho. 4. Lutas sociais. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 331:349.2(043)

In memoriam

Àquele que um dia me abraçou forte e disse que era meu pai.

Àquele que me corrigiu quando foi necessário;
e com sua sabedoria de agricultor ensinou-me mais do que
plantar ou colher, mas de ser uma pessoa humilde e de valor;

Àquele que, apesar das incompreensões de minhas
necessidades, me acolheu pela segunda vez!

A você, meu avô, Paulo Delfino da Rocha, lhe dedico.

Dedico também ao meu pai, João Clementino da Silva.

Apesar da brevidade de nossa convivência, sei que me
amava.

Aos meus avós paternos, Alzira Clementino da Silva e José

Eduardo Clementino da Silva, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente e acima de tudo!

Para não correr o perigo de esquecer de mencionar algumas pessoas, eu agradeço a todos aqueles e aquelas que dedicaram seu tempo para me ajudar, aconselhar, orientar ou dar uma palavra de incentivo neste período da dissertação.

À minha amiga Marina Barros, que me acolheu em sua casa para a realização da entrevista de mestrado, agradeço de coração! Às minhas comadres Ellen Hortência e Vitória Rocha, pelo constante incentivo.

À minha filha Joana Beatrice, que desde sua chegada tem me dado forças para lutar e levantar a cada obstáculo. A maternidade é indescritível e te leva aos extremos tanto de dor quanto de amor. Agradeço a Deus imensamente pela oportunidade de tê-la como filha!

Ao meu companheiro Joilson Custódio pelo incentivo até aqui. Sua ajuda na coleta de dados em arquivos foi de grande valia enquanto as crises alérgicas me atacavam. Meu muito obrigada!

A Lidineide Vieira, que me ajudou na retomada dos estudos e pesquisa nos arquivos, meu muito obrigada. Agradeço por ter conhecido uma pessoa tão companheira e verdadeira. Admiro-te e quero-te muito bem!

Ao meu orientador, Tiago Bernardon, pela sua generosa paciência que buscou compreender meus momentos difíceis, mesmo com tantos atrasos e descumprimento de datas; seu compromisso é verdadeiro e consistente. Minha sincera gratidão, admiração e respeito!

Ao Serviço de Educação Popular (SEDUP), pela acolhida e experiência na organização do arquivo. Em especial a Rosângela, Cleanthro e Edilma, pela generosa acolhida desde o primeiro dia.

Ao GEPEHTO - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História do Trabalho, por reuniões calorosas e repleta de conhecimento.

À professora Luciana Calissi, coordenadora atual do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), que gentilmente me acolheu na “casa” novamente.

Aos meus colegas de mestrado da turma 2021, todo meu respeito e admiração. Agradeço por ter sido colega de todos vocês: Ana Estrela, Ana Livia, Bruna Lima, Dinho Zâmbia, Flaviano Ferreira, Francisco Diogo, José Francisco, Juciene Raquel, Julio Cesar Nascimento, Leonília Mendes, Livia Lemos, Luan Sanches, Luísa Mendonça, Luiza Paiva, Matheus Pereira,

Milena Dôso, Paulo Lima e Williams Cabral.

Minha gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), que tanto contribuíram com o processo formativo ao longo do curso de mestrado, tratando com zelo e responsabilidade o corpo discente. Em especial, agradeço aqueles com quem compartilhei aprendizados nas disciplinas ofertadas no mestrado: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, Prof. Dr. Gladson Paulo Milhomens Fonseca, Prof. Dr. Elio Chaves Flores e o Prof. Dr. Tiago Luís Gil. Igualmente, cabe minha sincera gratidão ao Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima, que me acolheu em sua disciplina “História Social do Trabalho e Materialismo Histórico: questões teóricas e de historiografia”, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG).

Agradeço ao Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa e ao Prof. Dr. Carlos André Macêdo Cavalcanti, que aceitaram compor a banca de defesa da dissertação em pleno janeiro. Minha sincera gratidão!

Agradeço a Geraldo Neves, da secretaria do PPGH-UFPB, que sempre nos atendeu com gentileza e atenção.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), órgão que possibilitou que esse trabalho fosse desenvolvido e concluído.

A jornada que percorremos ao longo da vida é repleta de surpresas. Quando tudo parecia que estava encaminhado, surgiam outros caminhos, de naturezas muito diversas, que impactaram fortemente minha vida pessoal e o desenvolvimento da pesquisa, mas ao final trouxeram muitas experiências. Este processo dissertativo foi longo, difícil e complexo, mas estou aqui para agradecer por toda esta caminhada e apoio que recebi até aqui.

Gratidão à vida! Adiante!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a luta por direitos trabalhistas dos ex-trabalhadores da Usina sucroalcooleira Santa Maria, localizada nos municípios de Areia, Pilões e Serraria, no estado da Paraíba. O recorte temporal compreende os anos de 1987 e 1988, que marcam os primeiros anos da implantação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira. A Usina Santa Maria empregava cerca de quatro mil e quarenta trabalhadores e se constituía como o maior empreendimento agrícola da região do Brejo Paraibano. Na década de 1980, porém, a crise do PROÁLCOOL e do setor sucroalcooleiro culminou com o fechamento desta usina, gerando desemprego em massa na região. O período de estudo está situado no contexto político de fim da ditadura e de redemocratização brasileira, quando, no contexto do Brejo paraibano, a implementação da Justiça do Trabalho na região foi uma resposta parcial e institucional às expectativas dos trabalhadores rurais quanto ao surgimento de novas oportunidades e instrumentos de luta por direitos trabalhistas. Utilizaremos como fontes de pesquisa autos-findos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), correspondente ao estado da Paraíba, e que estão disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), e documentos iconográficos do Serviço de Educação Popular (SEDUP), localizado na cidade de Guarabira/PB.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais; Justiça do Trabalho; Lutas Sociais; Canavieiros.

ABSTRACT

This work aims to analyze the struggle for labor rights of former workers at the Santa Maria sugar and alcohol plant, located in the municipalities of Areia, Pilões and Serraria, in the state of Paraíba. The time frame covers the years 1987 and 1988, which mark the first years of the implementation of the Conciliation and Judgment Board in the city of Guarabira. Usina Santa Maria employed around four thousand and forty workers and was the largest agricultural enterprise in the Brejo Paraibano region. In the 1980s, however, the crisis of PROÁLCOOL and the sugar and alcohol sector culminated in the closure of this plant, generating mass unemployment in the region. The period of study is situated in the context of consolidation of Brazilian redemocratization, when the presence of the Labor Court begins to represent expectations for workers regarding the emergence of new opportunities and instruments to fight for labor rights. We will use as research sources the records of the Guarabira Conciliation and Judgment Board, linked to the Regional Labor Court of the 13th Region (TRT-13), corresponding to the state of Paraíba, and which are available at the Historical Documentation Center of the Humanities Center from the State University of Paraíba (NDH-CH/UEPB) and, the iconographic documents from the Popular Education Service (SEDUP), located in the city of Guarabira/PB.

Keywords: Rural Workers; Work justice; Social Struggles; Sugarcane workers.

LISTA DE SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CODH – Centro de Orientação dos Direitos Humanos

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

ET – Estatuto da Terra

FETAG-PB – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

MAC – Movimento de Adolescentes e Crianças

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NDH-CH/UEPB – Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba

PCB – Partido Comunista do Brasil

PEM/PROCEP – Projeto Educativo do Menor

PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PR – Pastoral Rural

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SEDUP – Serviço de Educação Popular

STRs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

TRT-13 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: As Mesorregiões da Mata, Agreste, Borborema e Sertão da Paraíba – 1989

Mapa 2: As Mesorregiões da Mata e Agreste e seus Municípios – 1989

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Cartaz da Semana Sindical, 1981

Imagem 2: Cartaz da Semana Sindical, 1981

Imagem 3: Cartaz da Semana Sindical, 1981

Imagem 4: Folheto “Nosso grito, Nossa Luta!

Imagem 5: Folheto “Nosso grito, Nossa Luta!

Imagem 6: Folheto “Nosso grito, Nossa Luta!

Imagem 7: Folheto “Nosso grito, Nossa Luta!

Imagem 8: Cartaz Semana Sindical “Vamos lutar por nossos Direitos”, 1983

Imagem 9: Usina Santa Maria

Imagem 10: Desenho das Vilas operárias da Usina Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970	21
1.1 Breve histórico do surgimento da luta pela Reforma Agrária.....	21
1.2 O Brejo Paraibano: primeiros cultivos e modernização da atividade canavieira ao longo da segunda metade do século XIX e século XX.....	27
1.3 A categoria de morador: entre a obrigação e o compromisso.....	34
1.4 A emergência dos conflitos sociais como expressão da resistência pela terra no Brejo Paraibano.....	40
2. A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: IGREJA, SINDICALISMO RURAL E LEIS TRABALHISTAS NO CAMPO	53
2.1 A Igreja Católica e sindicatos rurais no Brejo Paraibano	54
2.2 Sindicalismo rural e atuação no Brejo Paraibano	59
3. A USINA SANTA MARIA E A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS	76
3.1 A Usina Santa Maria: proprietários, auge, falência.....	76
3.2 Aspectos das estratégias jurídicas entre capital e trabalho	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
ACERVOS E BIBLIOGRAFIA	101

INTRODUÇÃO

Nesta proposta de trabalho dissertativo, temos por objetivo apresentar um cenário de conflitos dos trabalhadores rurais do Brejo Paraibano durante os anos de 1987 e 1988, mais precisamente em uma área que corresponde a partes dos municípios de Areia, Pilões e Serraria. O conflito se configura na luta pelos direitos trabalhistas, resultado do descumprimento das garantias trabalhistas por parte da sucroalcooleira Usina Santa Maria.

Nesta perspectiva, propomos compreender a trajetória de luta destes trabalhadores rurais, ex-assalariados da Usina Santa Maria, sediada no município de Areia. Alegando desrespeito a alguns direitos trabalhistas por parte da empresa, trabalhadores recorreram à Justiça do Trabalho em fins da década de 1980. Posteriormente, na década de 1990, passaram a empreender uma luta pela desapropriação das terras da usina após sua falência com vistas à constituição de um assentamento rural. Contudo, nosso objetivo se concentra apenas na luta pelos direitos trabalhistas, apesar de mencionarmos em alguns momentos a luta pelas terras da usina e sua desapropriação. Para tal, tomamos como recorte temporal os anos de 1987 e 1988, que correspondem aos anos iniciais da implantação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira, responsável por acolher ações de Direito do Trabalho na região que também abrangia, à época, municípios do Brejo. Neste sentido, buscaremos compreender essas frentes de lutas a partir da tomada de consciência destes trabalhadores rurais junto às entidades locais que traçaram estratégias e mobilizações de enfrentamento à situação vivenciada entre as décadas de 1980 e início da de 1990, em um contexto marcado pelos esforços de redemocratização, depois de 21 anos de ditadura.

A Usina Santa Maria teve seu auge de produção e expansão de território durante o Programa Nacional do Alcool (Proálcool)¹. Porém, na década de 1990, a crise do Proálcool e do setor sucroalcooleiro culminou com o fechamento de muitas usinas, inclusive a Usina Santa Maria, gerando desemprego em massa e acarretando um colapso econômico e social

¹ Instituído pelo Decreto n. 76.593, de 14/11/1975, o PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool foi criado em meados da década de 70, pelo Governo Federal, tendo por objetivos principais, inicialmente, encontrar uma saída para a crise da indústria do açúcar e suprir a crise internacional do petróleo, incentivando o aumento da produção do álcool como combustível automotivo. No entanto, em meados da década de 80, o Programa praticamente passou a inexistir, em sua essência, por uma série de fatores, entre estes a queda nos preços internacionais do petróleo.

nas regiões canavieiras, especialmente no Brejo Paraibano. Conforme se procurará demonstrar ao longo desta Dissertação, pouco tempo antes de falir, a Usina buscou regularizar toda a situação da empresa, inclusive quitando as dívidas trabalhistas. Em profunda crise, contudo, decretou falência total no ano de 1993.

A área de desenvolvimento da pesquisa localiza-se na microrregião do Brejo Paraibano² e compreende três municípios, Areia, Pilões e Serraria, localizados a cerca de 50 km da cidade de Guarabira e a 160 km da capital da Paraíba, João Pessoa. Os três municípios vizinhos possuem características em comum de relevo, vegetação e clima propício para agricultura, atividade central de sua economia³.

Para tanto, uma parte das fontes primárias utilizadas nessa pesquisa são da Justiça do Trabalho entre os anos de 1987 e 1988 e que se encontram acessíveis no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH- CH/UEPB), em Guarabira. As fontes selecionadas são autos-findos conservados nesse acervo movidos por trabalhadores da Usina Santa Maria S/A. Utilizaremos também documentos iconográficos e escritos mantidos no acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP), também sediado em Guarabira, produzidos nas décadas de 1980 e 90 e voltados para a educação popular (social) dos trabalhadores rurais, que, junto com outros setores, tinham participação ativa nas reuniões de mobilização. Essas fontes são constituídas por fotos, reportagens jornalísticas, campanhas, relatórios, cartilhas, material de “clipagem”⁴ entre outros. Muitos desses materiais foram produzidos pelo SEDUP junto às comunidades na qual a entidade atuava.

A análise dessas fontes buscará, ao menos em parte, responder algumas inquietações, como, por exemplo, a de entender como se deu a luta jurídica e social dos ex-assalariados da Usina Santa Maria. Quem estava encabeçando estas lutas? Como se davam as relações de emprego no meio rural na região e por que era tão comum se negar direitos trabalhistas? Para responder a essas perguntas, é necessário entender o contexto da região do Brejo Paraibano, tanto economicamente como socialmente.

² A microrregião do Brejo Paraibano é composta por oito municípios: Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Borborema, Bananeiras, Matinhas, Pilões e Serraria.

³ SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). **Geração de Renda com Mulheres Trabalhadoras do Projeto de Assentamento São Francisco – Pilões – Paraíba**, 2002. Relatório de projeto, Guarabira (Coordenação Associação Margarida Maria Alves do Projeto de Assentamento São Francisco – Pilões).

⁴ Refere-se a notícias recortadas de jornais/revistas presos com um clipe formando uma espécie de caderno que contém as informações do tipo da fonte, ano e assunto.

Evidenciar que o cenário Paraibano foi movido por diversos conflitos em prol dos direitos trabalhistas e por direitos sociais não é uma tarefa difícil diante de tantos casos expostos ao longo do tempo. Lembremos, por exemplo, do trágico assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, no ano de 1983, que lutava em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente pela garantia e registro da Carteira de Trabalho, jornada de oito horas de trabalho e 13º salário, entre outros. Esta importante sindicalista atuava junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, município que também faz parte do Brejo Paraibano e que também tinha na produção sucroalcooleira sua principal atividade econômica. No alvorecer da década de 1980, período de conturbado processo de encerramento da ditadura e de conflitos e expectativas em torno da chamada redemocratização, defender os direitos dos trabalhadores tornava-se cada dia mais incômodo para o patronato que, de forma geral, mantinha a classe trabalhadora em condições de superexploração de sua força de trabalho.

Para apontar ainda mais esta conjuntura historiográfica paraibana sobre questões correlatas à nossa investigação, podemos nos reportar a diversas produções acadêmicas nas áreas de Sociologia, Geografia e História, traçando assim um rápido panorama de estudos sobre estes atores sociais. Dentre eles podemos citar: as obras de Emília Moreira e Ivan Targino⁵, que nos remetem à ideia de espaço agrário e às suas transformações; a dissertação da socióloga Graciete Dias Pontes⁶, que aborda a expansão canavieira através dos incentivos do Proálcool no Brasil e, sobretudo, na Paraíba; os textos do geógrafo Marcos Antônio Mitidieiro Júnior⁷, que estuda o surgimento dos movimentos sociais diretamente apoiados por parte da Igreja Católica influenciado pela Teologia da Libertação; os trabalhos do historiador Francisco Fagundes de Paiva Neto⁸ e do geógrafo Diego Pessoa Irineu de França⁹, que

⁵ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

⁶ PONTE, Graciete Dias. **De assalariados a assentados**: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no Município de Pilões – PB. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/Universidade de Santa Catarina, 2011.

⁷ MITIDIERO JR., Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da libertação, luta pela terra e ação da Comissão Pastoral da Terra no estado a Paraíba. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia/Universidade de São Paulo, 2008.

⁸ PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **A trajetória religiosa-política do Padre Luigi Pescarmona (1960-2010)**: entre o *habitus* partição e o assistencial. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012

⁹ FRANÇA, Diego Pessoa Irineu. **A ação da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande- PB**. João Pessoa: Mestrado em Geografia/ Universidade Federal da Paraíba, 2014.

dialogam sobre a atuação da Igreja Católica junto aos trabalhadores do campo nas décadas de 1980 e 1990; o estudo do sociólogo Giuseppe Tosi¹⁰, que fez uma discussão sobre o processo de expropriação e assalariamento dos trabalhadores e que trata ainda da luta por direitos trabalhistas junto ao SEDUP – Serviço de Educação Popular, entidade na qual o próprio autor atuou; e o de Orlandil de Lima Moreira¹¹, também sociólogo e atuante junto ao SEDUP, que fez um importante estudo sobre a história de organização popular e fortalecimento das lutas do povo no Nordeste brasileiro, sobretudo no Brejo Paraibano também entre as décadas de 1980 e 1990. No entanto, apesar dessas relevantes pesquisas, com as quais serão travados diálogos oportunamente ao longo desta Dissertação, temos um déficit de produções historiográficas que tratam da luta pelas garantias trabalhistas na região. Na área de História, propriamente, temos apenas alguns trabalhos mais recentes, como as Dissertações de Mestrado de Diognnys Cardoso Estevam¹², um estudo sobre ações judiciais acionadas por menores e seus representantes contra seus empregadores entre os anos de 1987 e 1990, e de Lidineide Vieira da Costa¹³, uma análise sobre o processo de luta por direitos trabalhistas dos assalariados rurais da cana-de-açúcar no Agreste e Brejo Paraibano.

Quanto aos aportes teórico-metodológicos sobre as principais fontes documentais consultadas para a presente pesquisa, os autos-findos movidos junto à Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), podemos apresentar alguns autores que discutem sobre esta temática de forma mais abrangente. Vale destacar que as fontes da Justiça do Trabalho vêm ganhando visibilidade na historiografia brasileira recente, ou seja, desde meados da primeira década do século XXI, pela sua importância e necessidade de preservação, guarda e disponibilização para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica.

Neste sentido, é válido ressaltar que esta pesquisa só é possível graças ao convênio estabelecido entre o TRT-13 e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mais

¹⁰ TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano. Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1988.

¹¹ MOREIRA, Orlandil de Lima. **Educação Popular na Paraíba**: memória e história do SEDUP. Curitiba: CRV, 2021, p. 228.

¹² ESTEVAM, Diognnys Cardoso. **Trabalho infantojuvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2019.

¹³ COSTA, Lidineide Vieira da. **A conquista de direitos trabalhistas**: lutas sociais dos Assalariados rurais da cana-de-açúcar no Agreste e Brejo Paraibano (1980-1987). João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2019.

especificamente no Campus III, localizado em Guarabira, e que deu origem ao Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades (NDH-CH/UEPB). Graças a este convênio, pude desenvolver, inclusive, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Licenciatura em História na mesma UEPB, em 2015, intitulado *Questão agrária e luta por direitos trabalhistas em uma região açucareira (Pilões – PB, 1987)*, e que é a base primeira para o desenvolvimento da presente Dissertação de Mestrado em História junto ao PPGH-UFPB.

Esta iniciativa, baseada em esforços similares anteriores em outras partes do país, tem contribuído na preservação dos processos trabalhistas do TRT-13, cujo objetivo maior é reverter o atual quadro de descarte de tal documentação, possibilitada pela Lei nº. 7.627/87, segundo a qual, em seu primeiro artigo, “Fica facilitado aos tribunais do trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contando do prazo da data do arquivamento do processo”. A luta pela conservação destes processos nos últimos anos é intensa em todo o Brasil, mas um paliativo tem sido os convênios firmados com as universidades para a preservação e guarda destes documentos como fonte de pesquisa, como é o caso na região interiorana do Brejo Paraibano na cidade de Guarabira¹⁴.

É importante destacar que em outras regiões do Brasil tem-se possibilitado aos pesquisadores em geral alargar o debate da temática entre História, Justiça e Trabalho. O NDH-CH/UEPB seguiu o exemplo dos convênios na Universidade Federal de Pelotas (UFPel)¹⁵, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), entre outros. Desses esforços, merece especial destaque o caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pioneira em convênios deste tipo, onde, a partir de 2003, se ampliam, em particular, estudos referentes aos trabalhadores canavieiros

¹⁴ Pouco tempo depois desta documentação ter sido estabelecida na UEPB, foram desenvolvidos e concluídos 5 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação e 2 Dissertações de Mestrado em História. Além da presente Dissertação, tem-se notícia de que se encontra em desenvolvimento ao menos 1 Tese de Doutorado em História. Sobre a trajetória de constituição do NDH-CH/UEPB e do convênio para preservação dos autos- findos da JCJ de Guarabira do TRT-13, ver: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2015, p. 139-157.

¹⁵ Ver LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

pernambucanos por meio dos processos do TRT-6¹⁶. A importância desta ação traz aos olhos do pesquisador uma nova abordagem das relações entre capital e trabalho, permitindo, por exemplo, aos historiadores analisarem diversas temáticas do mundo do trabalho, como os conflitos, negociações entre empregadores e trabalhadores intermediados pela Justiça do Trabalho¹⁷.

Portanto, estas parcerias têm permitido o surgimento a longo prazo de importantes estudos com autos-finhos da Justiça do Trabalho. A doação dos autos-finhos à UEPB possibilitou, por exemplo, que houvesse o I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB, realizado entre 12 e 14 de agosto de 2013, no Centro de Humanidades, Campus III, da Universidade Estadual da Paraíba. Organizado pelo professor Tiago Bernardon de Oliveira, os debates traçavam uma análise histórica sobre o trabalho e os trabalhadores do Nordeste com painelistas vindos da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas¹⁸. Foi uma oportunidade de debate e expansão do conhecimento histórico como forma de ação política, envolvendo não apenas os estudantes e professores do curso de História, mas toda a comunidade acadêmica do Centro de Humanidades da UEPB, entre eles os estudantes e professores dos cursos de Geografia, Pedagogia, Letras e Direito.

O evento possibilitou uma troca de experiências, sobretudo na importância do despertar de consciência quanto à necessidade do salvamento e manutenção de acervos judiciais na Paraíba. Nessa perspectiva, apresentou-se o potencial do Núcleo de Documentação Histórica no Centro de Humanidades da UEPB (NDH-CH/UEPB) por meio da documentação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Toda a documentação, que estava prestes a ser descartada definitivamente, representa um acervo riquíssimo das fontes da Justiça do Trabalho sobre as lutas sociais em Guarabira e região e o quanto é

¹⁶ DABAT, Christine Rufino. Os arquivos do TRT da 6ª Região enquanto fonte para a História Social de Pernambuco. **III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. Recife: Nova Livraria, 2008, p. 139-162; DABAT, Christine Rufino; LIMA, Socorro de Abreu e. **Trabalhadores em sociedades açucareiras**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010; DABAT, Christine Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 359-400.

¹⁷ CORRÊA, Larissa Rosa. **A Tessitura dos Direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964**. São Paulo: LTr, 2011, p. 15-36.

¹⁸ Deste evento, resultou o livro OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análise de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

importante preservá-la e torná-la acessível à comunidade que a produziu. Nesse propósito, o acervo atende a diversas temáticas de pesquisa, tanto de relações sociais de trabalho rural quanto urbano. A extensa massa documental não representa apenas quantitativos dos números de casos, mas o despertar da luta de inúmeros trabalhadores pela reivindicação de garantias trabalhistas. Ao passo que vamos nos aproximando da análise das fontes judiciais, nós, pesquisadores da área de História, percebemos que as diversas experiências de adentrar na luta jurídica por direitos trabalhistas revelam traços importantes para a investigação histórica, principalmente pelos aspectos particulares da região interiorana.

No entanto, de nada adiantaria estes vestígios do passado se não houvesse um interesse prévio pelas fontes. O papel de aparência amarelada e empoeirada por si só não diz nada se não houver uma mediação de reflexão por parte do investigador. Compete ao historiador, portanto, questioná-los a ponto de tornar tais documentos fontes de pesquisa a conferir densidade analítica à sua investigação.

Assim as fontes têm um “modo conflituoso entre a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecê-lo integralmente à leitura, de jogar com seu lado espetacular e com seu conteúdo ilimitado, e a razão, que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido”¹⁹. É preciso, portanto, “captar as falas” e reconhecer que aquele documento amarelado e frágil, muitas vezes, traz uma fala imperceptível de homens e mulheres sobre determinado contexto social e, por isso, sem essa relação de tensão e questionamentos promovidos pelo investigador, tais vestígios pouco podem dizer.

Apenas a partir do contato e da análise da documentação é possível levantar alguns questionamentos, traçar objetivos para entender a conjuntura vivenciada na região do Brejo Paraibano. Nesse sentido, a partir dos autos-findos para esta proposta de pesquisa é relevante:

- a) Analisar a importância da implantação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira (1987) como um instrumento de fácil acessibilidade para os trabalhadores interioranos que recorriam à Justiça do Trabalho para reivindicar direitos; levando em consideração que antes da implantação da JCJ na cidade de Guarabira o acesso à Justiça do Trabalho era mais difícil, sobretudo, devido ao deslocamento para a capital ou outros estados;
- b) Outro ponto importante seria compreender a crise da Usina Santa Maria em

¹⁹ FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 21.

fins da década de 1980, e os impactos econômicos causados aos trabalhadores rurais e canavieiros na região do Brejo Paraibano, já que a empresa sucroalcooleira empregava cerca de quatro mil e quarenta trabalhadores;

c) E por último tomamos como objetivo investigar a relação entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Serviço de Educação Popular (SEDUP) com os ex-assalariados da Usina Santa Maria e o caráter organizacional dessas entidades junto aos trabalhadores rurais da região, uma vez que essa aproximação das entidades com os ex-assalariados foi essencial para a organização dos trabalhadores na conquista de direitos trabalhistas e, posteriormente, das terras da usina.

Após definir os objetivos deste estudo e de lançar um olhar sobre as fontes, deve-se considerar algumas linhas situando a corrente historiográfica na qual a pesquisa está inserida. Segundo José Barros D' Assunção, podemos ver a historiografia como um vasto universo de informações percorridos por inúmeras redes, pelas quais cada profissional encontra a sua conexão exata e particular²⁰. Assim, partindo das escolhas postas, o viés da História Social melhor se aplica para compreender os processos, experiências e organizações de determinados grupos. Aqui buscaremos compreender como se deu este processo dos moradores e ex-assalariados da Usina Santa Maria levando em consideração as duas frentes de lutas aqui descritas.

Dentro desta proposta, trazer à luz experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do campo de uma região interiorana com dinâmicas próprias é de fundamental relevância, já que são homens e mulheres agentes de sua própria história. Sendo assim, esperamos contribuir com a produção e debates historiográficos, dando ênfase a um processo quase desconhecido nas narrativas existentes, seja pelas resistências veladas, ou da própria abstração frente à luta por direitos. Podemos incluir ainda neste cenário historiográfico o que se chama “História vista de baixo”²¹, perspectiva que visa “explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada...”²². Entendemos que a proposta desse trabalho ainda não foi estudada de modo aprofundado pela historiografia,

²⁰ BARROS, José D' Assunção **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 9.

²¹ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

²² Ibidem, p. 41.

apesar de já termos citado alguns estudos importantes acima. O que confere certa originalidade na pesquisa são as fontes documentais do judiciário trabalhista possibilitando, assim, discussões pertinentes não apenas no cenário local, mas regional e que engloba as redes e conexões aos “mundos do trabalho” no cenário paraibano. Aproximando-me das fontes para tratá-las metodologicamente, o primeiro passo é pensar nas perguntas que devem ser feitas aos documentos. Perguntas simples, mas que criam todo um contexto a ser pensado e discutido. Ao fazer tais perguntas é primordial pensarmos: a) O que esses documentos nos dizem? b) Como o diz? c) Quem o fez? d) Quando o fez? e) Em nome de quem o fez? f) Qual o propósito de tal documento? g) Qual relação da fonte, no momento de sua produção, com a realidade mais ampla à qual o historiador quer chegar? h) Qual abordagem teórica fazer a partir da fonte? As fontes apresentam um potencial enorme, desde que sejam feitas as devidas perguntas.

As fontes escolhidas, conforme já foi apresentado, referem-se aos autos-findos das Juntas de Conciliação e Julgamento de Guarabira, documentos oficiais da Justiça do Trabalho do final da década de 1980. Além das fontes citadas, localizaremos materiais iconográficos do acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Contudo, o diálogo dessas fontes buscará amparo na bibliografia especializada oriunda de diversas áreas de conhecimento aqui já mencionados (História, Geografia, Sociologia, Economia etc.). Quanto aos autos-findos, especificamente os processos que envolvem a Usina Santa Maria, de um total localizado de noventa e duas ações²³, trataremos de algumas ações quanto aos principais direitos reclamados o desfecho dos litígios.

Os dados colhidos nos autos-findos mencionados são: a) Dados do Processo: Junta de Conciliação; Número de processo; tipo de ação; objetivo da ação; resultado; b) Dados do Trabalho: nome do trabalhador; gênero (masculino ou feminino); profissão; data de admissão; data de demissão; jornada de trabalho; função; município e vinculação ou não com o Sindicato Rural. Os dados coletados possibilitaram o entendimento das noventa e duas ações abertas, de quantas foram arquivadas, conciliadas, acordadas, julgadas procedentes em parte, os principais direitos reclamados e uma média de quantos anos um trabalhador vinculava-se à usina.

Neste sentido, esta pesquisa seguiu alguns passos. Em primeiro lugar, o levantamento

²³ Foram localizadas e selecionadas noventa e duas ações trabalhistas contra a Usina Santa Maria, porém o quantitativo entre os anos de 1987 e 1988 é maior. Por motivos de saúde e por períodos de fechamento do arquivo devido à pandemia de covid-19, não foi possível localizá-las na sua totalidade. Apesar disso, acreditamos que a seleção dessas ações atende ao objeto de estudo desta dissertação como amostragem do conjunto dos processos.

da revisão bibliográfica dos temas a serem tratados numa análise historiográfica sobre questões envolvendo trabalhadores rurais, Justiça do Trabalho, redemocratização brasileira e movimentos sociais; em um segundo momento, uma análise qualitativa das fontes selecionadas que estão conservadas no acervo do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB (NDH- CH/UEPB) e no acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP) na cidade de Guarabira. Dentre o material analisado, encontram-se relatórios, panfletos das campanhas salariais e trabalhistas, fotos e recortes de jornais referente a notícias de conflitos sociais na região do Brejo Paraibano.

O acervo do SEDUP conta com materiais produzidos pelos próprios trabalhadores durante os cursos de formação de base, a exemplo de cartilhas e panfletos. A documentação que o Serviço de Educação Popular produziu ao longo dos anos encontra-se numa situação precária e isso tem gerado preocupação dos gestores, tanto que estão num trabalho de reorganização salvando o que podem para que não se percam por completo. Isso vem ocorrendo de forma lenta e gradual, mas torna-se urgente e fundamental preservar e salvaguardar a documentação. Para tanto, desde agosto do ano de 2021, o SEDUP conta com trabalho voluntário na perspectiva de contribuir para preservação da massa documental. Diretamente interessada no acesso da documentação, fui voluntária entre 2021 e 2022, enquanto realizava a pesquisa. O espaço disponível para o acervo é modesto e pouco favorável para acomodação da documentação, principalmente pelo atual estado precário que se encontra devido ao desgaste do tempo.

Ajudar no processo de organização e preservação desse acervo tem sido uma experiência grandiosa, para além do que requer o trabalho de pesquisa em um arquivo. A cada nova descoberta testemunhamos o quanto existe de material para pesquisa e de como nossa região é rica de experiências de lutas de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras ao longo do tempo. Ter acesso a essa documentação tornou-se um privilégio, tendo em vista a dificuldade que enfrentamos nos anos de pandemia do covid-19. Para tanto, devo dizer que sou imensamente agradecida à direção do SEDUP pela oportunidade de total acesso e pela confiança que depositaram no desenvolvimento deste trabalho.

Considerando o panorama exposto, é importante alertar que a pesquisa documental sofreu muitas alterações desde sua projeção inicial, sobretudo em relação às fontes mantidas pelo Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade

Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB)²⁴, o que acabou por impactar no resultado final da escrita da presente dissertação. Dessa forma, a organização foi distribuída em 3 capítulos.

O primeiro capítulo versará sobre as transformações socioeconômicas na região do Brejo Paraibano a partir da década de 1970: discutirá sobre o processo de impulso econômico da produção alcooleira no Estado da Paraíba; procurará entender o processo de aceleração da precarização após a implementação do Proálcool e as mudanças nas relações de trabalho na zona canavieira do Brejo Paraibano; e como, a partir disso, deu-se a emergência dos conflitos sociais na região.

Já no segundo capítulo falaremos da redemocratização no Brasil. Pretendemos discutir o que este contexto político representava para os movimentos sociais; dentro desta proposta, demos especial ênfase sobre como estava atuando o sindicalismo rural frente aos conflitos sociais e a posição da Igreja Católica no Brejo Paraibano.

No terceiro capítulo, finalmente, adentraremos especificamente no caso da Usina Santa Maria: o auge, falência e ações trabalhistas. Nosso objetivo é analisar, de forma qualitativa, os autos-fíndos movidos na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira (JCJ-Gba), e observar as estratégias empregadas entre capital e trabalho.

Esperamos que esta Dissertação possa contribuir na compreensão de parte da história de trabalhadores rurais do Brejo Paraibano, apontando como se davam parte das relações de trabalho e moradia nos domínios da cana-de-açúcar e nas usinas, tanto local como regional no período da chamada “redemocratização”.

Esse contexto descrito, apesar de tratar de um recorte e região específica, busca, portanto, dialogar com o espaço nacional e global, ao tratar também de mudanças de regime político no Brasil em uma economia capitalista, levantando aspectos de um tempo histórico marcado por inúmeras desigualdades econômicas e sociais contra as quais sujeitos agiram para transformá-las ao longo da história.

²⁴ Devido ao período em que o acervo ficou fechado devido ao contexto da pandemia de covid-19 e por motivos de saúde, tivemos que reorganizar a pesquisa no acervo, promovendo uma seleção qualitativa, entre os anos de 1987 e 1988.

1. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

Neste capítulo, iremos discutir as mudanças socioeconômicas ocorridas na Paraíba, sobretudo a partir da década de 1970, quando a produção alcooleira ganhou um impulso significativo nesta região. Para tanto buscaremos destacar quais os avanços e impactos ocorridos desse processo de crescimento econômico de produção e, principalmente, quais os retrocessos para a vida dos trabalhadores do campo. A partir disso, mostraremos as disparidades ocorridas nas relações de trabalho e moradia dos camponeses com a criação do Proálcool na região do Brejo Paraibano e como foram emergindo os conflitos pelo acesso e uso da terra. Para tanto, começaremos com uma breve contextualização histórica referente à concentração de terra no Brasil e de como a população foi resistindo a esse processo de concentração, expropriação e exclusão ao longo do tempo.

Ao longo deste trabalho tentaremos demonstrar alguns problemas alusivos à questão agrária que estão relacionados: a) à propriedade da terra, particularmente ao seu caráter privado e à sua concentração; b) aos processos de expropriação, expulsão e exploração dos camponeses e assalariados; c) à violência contra os trabalhadores; d) à produção, ao abastecimento e à segurança alimentar; e) aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; f) às políticas agrícolas e ao mercado; g) à qualidade de vida e à dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, cultural e política.

1.1 Breve histórico do surgimento da luta pela Reforma Agrária

O Brasil, até a década de 1960, era um país com população predominantemente rural e sua economia girava em torno da produção agrícola. Apesar disso, a população rural não dispunha de terra própria e muito menos de recursos para explorar e trabalhar a terra. A terra estava concentrada nas mãos de grandes latifundiários, configurando, assim, uma das mais

injustas estruturas fundiárias do mundo¹. Contudo, esse cenário tem raízes profundas desde o período colonial, quando o território brasileiro pertencia à Coroa portuguesa entre os anos de 1500 a 1822. Não temos por objetivo fazer uma longa retrospectiva histórica ao longo de 500 anos, apenas destacar que as terras brasileiras sempre estiveram concentradas nas mãos de uma minoria e que essa minoria sempre explorou a força de trabalho da maioria da população, o que gerou, ao longo do tempo, conflitos pela posse e uso da terra.

Assim, no Brasil temos uma grande concentração de terras e que vem ao longo de décadas gerando pobreza, desigualdade e violência contra inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais. Apenas para mencionar aqui, ao longo do período Imperial ocorreram alguns conflitos entre latifundiários e camponeses, tendo como motivo a posse e a apropriação fundiária, resultando em movimentos de cunho popular, a exemplo da Cabanagem do Grão-Pará, entre os anos de 1835-1840; a Balaiada, revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838-1841; e a revolta dos Quebra-Quilos, ocorrida nas províncias do Nordeste entre os anos de 1874-1875². Portanto, estes conflitos evidenciavam um período de resistência do campesinato contra os abusos de uma elite latifundiária que detinha para si a posse de grandes extensões de terras.

Já na Primeira República, dentre os conflitos de maior relevância, podemos citar a Revolta de Canudos, que ocorreu no interior da Bahia entre 1893 e 1897, e a Guerra do Contestado, no interior de Santa Catarina entre 1912 e 1916.³ Estes movimentos populares faziam oposição aos coronéis. Ambos envolveram os interesses dos latifundiários aliados ao governo republicano, que se via no desafio do fortalecimento político e necessitava do apoio dos proprietários fundiários, também grandes chefes locais. Destacamos também a região do norte do estado do Paraná, região de Porecatu⁴, onde ocorreu um movimento de resistência articulado por camponeses em defesa da posse da terra no final da década de 1940 e início

¹ Conforme os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o índice de Gini no Brasil, em 1985, era de 0,858, do Nordeste 0,870 e da Paraíba 0,844. Ver: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil_cap05.pdf Acessado em: 23/12/2023.

² Cf. MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**- vol.1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

³ Ibidem.

⁴ PRIORI, Angelo. A revolta Camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. II (Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado - 1930-1960). São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 117-142.

da de 1950.

Em meados do século XX, como no caso de Porecatu, os trabalhadores rurais encontraram apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) para as organizações e articulações de conflitos. Criado em 1922, o PCB, a partir dos anos 30 ascendeu como a principal força que se propunha a falar pelos trabalhadores no país. Porém suas ações foram reprimidas, levando seus principais dirigentes à prisão. A reorganização só se iniciou em 1943 e com ela ganhou forças a proposta da transformação do PCB em um partido de massas, tendo maior aproximação com os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais. Desde sua volta à legalidade, em 1945, o partido vinha auxiliando os trabalhadores em geral, tanto os das indústrias como os rurais.

Uma das organizações mais importante que o PCB ajudou a criar foi o movimento das Ligas Camponesas. Criado a partir de 1945, o movimento das Ligas lutava em prol da Reforma Agrária e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo. Contudo, em 1947 o Partido Comunista foi posto na ilegalidade prejudicando uma série de ações junto aos trabalhadores.

Mesmo sofrendo repressão, as organizações sobreviveram e ganharam cada vez mais visibilidade nacional, sobretudo a partir dos anos de 1950, quando eclodiram diversos conflitos pela terra. A emergência de ligas camponesas e de associações de trabalhadores rurais trouxeram para o cenário político suas reivindicações e impuseram seu reconhecimento ao conjunto da sociedade. Apesar das lutas serem localizadas e dispersas, elas repercutiram nos centros de poder fazendo com que a reforma agrária entrasse no eixo de discussão política. Ressalta-se, porém, que o termo Ligas Camponesas na década de 1950, principalmente no Nordeste, não tinha vinculação direta com o PCB, embora militantes estivessem apoiando a causa camponesa.

O regime empresarial-militar, como define a socióloga Leonilde Sérvo de Medeiros, teve efeitos profundos sobre o meio rural brasileiro, sobretudo pela defesa da modernização do campo, uma das propostas que se gestaram no período que antecedeu o golpe⁵. O debate no Brasil se intensificava trazendo para o cenário político concepções distintas sobre seu rumo. Para uns, a permanência do sistema latifundiário era sinônimo de

⁵ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). **O Brasil republicano – v. 4.** O tempo do regime autoritário: Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 212.

atraso e entrave para o desenvolvimento. Dentre os que defendiam a reforma agrária estavam as forças situadas à esquerda do espectro político, como o Partido Comunista (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e as Ligas Camponesas, que defendiam uma ampla distribuição de terras⁶.

Já para os grandes proprietários era necessário a modernização da agricultura com o apoio do Estado. Contudo, como lembra a socióloga, os anos antecedentes do golpe civil-militar não foram marcados apenas por intensas disputas por terras, mas sobre o debate do desenvolvimento do país e o papel que nele ocupariam as atividades agropecuárias. Entre os temas estavam: as relações entre a agricultura e indústria; a necessidade de produção de gêneros alimentícios para o mercado interno como controle da inflação; e as exportações agrícolas na economia brasileira.⁷ O debate estava centralizado na distribuição de terras que, portanto, reduziria a concentração fundiária e combateria o latifúndio, este visto como um espaço improdutivo e de atraso tecnológico. No entanto, não foi isso que ocorreu. Ao passo que havia a valorização de alguns produtos no mercado internacional, ou até momentos de crise, algumas práticas tornavam-se comuns, conforme aponta Leonilde Sérvo de Medeiros, a exemplo do:

rompimento de acordos feitos segundo os costumes locais, em especial o progressivo solapamento da cessão de pequenos lotes para plantio de alimentos para consumo doméstico ou mesmo venda em mercados vizinhos. É o caso das áreas produtoras de cana, café e algodão.⁸

Este “rompimento de acordos segundo os costumes locais” deu-se, sobretudo, pelo processo de avanço de modernização no campo que implicou na redução das áreas de plantio de subsistência dos trabalhadores rurais, meeiros, moradores entre outros. Veremos, no decorrer do trabalho, que a modernização no campo acarretou mazelas na vida do trabalhador pobre.

Apesar de existirem propostas diversas para a criação de uma Reforma Agrária, nenhum projeto fora aprovado no Congresso Nacional. Apenas em 30 de novembro de 1964, durante o governo de Castelo Branco, foi aprovado o Estatuto da Terra (ET), que tinha como base promover a regulamentação e distribuição das terras no país. De acordo com as

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem, p. 213.

⁸ Ibidem, p. 214.

observações de Leonilde Sérvolo de Medeiros, o Estatuto da Terra estabeleceu mudanças no novo modelo de agricultura:

Esse documento legal visava disciplinar o uso da terra e sinalizava a necessidade de mudança em direção a um novo modelo de agricultura, transformando uma demanda genérica, fortemente distributivista, em outra demanda, alinhada com a visão desenvolvimentista dos militares e das forças e entidades civis que lhes deram apoio.

(...) O ET previa ainda que o Plano Nacional de Reforma Agrária e os planos regionais dele derivados, que dariam as diretrizes para implementação de transformações fundiárias, deveriam incluir, obrigatoriamente, providências relativas à eletrificação rural e obras de melhoria de infraestrutura, tais como reflorestamento, regularização dos deflúvios dos cursos d'água, açudagem, barragens submersas, drenagem, irrigação, abertura de poços, saneamento, obras de conservação de solo, além de sistema viário. Também previa a introdução da tributação progressiva, de forma a criar constrangimentos aos imóveis não produtivos⁹

No entanto, de mudança efetiva houve apenas da regulamentação do ET, sem grandes avanços nestas questões, principalmente porque essas mudanças não agradavam em nada os setores patronais e fizeram de tudo para que a lei não fosse aplicada, em especial no que se refere às desapropriações. Sônia Regina Mendonça frisa que, ao mesmo tempo da ocorrência da regulação do Estatuto da Terra, os movimentos sociais foram reprimidos, lideranças perseguidas e sindicatos sob intervenção, a nova lei acabou por significar muito pouco em termos de medidas efetivas em prol das demandas por terras dos trabalhadores rurais¹⁰. Em suma, o Estatuto da Terra de 1964 seria uma estratégia, em meio ao golpe e início da ditadura, para tentar apaziguar os ânimos daqueles que levantaram a bandeira da luta pela terra e que haviam demonstrado força nos anos anteriores.

Uma das precondições à derrota das propostas da reforma agrária deu-se pelo processo da “modernização agrícola” ocorrida no país entre os anos de 1960 e 1970. Para o desenvolvimento do tipo de capitalismo no campo fomentado pela ditadura era necessário garantir a manutenção da estrutura fundiária¹¹. O crescimento econômico dirigido pela

⁹ Ibidem, p. 221.

¹⁰ MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-50.

¹¹ SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 27.

ditadura ficou conhecido como “milagre brasileiro” (1967-1972). Neste período surgiram alguns slogans famosos do regime como “Pra frente Brasil”, “Ninguém segura este país”, era um contexto no qual o Brasil constituiu um enorme crescimento econômico, cenário favorável para abertura para capital estrangeiro, o que favoreceu um crescimento imediato de mercado interno e externo, o incentivo à instalação de multinacionais no país, e, com mão-de-obra e matéria-prima baratas, favoreceu um processo de industrialização.

Com o crescimento industrial surgiram novos investimentos, tanto na cidade como no campo. No campo os maiores investimentos foram destinados aos grandes latifundiários que detinham maior capital. Mas apesar do crescimento econômico no país, pouco se fez pela reforma agrária. Ao contrário, agravou-se a situação, conforme apontou José Graziano da Silva:

Nesse período, que ficou conhecido como o do “milagre brasileiro”, pouco se falou da questão agrária. Em parte, porque a repressão política não deixava falar de quase nada. Mas em parte também porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrido no período de milagre. Embora todos reconhecessem que esse aumento vinha beneficiando os então chamados “produtos de exportação” (como o café, a soja etc.), em detrimento dos chamados “produtos alimentícios” (como feijão, arroz etc.), contra-argumentavam alguns que isso era passageiro e que logo se normalizaria¹².

O milagre durou pouco, e logo o país estava em crise. A questão agrária não foi resolvida durante a ditadura. Ao contrário, esse processo de construção do apogeu do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro caracterizou-se por reforçar a profunda desigualdade e exclusão dos trabalhadores brasileiros, em particular a dos trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, colonos e arrendatários entre outros. Em resumo, o milagre econômico aconteceu às custas das classes mais baixas, baseado no arrocho salarial, aumento da inflação, repressão política aos trabalhadores, aumento da pobreza, além do aumento da corrupção.

O período do “milagre” é findado gerando proporções gigantescas. A crise internacional do petróleo de 1973 teve impacto direto na economia brasileira, isso porque o Brasil era dependente do crédito externo, assim como outros países de Terceiro Mundo.

¹² Ibidem, p. 8.

Para enfrentar a crise mundial o governo brasileiro necessitava de novas fontes energéticas para diminuir a dependência do petróleo, então criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. O Proálcool, portanto, constitui uma iniciativa do governo brasileiro de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina. Este programa teve impacto direto nas relações de trabalho e na vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras em todo o Brasil, inclusive no estado da Paraíba. No caso particular dessa pesquisa, entendemos que o programa teve forte influência das relações de trabalho, configurando uma série de mudanças na vida dos trabalhadores canavieiros e dos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria.

A seguir, pretende-se apresentar a região onde está localizado nosso objeto de estudo e, além disso, faremos uma contextualização como se deu o processo de substituição dos engenhos pelas usinas até a chegada do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975.

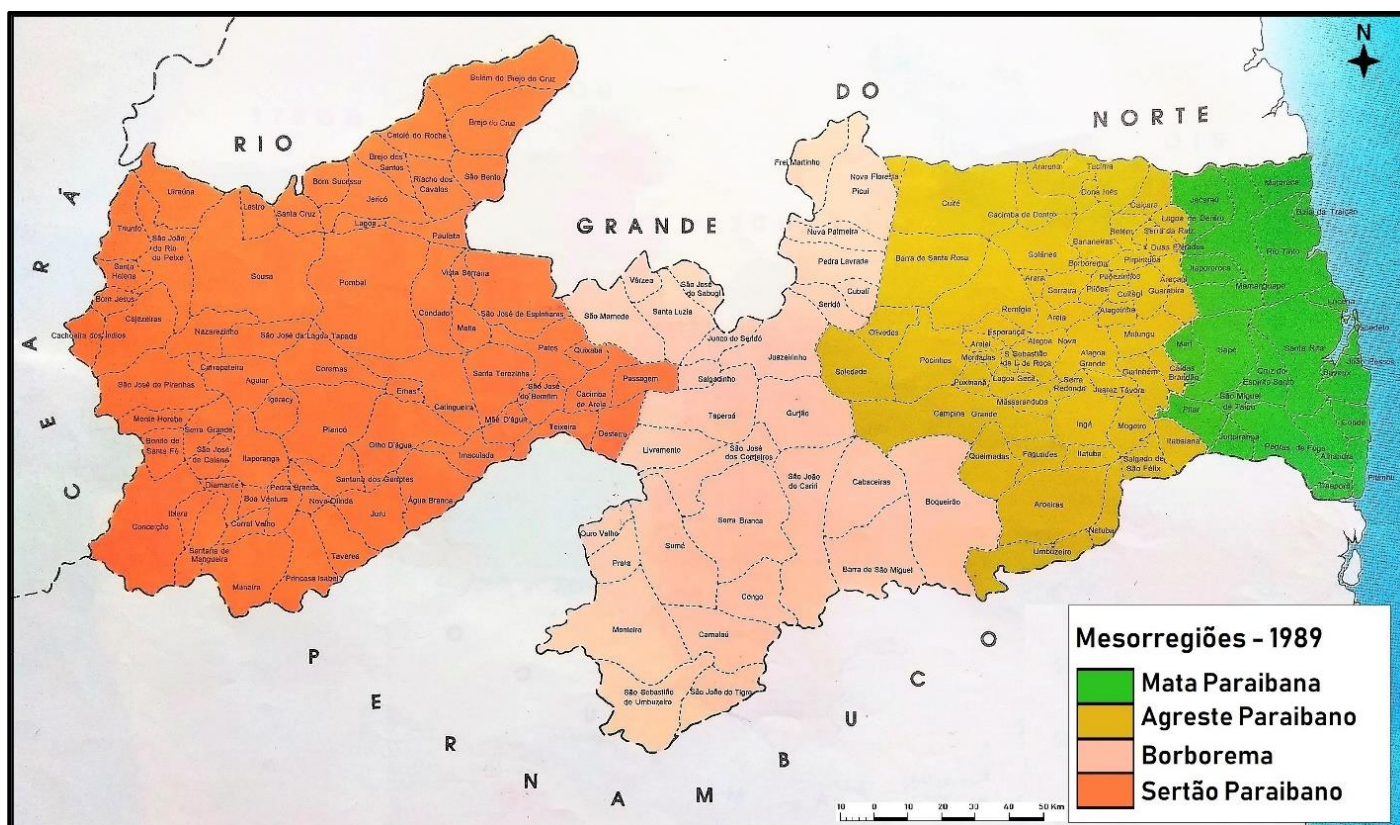
1.2 O Brejo Paraibano: primeiros cultivos e modernização da atividade canvieira ao longo da segunda metade do século XIX e século XX

A área de estudo está localizada na microrregião do Brejo Paraibano e é constituída por oito municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria. Em 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classificou o estado da Paraíba em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. A mesorregião do Agreste Paraibano é formada por oito microrregiões: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro. Em 2017 o IBGE lançou uma nova divisão regional do Brasil, extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro, com novas divisões geográficas denominadas de Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas. Esta nova divisão não será utilizada na dissertação como critério de classificação, apenas pontuo aqui como está organizada a divisão geográfica atual.

Para situar os leitores sobre as regiões da Paraíba tomaremos como apoio, a partir da dissertação do historiador Diognys Cardoso Estevam (2019), a ilustração de dois mapas. Os mapas estão presentes no *Atlas de Geografia Agrária da Paraíba*, de Emília Moreira (1997). Conforme a informação disposta, esse atlas detém uma compilação riquíssima de dados

convertidos em mapas nos quais é possível visualizar alguns aspectos demográficos, econômicos e agrícolas da Paraíba. No Mapa 1 é possível visualizar a divisão das quatro Mesorregiões da Paraíba. Já no Mapa 2, o foco das Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba foi ampliado para permitir a visualização dos municípios que as compunham em 1989¹³.

MAPA 1 – As mesorregiões da Mata, Agreste, Borborema e Sertão da Paraíba – 1989



Fonte: MOREIRA, Emilia. **Atlas de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, p. 14 (Adaptação de ESTEVAM, Diognnys Cardoso, 2019, p. 38).

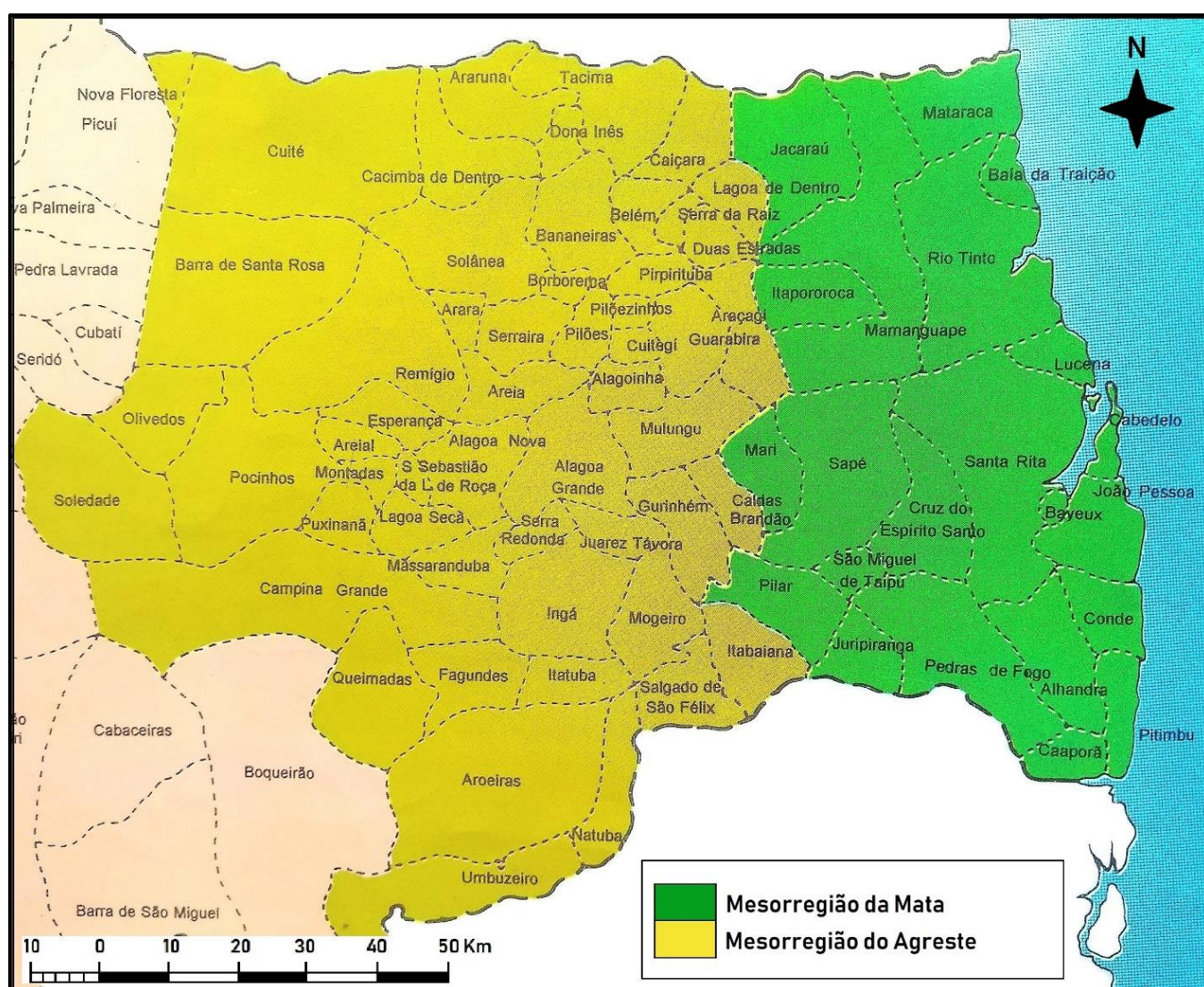
Para situarmos os leitores, nossa pesquisa perpassa por três municípios do Brejo Paraibano, isso porque a Usina Santa Maria abrangia os municípios de Areia, onde ficava localizada sua sede, Pilões e Serraria, com as destilarias anexas. Como vimos nos mapas anteriores, estes municípios ficam interligados, tendo pouca variação de vegetação e clima, conforme veremos nesta breve descrição dos municípios.

O município de Areia fica localizado na zona do Brejo Paraibano, limitando-se com

¹³ ESTEVAM, Diognnys Cardoso. **Trabalho infantojuvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. João Pessoa: Mestrado em História / Universidade Federal da Paraíba, 2019.

os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Pilões, Remígio, Serraria e Arara. Está a uma altitude de 618 metros acima do nível do mar e possui um clima uniforme, ameno e saudável com uma temperatura que varia em torno dos 15° a 30° C. Apresenta um relevo cheio de vales, encostas abruptas e morros escarpados. A população do município em 2010 era de 22.656 habitantes, com uma densidade demográfica de 84,2 hab./Km² ¹⁴. Na agricultura teve como principais produtos a cana-de-açúcar, banana e demais culturas alimentares. Na pecuária os principais rebanhos são os bovinos, suínos e caprinos, cabendo o destaque para os bovinos que se encontram em ascensão.

MAPA 2– As mesorregiões da Mata e Agreste e seus municípios – 1989



Fonte: MOREIRA, Emilia. **Atlas de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, p. 14 (Adaptação de ESTEVAM, Diognnys Cardoso, 2019, p. 38).

¹⁴ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 12.11.2022.

O município de Pilões está localizado na microrregião do Brejo Paraibano, os municípios limítrofes são: Serraria, Areia, Alagoinha e Cuitegi. O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. O censo demográfico do IBGE do ano 2010 demonstrou que o município de Pilões apresentava uma população total de 6.978 habitantes, sendo 3.646, de área rural e 3.332 de área urbana¹⁵, ou seja, mais pessoas na zona rural do que na urbana, embora apresentasse uma pequena diferença entre a população urbana/rural de apenas 314 pessoas¹⁶. Do ponto de vista econômico, a economia no município de Pilões gira em torno da produção agrícola voltada basicamente para atender as demandas da população local, tendo destaque também as atividades do comércio, pecuária e serviços em geral do setor público. No século passado, a economia girava basicamente em torno da monocultura com o cultivo da cana-de-açúcar. Depois da crise da agroindústria sucroalcooleira na região, o processo que se seguiu foi uma redefinição do espaço agrário, possibilitando o surgimento de outras atividades agrícolas, a exemplo do cultivo da banana, do milho, feijão entre culturas de subsistência¹⁷.

O município de Serraria também se situa na microrregião do Brejo Paraibano, a 89 km de João Pessoa, tendo como municípios limítrofes Arara, Areia, Borborema, Solânea, Pilões e Peõesinhos. Sua área geográfica abrange cerca de 75,397 hm², está a 612 m acima do nível do mar e é conhecida também pelo clima frio e aconchegante da região; as baixas temperaturas são de maio à agosto, chegando a 15°C com sensação térmica de 12°C. A população total era de 6.238 habitantes de acordo com o censo de 2010. Atualmente, a população é predominantemente urbana, tendo 3.467 da zona urbana e 2.771 da zona rural¹⁸. Sua economia também girava em torno da monocultura com o cultivo da cana-de-açúcar.

Com base nos estudos de Emília Moreira e Ivan Targino, no livro *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*, uma das principais referências bibliográficas para

¹⁵ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br> . Acessado em: 12.11.2022.

¹⁶ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf Acessado em: 13/11/2022.

¹⁷ PONTE, Graciete Dias. **De assalariados a assentados**: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no Município de Pilões – PB. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/Universidade de Santa Catarina, 2011, p. 63.

¹⁸ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br> . Acessado em: 12.11.2022.

geógrafos, historiadores e sociólogos referente à geografia agrária da Paraíba, depreende-se que as características do Brejo Paraibano são favoráveis em sua altitude de encostas voltadas para ação dos ventos, o relevo e a posição geográfica bem localizada, favorecendo um clima úmido com temperaturas amenas, além de solos férteis e hidrografia perene, o que oferece condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura¹⁹.

Neste sentido, as particularidades físicas e geográficas da região do Brejo Paraibano ofereceram excelentes condições para a produção de cana-de-açúcar acentuada comparada aos outros ciclos agrários que a região vivenciou, como ressalta Horácio de Almeida:

Foi ali, naquelas baixadas úmidas e férteis, que a cana-de-açúcar encontrou campo favorável de cultura. As condições ecológicas eram propícias à economia canavieira, como haviam sido para o algodão e depois o foram para o café e para o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam como homem no amanho da lavoura, permitindo colheitas compensadoras na época de estiagem. Essa cultura tinha seu domínio na zona propriamente do brejo, de clima quente e úmido, até os limites do agreste, ao potente, onde a água se torna menos abundante, geralmente escassa, favorável, portanto, a outras lavouras.²⁰

Devido a suas características propícias e solos férteis, desenvolve-se logo cedo o cultivo da cana-de-açúcar destinada, em princípio, à produção do açúcar mascavo para o autoconsumo e, posteriormente, para a produção de rapadura e de aguardente. A cana era produzida nas áreas serranas do Brejo e processadas em engenhos rústicos onde predominou o sistema de morada.

Além da cana tivemos outros produtos que foram cultivados, a exemplo do algodão, que inclusive foi a primeira lavoura que se destacou no Brejo. O algodão era “uma cultura passível de ser plantado em associação com as lavouras de alimentos, sobretudo o feijão, o milho e a fava, produtos tradicionais da região”. O algodão perdura até a década de setenta do século XIX, conforme apontam Moreira e Targino:

A hegemonia do algodão sobre a organização do espaço agrário brejeiro prolonga-se até a década de sessenta do século XIX. Nesse momento, assiste-se ao fim da “febre do

¹⁹ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997, p. 84-85.

²⁰ ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980, p. 32.

algodão” motivada, basicamente, pelo retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional desse produto após a Guerra de Secessão²¹.

Com o declínio da febre do algodão, a cana-de-açúcar ganha espaço na região do Brejo Paraibano:

Só com o declínio do algodão, a cana torna-se a cultura principal do Brejo. A sua expansão foi possível, não só graças às condições naturais propícias ao seu cultivo aí existentes (clima quente e úmido e solos férteis), como também ao capital acumulado durante o ciclo algodoeiro e à estratégia adotada de produzir para o mercado interno. Ao substituir o algodão ela deu origem ao “ciclo da cana” no Brejo²².

Nesse contexto o engenho emerge como elemento rentável, sendo que os trabalhos realizados para a modificação da cana-de-açúcar tinham que seguir critérios de “ordem, hierarquia, especialização, sequência e disciplina”²³. Cabe destacar que os proprietários, juntamente com suas famílias, moravam no engenho e mantinham seu sustento por meio de seus “produtos e rendimentos”, porém não se envolviam com os “trabalhos agrícolas ou atividades de fabricação de açúcar ou de qualquer derivado da cana”. As atividades agrícolas e de produção de cana-de-açúcar, bem como as de “construção e manutenção da infraestrutura da propriedade”, eram realizadas por trabalhadores subordinados à dominação do senhor de engenho²⁴.

Conforme já foi demonstrado em relação à cana-de-açúcar dos momentos de auge e declínio, a fase de expansão canavieira foi contida, segundo Moreira e Targino (1997), a partir do final da última década do século XIX, em virtude: a) da elevação dos impostos cobrados à rapadura que saía do estado, por determinação da Assembleia estadual que resultou na perda do mercado do Rio Grande do Norte; b) da concorrência com a rapadura que passou a ser produzida no Sertão em pequenos engenhos e; c) das doenças que afetaram os canaviais:

(...) Os Engenhos sofreram o efeito desta destruição e ficaram

²¹ MOREIRA, E.; TARGINO, I., 1997, p. 86.

²² Ibidem, p. 87.

²³ PONTE, Graciete Dias, 2011, p. 27.

²⁴ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, CNPQ, 1989, p. 38.

de “fogo morto”²⁵ durante duas ou três colheitas. Os senhores de Engenho se endividaram; muitos hipotecaram suas terras. Era o fim do primeiro ciclo da cana na região.²⁶

Para enfrentar as dificuldades financeiras, os senhores de engenho passaram a plantar uma nova cultura de exportação bastante valorizada no mercado internacional: o café. O cafeeiro é um arbusto da família das rubiáceas (*Coffea arabica*), originário da Arábia. O seu cultivo no Brejo Paraibano foi possível graças às condições de clima e solo favoráveis para seu desenvolvimento. A introdução do café no Brejo data do século XIX. Ao longo da segunda metade desse século, ele se expande na região de Bananeiras, Alagoa Nova, Serraria e Areia. No entanto, apesar das condições climáticas e de solo férteis, o café teve curta duração. Em 1920 uma praga denominada *Cerococus Parahybensis* alastrou-se pelos cafezais e, em cinco anos, toda a plantação de café do Brejo foi dizimada.²⁷

Conforme apontam Emília Moreira e Ivan Targino, após a crise do café, a região do Brejo voltou-se para suas atividades agrícolas tradicionais: a produção de alimentos, de cana-de-açúcar e a criação de gado. Foram ainda realizadas tentativas de introdução de outras culturas comerciais, como o fumo, urucum, pimenta-do-reino e a produção da amoreira para cultivo do bicho da seda, mas os resultados não foram exitosos²⁸. Diante de inúmeras tentativas pouco exitosas, volta-se a investir na atividade canavieira dando origem a um novo período de hegemonia desta cultura. Este segundo momento de expansão da atividade canavieira no Brejo se caracteriza pela concorrência dos engenhos de rapadura com as usinas de açúcar.

Após esse momento é válido destacar que os engenhos foram sendo substituídos pelas primeiras usinas, ocorridas no final do século XIX. Assim, a instalação da primeira usina de açúcar no Brejo Paraibano, em 1928, foi a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande; e a segunda fundação ocorreu em 1931, com a usina Santa Maria no município de Areia. Assim, a atividade canavieira é vista como mola mestra da economia agrícola regional, sempre em movimento de sístole e diástole.

Esta segunda fase de expansão da atividade canavieira na região foi marcada pela

²⁵ A expressão “fogo morto” constitui-se pela decadência econômica, social e individual dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste.

²⁶ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan, 1997, p. 92.

²⁷ Ibidem, p. 93.

²⁸ Ibidem, p. 94.

dualidade entre o engenho de rapadura e a usina de açúcar. Isto porque os senhores de engenhos tradicionais, tentando contornar a situação de decadência dos engenhos em função do predomínio das usinas, instituíram o cultivo de um novo produto: o sisal²⁹. A fibra alcançara um preço elevado no mercado internacional, e todo o Brejo passou a produzir sisal tanto nas grandes como nas médias e nas pequenas propriedades. O período áureo do sisal ocorreu entre às décadas de 1940 e 1950. Com a queda do preço do sisal no mercado internacional na segunda metade dos anos de 1960, em virtude principalmente da concorrência com a fibra sintética e com o sisal africano de preço inferior, a área sisaleira foi fortemente reduzida, sendo necessário retomar suas antigas combinações agrícolas: policultura alimentar e comercial e pecuária. No início dos anos de 1970, “poucos eram os Engenhos ainda em funcionamento na região e o sistema de morada, característico da atividade canavieira regional, encontrava-se em processo de decadência”³⁰.

Esse processo dos ciclos de produção descrito até aqui apresenta as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo na Paraíba e, conseqüentemente, na região do Brejo paraibano. Estas transformações perpassam, sobretudo, mudanças ocorridas no espaço agrário paraibano, a exemplo da forte concentração fundiária na zona rural e do processo de intensificação das monoculturas, ocasionando exploração, expropriação, desemprego e injustiça a trabalhadores rurais.

A partir de 1975, a atividade canavieira no Brasil, inclusive no Brejo Paraibano, é revigorada pela implantação do programa do Proálcool, reforçando o predomínio das Usinas sobre todo espaço agrário regional.

Na seção seguinte, abordaremos sobre as relações de trabalho nos engenhos e posteriormente nas usinas, como se desenvolveram as categorias e como se estabeleceram as relações de morada e suas obrigações.

1.3 A categoria de morador: entre a obrigação e o compromisso

As categorias “trabalho escravo”, “lavrador” e “morador” constituíam o “sistema açucareiro no Nordeste”, no período da segunda metade do século XVII até o final do século

²⁹ O sisal é uma fibra resistente produzida pela “Agave Rígida”, planta da família das “Amarilidáceas” originária do México e da América Central.

³⁰ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan, 1997, p. 83-96.

XIX.³¹

Na Paraíba, assim como ocorreu em outros estados, o trabalho escravo constituiu o suporte da atividade açucareira por três séculos e representou uma parcela significativa da população, embora tenha sido a relação de trabalho dominante, ela não foi exclusiva, surgindo, então, os lavradores e posteriormente os moradores.³² Os lavradores se constituíam como uma categoria de pequenos agricultores que forneciam cana para os engenhos, podendo trabalhar tanto em sua terra própria, ou em pedaços de terras dos engenhos que eles alugavam. Contudo, os senhores de engenho, “mantendo o controle dos meios de produção, transferiam aos lavradores os custos de produção da cana e se apropriavam do benefício, sem falar na renda fundiária que recebiam dos lavradores que alugavam suas terras”.³³ Já os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do próprio latifundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra, ter um sítio e nele poder cultivar uma roça. O livro *Moradores de Engenho*, da historiadora Christine Rufino Dabat, se dedica a compreender essas relações de trabalho e de condições de vida dos trabalhadores rurais do estado de Pernambuco. O estudo se desenvolve a partir da transição da senzala para a morada³⁴. A morada e suas obrigações mais representam uma “semiescravidão” do que supostamente a ideia de bondade do proprietário.

Segundo Afrânio Garcia Júnior, “ser morador ou tornar-se morador” representava uma relação de subordinação ao senhor:

Significava ligar-se ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência que o termo morar revelava, tinha um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao senhor-de-engenho não pedia trabalho, pedia uma morada. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente a oferta gratuita de trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o morador de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que este último podia vir apenas se havia trabalho no engenho. Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir:

³¹ PONTE, Graciete Dias, 2011, p. 29.

³² MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan, 1997, p. 42.

³³ *Ibidem*, p. 43.

³⁴ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

não tendo meios de organizar sua existência social vinha pedir ao senhor que os fornecesse ou mesmo que a organizasse para si.³⁵

Nesse sentido, estabelecia-se uma estrita relação de dependência ao senhor pela garantia de sobrevivência e de trabalho. Segundo as palavras de Moacir Palmeira, ressaltamos que morar é diferente de habitar, visto que o termo morar sempre está vinculado ao engenho e de uma maneira muito particular:

Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho, além de lhe abrir certas possibilidades como a do usufruto de um sítio.³⁶

Em alguns casos podiam criar animais de pequeno, médio e grande portes e podiam ter direito a lenha e a água. Apesar de produzirem para o autoconsumo, caso a safra fosse boa, ainda vendiam em feiras livres os excedentes. No entanto, era concedido aos trabalhadores o direito de plantarem na área onde moravam apenas certos tipos de lavouras temporárias, sendo que não havia permissão para os trabalhadores desenvolverem o cultivo de lavouras permanentes para impedir que estes tivessem direitos à indenização, caso desistissem do trabalho no engenho.³⁷ Além disso, “às vezes ainda recebiam um salário. O salário, por sua vez, era mais baixo do vigente no mercado.”³⁸ A historiadora Christine Rufino Dabat aponta que entre as características concretas da morada está a habitação e a terra cedidas, em seguida, do roçado para plantar, os produtos que compõem o fundamental do consumo familiar semanal, a exemplo da mandioca, feijão e milho.³⁹

Quem dava a morada dispunha de um patrimônio fundiário suficientemente grande para lhe permitir recrutar famílias de trabalhadores para viver em seus domínios. Esse sistema acabava por produzir e reproduzir formas de poder social, econômico e simbólico,

³⁵ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul, 1989, p. 38.

³⁶ PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977.

³⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**. Editora Brasiliense, 1973.

³⁸ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan, 1997, p. 43.

³⁹ DABAT, Christine Rufino, 2012, p. 422.

conforme expõe Afrânio Gracia Júnior:

Os *senhores* utilizavam assim seus patrimônios fundiários para constituir uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. Em outros termos, procuravam acumular, graças ao patrimônio fundiário, uma força social específica, tanto material, pelo número de “braços” à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como *senhores*. Por sinal, o recrutamento de *moradores* era feito sobretudo em bases familiares: o solicitante era, em geral, um chefe de família, que tinha tanto mais chance de ser aceito quanto mais numerosa fosse sua família (maior o “número de braços”)⁴⁰.

Desse modo, toda a família ficava à mercê do proprietário da terra. Tinham pouca ou nenhuma autonomia. Além disso, eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (chamado o cambão), em dois ou três dias por semana, fossem moradores de condição ou “cambãozinho”, caso contrário, teriam que pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro (moradores foreiros). Estes, além do foro, eram obrigados a pagar o cambão.⁴¹ Esta relação de senhor e morador era uma relação interpessoal, as partes negociavam diretamente, sem que houvesse qualquer intermediação institucional do Estado. Um acordo totalmente desigual, podendo ser rompido a qualquer momento pelo proprietário das terras, mas, do contrário, só ocorria se o morador não tivesse em débito com o patrão. Esse controle que o senhor exercia sobre essa força de trabalho se fazia através do acesso à terra, afirmam Emília Moreira e Ivan Targino.⁴²

Esse controle ou dominação, por sua vez, dava-se por duas razões: “generosidade” e punição. A primeira delas é referente à generosidade de ceder-lhes casa e trabalho aos moradores que não tinham outra opção para sua sobrevivência. Conforme aponta novamente Garcia Júnior,

(...) nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, nascimentos, doenças, morte, recorria-se ao senhor, e era sua generosidade nestes momentos que alimentava a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no interior do

⁴⁰ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul, 1989, p. 39.

⁴¹ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan, 1997, p. 44.

⁴² Ibidem, p. 45.

domínio.⁴³

Neste sentido, era a generosidade cotidiana que nestes momentos alimentava a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no interior do domínio. Por outro lado, outra faceta de domínio era a punição. A vigilância e regras estabelecidas aos moradores que não podiam, por exemplo, fazer qualquer tipo de plantio, além de estarem sempre em dívida com o patrão, em caso de desobediência poderiam sofrer algum tipo de violência física ou serem perseguidos por capangas, o senhor chegava a infligir castigos corporais que, por vezes, acabavam em morte.⁴⁴

Outra característica importante refere-se à organização do espaço social, que também era uma característica de domínio pela própria distribuição e localização dos espaços, a exemplo da casa-grande do senhor de engenho que ficava na parte central, próximo de todas as outras estruturas, casas dos moradores, escola, capela e o barracão. Sobre isso Afrânio Garcia Júnior afirma:

(...) toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do senhor e limita os horizontes mentais, desviando-os e isolando-os do mundo social mais abrangente.⁴⁵

Esta citação é pertinente, pois os moradores, diante de tantas obrigações, pouco saíam dos domínios do engenho e a vida social era limitada, os barracões tinham um poder central de isolamento, sobretudo porque compravam fiado tudo que necessitavam dentro desses domínios. Os barracões se tornaram um dos maiores pontos de endividamento dos trabalhadores rurais, isso porque os produtos vendidos eram mais caros que na cidade, levando-os assim ao endividamento dos trabalhadores. Era uma relação muito desequilibrada, sendo utilizada, muitas vezes, a força policial, principalmente se o trabalhador saísse devendo ao patrão, que acionava a polícia para resolver a situação. Além disso, sua fama se espalhava para dificultar-lhe o acesso à morada noutra propriedade.

⁴³ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul, 1989, p. 40.

⁴⁴ Ibidem, p.46.

⁴⁵ Ibidem.

Estas categorias perpassaram dos domínios do senhor-de-engenho e continuaram nos domínios dos usineiros. À medida que a usina passava pelo processo de expansão, ocorria a ampliação da área do cultivo da cana, o que fazia com que os proprietários delimitassem “os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, bem como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais”, impossibilitando os trabalhadores de desenvolverem o plantio em seus “roçados”.⁴⁶

No entanto, os moradores da usina tinham um pedaço de terra para o cultivo. Ao menos isso era o que algumas usinas prometiam, mas a situação real era de que nem sempre podiam plantar, e, caso pudessem, nem todo tipo de plantio era possível. Os roçadinhos que já eram “minguados” desapareceram devido à expansão do plantio de cana, e isso aumentava o empobrecimento do trabalhador rural, destituindo-os de seus direitos, além de aumentar a dependência do trabalhador. Essa realidade também se configurou no contexto de vida dos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria que, havendo moradores nas terras da agroindústria canavieira, tinham pequenos roçados para desenvolverem lavouras de subsistência. No entanto, conforme argumenta Graziela Dias Pontes, os trabalhadores eram

(...) impossibilitados de plantar efetivamente, pois tinham que trabalhar seis dias na semana. Em certos momentos eram inclusive chamados para realizar atividades aos domingos, sem direito a descanso, o que impedia que os trabalhadores desenvolvessem o plantio de certas lavouras de subsistência.⁴⁷

Essa realidade se confirma diante do exposto nos processos trabalhistas. A carga horária dos trabalhadores rurais era elevada e pouco tempo restava-lhes para poderem se dedicar ao cultivo, mesmo que fosse para sua subsistência, além da renumeração pouco atrativa. Podemos ver um pouco disso na alegação inicial de uma reclamação trabalhista contra a Usina Santa Maria de 1988:

José da Penha⁴⁸, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, residente a Rua Santa Luzia S/N - Baixo-Solânea-PB, vem por intermédio do seu sindicato, S.T. R de Pilões, por seus advogados e procuradores Infra-assinados Instrumento procuratório arquivado na Secretaria desta J.C.J. fazer a presente reclamação trabalhista contra a Usina Santa Maria

⁴⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**. Editora Brasiliense, 1973, p. 30.

⁴⁷ PONTE, Graciete Dias, 2011, p. 31.

⁴⁸ Nome fictício aqui utilizado para fins de preservação da identidade da pessoa física.

S/A, na pessoa do seu representante legal Sr. Solon Lira Lins, brasileiro, casado, Industrial podendo ser notificado na sede da reclamada por carta precatória dirigida J.C.J. De Campina Grande-Pb; nos seguintes termos:

1- Que foi admitido pela reclamada para trabalhar em seu engenho Veneza, município de Pilões, nos termos judiciais desta junta no dia 08/09/1987, para realizar tarefas de natureza rural especificamente canavieira.

2- Que trabalhava de segunda a sábado com jornada de trabalho das 5:00 às 11:00 das 13:30 às 17:00 e no sábado das 7 às 10h30 perfazendo um total de 58 horas semanais.

3- Que em 16/03/1988 não suportando passar privações pois recebia cerca de CZ\$ 600,00 por semana resolveu sair do trabalho...⁴⁹

O caso exposto acima simboliza apenas uma situação diante de dezenas. Alegava-se que, além de não receberem suas garantias trabalhistas, ainda tinham uma jornada de trabalho elevada e que não recebiam o valor adequado. No caso acima, o trabalhador avaliou ter sido melhor abrir mão do emprego para procurar obter melhores condições de vida.

Na próxima seção, abordaremos sobre os conflitos surgidos a partir da década de 1950. A falta de acesso e garantia de terras intensifica a pauta pela reforma agrária. Paralelo a isso, inúmeros casos de violência e assassinatos contra trabalhadores do campo e a dirigentes sindicais, agentes pastorais, advogados e tantos outros que lutassem em prol da terra. Este cenário vai se agravando, sobretudo a partir do processo de modernização conservadora da agricultura, gerando mudanças abruptas para os trabalhadores rurais, a exemplo das relações de trabalho e moradia conforme veremos a seguir.

1.4 A emergência dos conflitos sociais como expressão da resistência pela terra no Brejo Paraibano

Em todo o país, na virada da década de 1970 para a de 1980, assiste-se um aumento significativo da luta pela terra, sendo evidenciado pelo número crescente de violência e assassinatos contra trabalhadores do campo, dirigentes sindicais, agentes pastorais e advogados engajados na luta pela terra.⁵⁰ Na Paraíba este cenário não representa uma

⁴⁹ Processo Nº 180/1988 impetrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira- PB.

⁵⁰ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Assassinatos no campo:** crimes

exceção. Inúmeras ameaças e violências tornaram-se bem visíveis, chegando a ser noticiado pelos jornais. Segundo os estudos de Giuseppe Tosi, no ano 1986, durante o acampamento de trabalhadores rurais na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na capital paraibana, foram registradas 135 áreas de conflito que se localizavam nas regiões do Litoral, Várzea, Agreste e Brejo da Paraíba. Dentre elas, destacava-se a região do Brejo, com 28 áreas de conflitos em 11 municípios⁵¹.

O clima de tensão e de conflitos pela terra não ocorriam à toa. No campo, primeiro ocorreu a concentração de terra pelos latifundiários e a intensificação da expropriação dos trabalhadores rurais, o que impossibilitava o acesso à terra para morar e trabalhar, condicionando-os ainda mais à situação de pobreza. A partir da metade dos anos de 1970, com o processo de modernização capitalista no campo, assiste-se mais uma vez o desrespeito aos trabalhadores rurais, sujeitando-os a mais obrigações, baixas renumerações e à expulsão das terras, sobretudo por causa do avanço da *plantation* canavieira e da pecuária extensiva.

Os conflitos davam-se, sobretudo, pela resistência dos arrendatários⁵², meeiros⁵³, moradores⁵⁴ e posseiros⁵⁵ que moravam no interior das propriedades e estavam ameaçados de expulsão. Os trabalhadores rurais, em sua maioria, pagavam foro pelo uso da terra, ou eram moradores de condição nas propriedades, ao longo de anos, e, em sua perspectiva, isso

e impunidade. (1964-1985). São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986. Disponível em: <https://mst.org.br/download/dossie-assassinatos-no-campo-crime-e-impunidade-1964-1985/> Acessado em: 13/10/2022.

⁵¹ O sociólogo Giuseppe Tosi aponta que no Brejo, segundo suas pesquisas realizadas entre agosto e dezembro de 1987, existiam 28 áreas de conflitos de terras, em 11 municípios da região, entre eles: Araruna - área de conflito: Varelo de Cima, Varelo de Baixo e Baixinho; Tacima - área de conflito: Vazante e Olho D'água; Caiçara - área de conflito: Maniçoba e Pão de Açúcar; Bananeiras - área de conflito: Carvalho, Sapucaia, Riacho; Alagoinha - área de conflito: Cajá, Gameleira, Jacaré, Genipapo e Almecega; Pilões - área de conflito: Ouricuri; Mulungu - área de conflito: Mumbuca; Dona Inês - área de conflito: Fazenda "Sitio"; Esperança - área de conflito: Bela Vista; Alagoa Grande - área de conflito: Caiana dos Mares, Quitéria, Baixinha e Avenca; Alagoa Nova - área de conflito: Geraldo, Cajá, Cachoeira, Pedra D'água, Engenhos, Sapé e Imbiras. Cf. TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano. Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1988, p. 43-45.

⁵² São trabalhadores rurais que firmam contrato/parceria com um proprietário de terra por um tempo determinado.

⁵³ Agricultor que trabalha em terras de outra pessoa e reparte seus rendimentos com o dono dessas terras.

⁵⁴ São trabalhadores que permanecem no interior das fazendas, engenhos ou usinas. Além da moradia os trabalhadores mantêm um vínculo com a terra, ou seja, podem dispor de uma área de terras para a colocação de roçados.

⁵⁵ Posseiro é o trabalhador rural que tem a posse da terra, trabalha nela e dela retira seu sustento, mas não possui o documento legal de propriedade da terra.

lhes conferia certos direitos, ao menos costumeiros, à posse da terra. Ameaçados de expulsão, os ditos trabalhadores passaram a sofrer muitas ameaças e pressão para que deixassem as terras, sofriam desde a destruição das lavouras até ações de violência por parte dos capangas. Este cenário levou-os à resistência, configurando assim uma situação de conflito aberto⁵⁶.

Este cenário piorou a partir da criação do Proálcool, em 1975, pelo governo federal. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), instituído pelo Decreto n. 76.593, de 14/11/1975, consistia em um esquema alternativo proposto pelo governo brasileiro para enfrentar a crise energética decorrente da alta dos preços internacionais do petróleo, iniciada em 1973. Pontuamos que a chegada desse programa teve um marco importante para área de estudo, uma vez que o mesmo representou uma série de mudanças na vida dos trabalhadores locais, inclusive do aumento dos conflitos sociais e trabalhistas.

O Proálcool teve três fases importantes: a primeira fase se deu entre os anos de 1975 e 1979, período em que “se baseia na utilização de infraestruturas já existentes, aproveitando a capacidade ociosa do setor açucareiro, implantando destilarias anexas às usinas de açúcar”⁵⁷. A segunda fase compreende os anos de 1979 e 1985, fase de ampliação e expansão do programa, sobretudo “na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada”⁵⁸. Já a partir de 1986, contudo, veio a crise do programa do Proálcool e seu declínio. Sua derrocada deu-se por diversos fatores, entre eles: o aumento da inflação, o aumento das dívidas interna e externa e a queda do custo do petróleo, estancamento de investimentos internacionais e a obrigatoriedade do pagamento da dívida externa do Brasil. Esse panorama compreendeu, então, a terceira fase do programa, marcado por um período de crise.

Ao contrário do que se dizia pretender, o Proálcool não trouxe benefícios para os trabalhadores, só prejuízos:

O Proálcool, desde seu nascimento, trouxe em seu bojo o desemprego. Na fase de expansão, provocou a expulsão dos trabalhadores-moradores para a periferia das cidades, retirando-lhes o acesso à terra. Com a crise, parte desses trabalhadores, transformados em boia-fria, engrossa o cordão

⁵⁶ MOREIRA, Orlandil de Lima. Educação **Popular na Paraíba**: memória e história do SEDUP. Curitiba: CRV, 2021, p. 37-38.

⁵⁷ CARVALHO, Simone Pereira de Carvalho. A Produção de Álcool: do Proálcool ao contexto atual. **Anais do XLX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina, julho de 2007, p. 3.

⁵⁸ Ibidem, p. 4.

dos desempregados que só encontram atividades no máximo de 3 a 4 meses por ano.⁵⁹

Ainda podemos acrescentar que: a) o programa incentivava a monocultura; b) aumentou o custo de vida; c) era antirreforma agrária, ou seja, o estímulo à monocultura e às usinas tornaram as terras cada vez mais concentradas; d) diminuiu o emprego e aumentava cada vez mais a população “pontas de rua”; e) favorecia o capital estrangeiro, cada vez mais o governo tinha que fazer mais empréstimo para sustentar o projeto; f) e politicamente discriminatório, já que só tinham a aprovação do projeto os proprietários de usina de acordo com as regras estabelecidas pelo governo. Neste sentido, a classe trabalhadora era a que mais ficava desfavorecida e cada vez mais a situação piorava para os trabalhadores.

Os trabalhadores rurais sofreram muitos impactos, entre eles: aumento no arrendamento da terra; aumento nos dias de cambão além do pagamento do arrendamento; perda dos roçados de subsistência dos moradores das usina/engenhos. Antes, o trabalhador poderia ter seu “roçadinho” nas proximidades da casa ou do canavial, agora, com a implantação do Proálcool, os então “roçados”⁶⁰ foram sendo devorados pela cana, de modo que não eram mais permitidos realizar cultivos próprios de qualquer natureza. Além disso, no auge do programa do Proálcool, os trabalhadores e moradores das usinas foram expulsos da propriedade e os pequenos produtores, que, em média, possuíam pequena propriedade de terras e dela tiravam seu sustento, foram pressionados a colocar suas terras à venda⁶¹.

Diante deste quadro de conflitos e ameaça de expulsão, os trabalhadores passaram a desenvolver algumas formas de resistência, conforme aponta Orlandil Moreira:

Aos primeiros sinais de expulsão os trabalhadores buscavam apoio externo junto ao sindicato ou órgãos da Igreja Católica, através de seus agentes pastorais. Atitude que resultava sempre na realização de diferentes formas de ação e organização. No âmbito interno da área do conflito, começava-se com o processo de organização coletiva, que resultava na realização de mutirões para plantio de roçados comunitários, construções de casas, barreiros etc. No âmbito externo, três ações se destacaram: Ações Jurídicas, no sentido de assegurar o direito à terra e a realização da desapropriação

⁵⁹ MOREIRA, E. R. F., TARGINO, I., PENHA, J. P., PEREIRA, M. P. B. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba. **Revista da ABET**, v. I, n. 1/2, 2001, p. 51.

⁶⁰ Na região Nordeste, roçado é entendido como uma área de terra cultivada pela família produtora de alimentos de subsistência

⁶¹ TOSI, Giuseppe, 1988, p. 34.

da área; ações de pressão junto ao poder público, através de elaboração e envio de documentos de denúncia, abaixo-assinados solicitando a desapropriação da área para serem enviados aos órgãos competentes e ações de sensibilização da sociedade civil, com a realização de ocupações coletivas pelo INCRA e manifestação pública por meio de concentrações em praça pública e em frente a órgãos do poder público⁶².

Essas ações tornaram-se resistências a pressões que os trabalhadores rurais vinham sofrendo. Além dessas resistências descritas, os conflitos ganharam visibilidade nos veículos da mídia paraibana e nas rádios dos municípios da região, principalmente o programa de rádio realizado pela Diocese de Guarabira, denominado de *O Evangelho hoje*⁶³: “Esse programa se transformou em um instrumento importante de denúncia da situação dos trabalhadores rurais envolvidos em situações de conflitos de terra, assim como dos atos de violências praticados pelos proprietários de terra e os policiais”⁶⁴. As denúncias ocorriam, em especial, quando eram feitas pelo coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Pe. Luigi Pescarmona⁶⁵, além de ter maior repercussão na sociedade chamando atenção à opinião pública.

Ao final da década de 1980, os conflitos iam se agravando, chegando a 40 áreas, conforme o documento elaborado pela Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAG) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT-PB) e enviado ao Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, ao Governador do Estado da Paraíba e ao Superintendente do INCRA da Paraíba.⁶⁶ Conforme Orlandil Moreira expõe, este documento contém um breve histórico da luta pela terra na Paraíba, cujos eventos o autor chama atenção para: a) campanha pela reforma agrária iniciada em 1983; b) envolvimento das entidades representativas dos trabalhadores: sindicatos, FETAG E CONTAG e c) outros atores envolvidos, a exemplo da Igreja Católica e de instituições e centros de apoio⁶⁷. O cenário de

⁶² MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 38.

⁶³ Foram localizados os roteiros de alguns programas *O Evangelho hoje* no acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP).

⁶⁴ MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 38.

⁶⁵ Há uma Tese de Doutorado em Ciências Sociais dedicada à trajetória do sacerdote: PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **A trajetória religiosa-política do Padre Luigi Pescarmona (1960- 2010): entre o *habitus* partição e o assistencial**. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

⁶⁶ MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 39.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 40.

conflitos envolvia muitos atores da sociedade paraibana, com destaque à Igreja Católica, através da Pastoral Rural, além dos órgãos e serviços criados pela Diocese de Guarabira, a exemplo do Projeto Educativo do Menor (PEM), Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), que organizavam e mobilizavam os trabalhadores em conjunto com os sindicatos, grupos de oposição sindical e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região.⁶⁸

Dentre estas entidades locais, quero destacar as ações da Igreja Católica e as ações do Serviço de Educação Popular (SEDUP). A Igreja Católica nesse contexto de lutas teve um papel importantíssimo junto aos trabalhadores. Suas ações davam visibilidade e legitimidade da luta pela terra na região e apoio institucional através dos padres e agentes de pastoral. Eram realizadas missas, romarias e novenas nesses territórios como forma de fortalecer a resistência dos trabalhadores, “além de ser uma voz que denunciava junto à sociedade local, nacional e internacional os atos de desrespeito aos direitos e a violência sofrida pelos trabalhadores rurais”⁶⁹. Pontuamos que até 1970 a Igreja Católica na região do Brejo Paraibano tinha uma visão mais conservadora, mas a partir da chegada do Bispo auxiliar D. Marcelo Pinto Carvalheira, em 1976, houve mudanças significativas em termos de orientação teológica. A historiadora Waléria de Kássia Martins da Silva produziu uma dissertação de mestrado relevante referente à atuação da Igreja Católica no Brejo Paraibano intitulada *Dos sindicatos dos padres à igreja viva: igreja católica e questões sociais do campo no brejo paraibano da década de 1960*⁷⁰. Conforme a historiadora, a atuação da Igreja Católica no Brejo, na década de 1960, estabelece meios de barrar a atuação das Ligas Camponesas na Paraíba, demonstrando que o Brejo se transformou numa espécie de cinturão a impedir uma maior expansão das Ligas pelo campo paraibano.⁷¹ Só a partir da década de 70 que ocorre mudanças na atuação da Igreja, seguindo orientação progressista, influenciada pelas ideias de transformação da Teologia da Libertação, aproximando a Igreja aos pobres e mais vulneráveis aos problemas sociais.

Nessas mudanças na condução da Igreja Católica da região do Brejo Paraibano, surgiu então o Serviço de Educação Popular (SEDUP), em 1981. A criação do SEDUP foi

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem, p. 40-41.

⁷⁰ SILVA, Waléria Kássia Martins da. **Dos Sindicatos dos Padres à Igreja Viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo Paraibano da década de 1960**. João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2020.

⁷¹ Ibidem, p. 15.

iniciativa do Bispo D. Marcelo Carvalheira com a colaboração da Ir. Valéria Rezende⁷², concretizando, portanto, um porto de apoio aos setores populares empobrecidos.

Inicialmente é importante entender o que é o SEDUP e quais atuações dentro da região. O Serviço de Educação Popular é uma organização não governamental (ONG) que inicialmente era parte da Pastoral da Igreja Católica e que em 1990 se emancipou, mas ainda permaneceu vinculado à Diocese. O SEDUP tinha um papel pedagógico, o que possibilitava orientar os trabalhadores do campo, auxiliando-os por meio da educação popular. Uma de suas tarefas era a realização de cursos de base para orientar quanto aos seus direitos sociais, políticos e trabalhistas por meio da produção de material pedagógico, informativos, panfletos em períodos de campanhas. Atualmente realiza atividades junto as comunidades carentes da cidade de Guarabira e dos assentamentos em localidades adjacentes, inclusive nos assentamentos da antiga Usina Santa Maria. Conta com educadores populares que mantém a militância e serviço das demandas sociais, tendo como objetivo atender aos grupos e organizações populares da região. Na década de 1980, sua organização interna consistia em:

(...) Profissionais de várias áreas, educadores, comunicadores, sociólogos, assistentes sociais, técnicos agrícolas que desenvolvem suas atividades em vários setores: sindical (assessoria aos STR e oposições sindicais), formação (de base e de dirigentes), comunicação popular (produção de material audiovisual, gráfico e radiográfico) pequenos produtores (...) mulheres (assessoria ao movimento de mulheres trabalhadoras do Brejo) e alfabetização de adultos (elaboração de material didático e de formação de monitores).⁷³

É importante ressaltar que neste período de surgimento do SEDUP se vivia um momento, em âmbito nacional, de resistência política contra a ditadura militar, em sua fase final. Como pontua Orlandil de Lima Moreira, dentro desse cenário político vivido pela sociedade brasileira “foi fundamental para colocar o SEDUP dentro de um movimento nacional e latino-americano de Educação Popular, que estava em expansão nesse período, e que se expandiu durante toda a década de 1980”⁷⁴.

Nessa primeira fase inicial de atuação, o SEDUP “se caracterizou por uma atuação

⁷² MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 76.

⁷³ TOSI, Giuseppe, 1988, p. 164-165.

⁷⁴ MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 79.

aos grupos populares que estavam emergindo na região”⁷⁵, e neste sentido é válido destacar sua atuação junto aos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria que lutavam em prol dos direitos trabalhistas e da conquista das terras. Ao longo da pesquisa será melhor desenvolvida a atuação desta entidade, mas para o momento compete ressaltar que o Serviço de Educação Popular foi importante nesta tomada de luta junto aos trabalhadores.

Era necessário que os trabalhadores se organizassem e criassem resistência. No entanto, vivia-se uma fragilidade dos sindicatos, em decorrência da desmobilização do período da ditadura militar, que em sua maioria eram controlados pelos proprietários de terra da região. Segundo Orlandil Moreira, os sindicatos começaram a mudar com o apoio e a presença de mediadores externos, “o que fez emergir um processo de organização na área canavieira, mesmo com o poder oligárquico muito presente exercendo o controle direto sobre os trabalhadores”⁷⁶.

A ação de organização junto aos canavieiros já vinha ocorrendo em outros estados no Brasil, e na região do Nordeste destacamos como principal exemplo o estado de Pernambuco⁷⁷. No ano de 1979, em Brasília, foi realizado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Dentre os objetivos, buscava-se estimular os sindicatos localizados em áreas de assalariados rurais realizassem iniciativas de mobilização da categoria a fim de reivindicar regulamentação das relações de trabalho. O estado de Pernambuco foi o pioneiro dentre as ações das campanhas salariais, em 1979.

Na Paraíba umas das primeiras iniciativas de mobilização e organização dos assalariados rurais, com foco nos assalariados da cana-de-açúcar, foi a formação de uma comissão de assalariados da zona canavieira em setembro de 1982. A comissão foi fundamental para denunciar as condições de exploração que se encontravam os canavieiros e exigir melhores condições de trabalho. As ações das Campanhas Trabalhistas foram realizadas entre 1982 e 1984:

Os objetivos desta campanha eram difundir entre os trabalhadores o conhecimento dos “direitos”, estimular as ações trabalhistas na justiça, até aquele momento inexistente e propiciar uma aproximação dos dirigentes sindicais em geral pequenos produtores, desta categoria em expansão, mas

⁷⁵ Ibidem, p. 91.

⁷⁶ Ibidem, p. 43.

⁷⁷ TOSI, Giuseppe, 1988.

sobrepresentada no movimento sindical.⁷⁸

As Campanhas Trabalhistas tornaram-se importantes para entender este cenário de mobilização e organização dos trabalhadores rurais do Brejo Paraibano, bem como a própria participação destes trabalhadores do campo os fez sair do total isolamento para enfim reivindicar seus direitos, o que reflete num saldo positivo, apesar do não cumprimento por parte do patronato. Ações como essas se tornam fundamentais para a classe trabalhadora.

No ano de 1983, segundo Guiseppe Tosi, três momentos marcaram a Campanha Trabalhista: a comemoração do 1º de maio, realizada em Sapé, com a participação de 18 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e mais de 6.000 trabalhadores, tendo como tema central a luta pelos direitos trabalhistas; o lançamento da campanha estadual, em Alagoa Grande, de resposta ao assassinato de Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local; e uma campanha pelo pagamento pelo 13º salário dos canavieiros, campanha que marcou pelo fato de ser considerada um dos primeiros resultados das mobilizações trabalhistas daquele período⁷⁹. Conforme Emília Moreira e Ivan Targino, esta campanha tinha como objetivo:

Difundir entre os trabalhadores o conhecimento dos “direitos”, estimular as ações trabalhistas na justiça, até aquele momento inexistentes, e propiciar uma aproximação dos dirigentes sindicais. (...) em outras palavras, a Campanha Trabalhista tinha como objetivo preparar o terreno e criar as condições organizativas para as “Campanhas Salariais” e os “Dissídios Coletivos”, como vinha ocorrendo em Pernambuco desde 1979.⁸⁰

Em 1984, realizou-se a primeira campanha salarial dos canavieiros. Tudo estava sendo organizado para o lançamento do Dissídio Coletivo e a primeira greve dos canavieiros da Paraíba. Este evento proporcionou visibilidade para as demandas trabalhistas do campo, além de provocar a opinião pública paraibana. Momento em que os trabalhadores cruzaram os braços pela primeira vez, largando o eito de cana e foram ocupar espaços na cidade para reivindicar direitos transformando-se em “sujeitos visíveis” perante a sociedade.

A primeira greve paraibana de canavieiros teve duração de uma semana e contou

⁷⁸ Ibidem p. 75.

⁷⁹ Ibidem, p. 76.

⁸⁰ MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 287.

com apoio de diversos agentes institucionais e sociais, com destaque para os movimentos populares urbanos, CEBs e setores da Igreja Católica, além de sindicatos urbanos que prestaram a sua solidariedade com contribuições para a organização de um fundo de greve, na perspectiva de subsidiar a compra de alimentos aos trabalhadores que estavam paralisados. Após uma semana de greve, e sem acordo entre a categoria dos assalariados e os usineiros, chegou-se a um impasse, que seria recorrer à Justiça do Trabalho e solicitar o dissídio coletivo. Com isso, destaca Orlandil Moreira:

Após análise por parte dos juízes, foi aprovada a primeira convenção Coletiva de trabalho da categoria dos assalariados da cana-de-açúcar da Paraíba, marcada por mobilizações dos trabalhadores em frente do Tribunal Regional do Trabalho, na cidade do Recife.⁸¹

Estas campanhas salariais se constituíram em um avanço importante para a organização dos assalariados e seu processo de identificação enquanto classe.⁸² Esse passo foi fundamental para mobilizar os trabalhadores do campo, os sindicatos e outros setores populares. Durante a campanha foram vários dias de greve, ficaram com os braços “ociosos” para o trabalho, mas estavam de braços abertos para lutarem pelas garantias trabalhistas, emergir no cenário político e também para reivindicar a sua cidadania. O resultado foi atingido, segundo o sociólogo Giuseppe Tosi:

Através da negociação, o movimento sindical conseguiu o reconhecimento de uma extensa pauta de reivindicações, que abrange direitos fundamentais, alguns já garantidos por lei, mas não respeitados e até desconhecidos pelos próprios canavieiros, e introduz novos direitos, tal como a fixação de um piso salarial e de uma tabela que regulamenta o regime de trabalho “por produção” e o direito de estabilidade para os delegados sindicais.⁸³

Contudo, considerando esta breve exposição de luta e mobilização da classe trabalhadora paraibana, trataremos de compreendê-las a partir das questões teóricas levantadas por E. P. Thompson (1987). Toma-se por base suas reflexões sobre classes sociais e consciência de classe, a ideia de que a movimentação e efervescência dos trabalhadores rurais e urbanos, em distintas épocas e contextos, resultam na construção da

⁸¹ Ibidem, p. 48.

⁸² TOSI, Giuseppe, 1988, p. 81.

⁸³ Ibidem.

consciência, por parte dos trabalhadores, de que eles integram uma sociedade formada por classes sociais distintas e com interesses antagônicos, baseadas em relações de exploração.

É através das experiências adquiridas e partilhadas que os trabalhadores identificam seus interesses comuns em meio aos conflitos existentes e tomam consciência deste antagonismo, organizando suas formas de luta. A consciência de classe não tem hora nem local previamente marcado para acontecer. O momento que os trabalhadores, sejam do campo ou da cidade, se mobilizam coletivamente para lutar em prol de direitos representa um processo de desenvolvimento dessa consciência. Este é o caso que tratamos aqui.

Esse contexto de organização e reivindicação deflagra uma situação que está em total desequilíbrio, pois a classe trabalhadora é sempre penalizada pela classe dominante, seja pela exploração ou descumprimento das leis.

Dessa forma, podemos pensar brevemente no contexto da criação da Justiça do Trabalho. Por que foi criada? Foi um ato benevolente de reconhecimento de regularização das leis trabalhistas pelo presidente Getúlio Vargas? A Justiça do Trabalho foi criada durante seu governo, em 1º de maio de 1941, para tentar estabelecer formas de conciliação entre patrões e trabalhadores⁸⁴ e, assim, atenuar os conflitos na relação capital/trabalho através da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Com a criação da CLT, em 1943, esperava-se regulamentar os direitos trabalhistas no Brasil. A criação da Justiça do Trabalho não foi um ato benevolente do Vargas, mas tinha como objetivo apaziguar os conflitos que cresciam cada vez mais, em meio a um processo de expansão capitalista no país. Apesar da importância da criação da CLT, inicialmente ela beneficiava os trabalhadores urbanos, deixando à margem os trabalhadores rurais.

A análise da trajetória dos direitos dos trabalhadores rurais brasileiros, explorados e subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais, implica afirmar que estes foram marginalizados da legislação social trabalhista, e que só conseguiram ter legalmente instituídos os seus direitos após anos de luta com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)⁸⁵ em 1963. E ainda assim,

⁸⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

⁸⁵ Lei nº 4.214 – de 2 de março de 1963. Diário Oficial da União, 22 de março de 1963 – Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Acesso: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>. Acessado em: 15/10/2022.

com muitos limites.⁸⁶

O projeto da criação do Estatuto do Trabalhador Rural foi apresentado pelo Deputado Fernando Ferrari ainda em 6 de maio de 1960, tendo como pontos principais a garantia de salário-mínimo, férias renumeradas, estabilidade no emprego, aviso prévio, indenização por demissão sem justa causa, entre outros direitos. Portanto, o ETR tratou dos direitos individuais, coletivos, processuais, previdenciários e fiscalização trabalhista no meio rural.

Contudo, este difícil processo foi violentamente interrompido em 1º de abril de 1964, quando um golpe deu início ao período da ditadura militar que reprimiu e dificultou uma série de lutas populares em todo o Brasil. Durante este período, ocorreram intensas repressões contra a crescente agitação política e social no mundo rural e que representou a interrupção de uma série de lutas e projetos em todo o país, inclusive o projeto de realização de reforma agrária que era sinalizado antes do golpe.

Nesse contexto, as organizações e movimentos sociais em todo o país entraram em declínio devido à forte repressão infringida pelos militares. Dentre eles, foram atingidos, por exemplo, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais. Estas organizações reprimidas nesse período retornam à cena pública, de forma explícita, a partir da abertura política entre os anos de 1979-1988, no chamado período da redemocratização brasileira, mas cabe frisar que os conflitos sociais no campo precedem a redemocratização.⁸⁷ Neste sentido, no que se refere aos anos imediatamente anteriores e ao sombrio período do regime ditatorial (1964-1985), tivemos um período de maior ocorrência de violência e repressão vivenciadas no meio rural, de dificuldades de organização, perseguições e mortes de lideranças em todas as regiões do Brasil.

Diante deste contexto de ebulição pelas garantias trabalhistas, podemos pensar, por exemplo, na região do Brejo Paraibano, foco da pesquisa. Houve uma avaliação política e administrativa do Poder Judiciário sobre a necessidade da criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) na cidade de Guarabira, em 1987. Tal abertura da JCJ de Guarabira representava novas oportunidades de luta pelas garantias trabalhistas na região, sobretudo no contexto de declínio do Proálcool, que trouxe sérias consequências para os

⁸⁶ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

⁸⁷ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton. [at. al.]. **Ditadura: O que resta da transição?** São Paulo. Boitempo, 2014.

trabalhadores do campo. Após a instalação da JCJ na região houve muitas demandas de ações trabalhistas, sobretudo nos anos seguintes em que triplicava ações judiciais contra o patronato.

Devemos ponderar que, apesar de existir um órgão mais ‘palpável’ aos trabalhadores na região do Brejo Paraibano, nem sempre significava que os mesmos fossem adentrar no campo jurídico. Aqui existem algumas hipóteses para essa relutância, dentre elas o fator econômico, pois o medo de “manchar-se” e não conseguir mais trabalho nas redondezas. Outro fator relevante é o sentimento de “gratidão” que os trabalhadores mantinham ao patronato. Mesmo sendo explorados, tinham ao menos trabalho e moradia, além de um “roçadinho” de subsistência. Este cenário, portanto, foi vivenciado pelos ex-assalariados da Usina. Muitos tinham medo de adentrar na Justiça do Trabalho para requerer o que era seu por direito, mas, conforme apontamos, o universo envolto da moradia de suas obrigações e o próprio sentimento de gratidão era forte entre os trabalhadores. Por outro lado, entendemos que a implantação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira representava um marco importante para os trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos.

No próximo capítulo iremos tratar de algumas questões mais locais, principalmente como deu-se a retomada dos movimentos sociais a partir da redemocratização brasileira, a exemplo da retomada do sindicato, da atuação de entidades locais e de parte da Igreja Católica.

2. A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: IGREJA, SINDICALISMO RURAL E LEIS TRABALHISTAS NO CAMPO

A ditadura militar foi implantada para possibilitar um processo de desenvolvimento econômico com concentração de renda e repressão à classe trabalhadora, imposta para intensificar a exploração sobre os trabalhadores no Brasil. Neste sentido, uma série de lutas dos trabalhadores do campo foram desarticuladas, a exemplo de movimentos, organizações, sindicatos, coibindo com violência, com inúmeros assassinatos e exílio, principalmente das lideranças.

Contudo, apesar de tanta repressão não significou total desaparecimento dos movimentos. Trataremos neste capítulo de discutir estas questões no Brasil, mas em especial na Paraíba, abordando o período da redemocratização, que ocorreu em finais da década de 1970, caracterizada como uma transição política para um Estado de direito depois de duas décadas de ditadura militar, e o que este marco representou na retomada dos direitos políticos e civis da população. A retomada não foi apenas resultado de uma democratização “pelo alto”, mas também foi “forçada a partir de baixo”, pela pressão dos movimentos sociais, que se manifestaram em greves e outras movimentações na segunda metade da década de 1970.

Nesse contexto da redemocratização os movimentos sociais se intensificaram, um deles é o retorno da organização sindical, que surgiu de forma renovada para lutar em prol da terra e por direitos trabalhistas. Veremos nos estudos do sociólogo Giuseppe Tosi, da geógrafa Emília Moreira e do economista Ivan Targino, entre outros, como se deu o retorno da organização sindical, principalmente, o que representou para os trabalhadores rurais locais do Brejo Paraibano. Além disso, discutiremos a atuação da Igreja Católica e seu papel frente aos conflitos em favor da classe trabalhadora. Porém buscaremos ressaltar, a partir dos estudos recentes da historiadora Waléria Kássia Martins da Silva (2020), que nem sempre a Igreja teve a postura acolhedora para as causas dos pobres, inclusive fazendo oposição às Ligas Camponesas. Contudo, veremos que na Paraíba, a partir de 1960, a hierarquia católica toma partido favorável aos trabalhadores rurais, tendo inclusive como grande articulador D. José Maria Pires. Para discutir tais questões também buscaremos apoio nos textos do

geógrafo Marcos Antônio Mitidieiro Júnior (2008), que estuda o surgimento dos movimentos sociais diretamente apoiados por parte da Igreja Católica influenciado pela Teologia da Libertação; e do geógrafo Diego Pessoa Irineu de França (2014), que dialoga sobre a atuação da Igreja Católica junto aos trabalhadores do campo nas décadas de 1980 e 1990. Ainda inserido neste contexto de articulação e reorganização dos trabalhadores rurais, falaremos da importância da chegada da Junta de Conciliação e Julgamento em Guarabira. Este acontecimento representou novas expectativas para os trabalhadores locais, tendo em vista a dificuldade que os trabalhadores da região tinham para ter acesso à Justiça do Trabalho.

Dentro desse contexto buscaremos situar como deu-se a ação da Igreja Católica junto aos trabalhadores do campo, os sindicatos e os serviços de algumas instituições criadas para dar orientação quanto aos direitos sociais e trabalhistas dentro da zona canavieira do Brejo Paraibano. Pontuaremos a ocorrência das semanas sindicais, ocorridas entre os anos de 1981 até 1986, com destaque para a primeira greve canavieira da Paraíba, em 1984. Além disso, buscaremos apontar o surgimento da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira.

2.1 A Igreja Católica e sindicatos rurais no Brejo Paraibano

É inegável o papel que a Igreja Católica desempenhou frente aos conflitos dos camponeses, combatendo injustiças e ameaças do patronato contra os trabalhadores do campo. No entanto, deve-se compreender que a Igreja nem sempre esteve na linha de frente para defender os interesses dos pobres. Ao contrário, a trajetória da instituição religiosa como a Igreja Católica está vinculada ao conservadorismo e antimodernismo, um modelo institucional secular muito próximo das elites, classes dominantes e do Estado, fiel aos seus interesses e sua própria visão de mundo. Conforme a dissertação da historiadora Waléria Kássia, aqui já mencionada, a Igreja Católica na Paraíba fazia oposição às Ligas Camponesas como forma, a seu ver, de combater a propagação do comunismo no Brasil¹.

¹ SILVA, Waléria Kássia Martins da. **Dos Sindicatos dos Padres à Igreja Viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano da década de 1960**. João Pessoa: Mestrado em História / Universidade Federal da Paraíba, 2020.

Contudo, a partir da década de 1960 se observa um contexto de mudanças delineando movimentos no seu interior que se torna um ponto de partida de posicionamento e fomento de articulação em favor dos trabalhadores e dos oprimidos. Com o Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, a posição definida por esses movimentos foi ganhando maior importância do ponto de vista teológico, que passa a observar a realidade socioeconômica e política para a ação da Igreja no mundo.

A realização da Conferência Episcopal de Medellín na Colômbia, em 1968, e da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Puebla, no México, em 1979, marcaram mudanças no discurso e na prática da Igreja Católica também no Brasil, possibilitando uma profunda revisão de sua pregação e prática junto ao povo, reagindo contra a violência econômica e política que se abatia sobre a sociedade civil e atingia parte da própria instituição eclesial.

Nesse novo contexto, “a Igreja põe no centro de suas preocupações e de sua atuação a defesa dos direitos humanos fundamentada numa releitura da Bíblia e da doutrina social do magistério”². Logicamente, tais mudanças não ocorreram de imediato e nem todo o clero adotou tais posturas, estamos falando de uma instituição secular arraigada no conservadorismo. No entanto, a realização destas conferências fomentou mudanças no discurso e na prática da Igreja Católica, ou ao menos em parte dela. De forma prática, tais mudanças consistiam no apoio aos movimentos populares se colocando à disposição, dando apoio logístico e também a sua voz, fazendo denúncias da violência que vinha ocorrendo na sociedade brasileira. Especialmente

A partir de 1964, com o golpe militar e a perseguição a qualquer forma de organização popular, a Igreja foi um espaço onde a organização social pôde ganhar corpo. Por isso o papel da Igreja foi fundamental para o crescimento das organizações populares frente a forte repressão que sofriam. As portas da Igreja se abriram para dar apoio aos movimentos sociais, tanto do ponto de vista espiritual quanto material aos trabalhadores³.

Dessa forma, podemos entender que a Igreja começa a se abrir para as causas sociais, voltar-se para “os de baixo”, passando a se preocupar mais com as causas legítimas do povo,

² TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano. Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1988, p. 152.

³ FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. João Pessoa: Mestrado em Geografia, 2014, p. 52.

responsabilizando inclusive o capitalismo por ser a fonte dos males sociais no Brasil.

Já a partir de 1970 o setor progressista da Igreja ganhou força “passando a assumir uma crítica mais contundente à repressão no Brasil, em particular em relação à tortura, seguindo na direção de negar a legitimidade do regime, e se transformando numa força de oposição”⁴. Essa mudança de discurso e prática possibilitou a retomada dos processos de reorganização e participação social interrompidos pela ditadura militar. Assim, mesmo contraditoriamente ao posicionamento da cúpula da Igreja Católica, a ala da Teologia da Libertação, ala mais progressista da Igreja brasileira, utilizou o engajamento expressivo de leigos e agentes pastorais com o objetivo de se aproximar do povo. Para isso foram formadas instituições e pastorais ligadas à Igreja Católica para colocar em prática proposta de uma teologia libertadora.

Dessa forma, segundo o entendimento de Mitidiero Jr., a estratégia de criar comissões, centros e organizações com base nos fundamentos das Igrejas, principalmente no que se refere à Igreja Católica, foi importante, pois estas comissões não precisavam esperar a aprovação de uma legislação eclesial⁵. Nessa perspectiva de apoiar e conscientizar o trabalhador, em 1975, em Goiás, nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Comissão Pastoral da Terra passou a lutar pela justiça social, a defender os direitos trabalhistas no campo e sobretudo atuar nas áreas de conflito em conjunto com as Dioceses, Paróquias e Comunidades Eclesiais de Base⁶, levando a bandeira da reforma agrária, além de dar assessoria a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Pequenos Produtores e movimentos sociais.⁷

Na Paraíba, antes da criação da CPT, já existia um trabalho relevante realizado pela Pastoral Rural, herdeira dos Movimentos de Ação Católica e que tinha apoio nas Paróquias, Dioceses e, sobretudo, nas Comunidades Eclesiais de Base. Contudo, a Pastoral Rural

⁴ MOREIRA, Orlandil de Lima. **Educação Popular na Paraíba: memória e história do SEDUP**. Curitiba: CRV, 2021, p. 55.

⁵ MITIDIERO JR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e ação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia/Universidade de São Paulo, 2008, p. 138.

⁶ Na definição de Frei Betto 1981, as CEBs seriam comunidades porque reuniam pessoas que tinham a mesma fé, pertenciam à mesma igreja e moravam na mesma região. Assim, constituíam pequenos grupos organizados em torno de uma Paróquia (urbana) ou uma Capela (rural), que, por iniciativa dos leigos, padres e bispos, refletiam as possibilidades de luta por melhores condições de vida. In: MITIDIERO JR., Marco Antonio, 2008, p. 141.

⁷ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997, p. 304.

transformou-se na Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1976 e em sua composição não houve mudanças na metodologia de trabalho, pois a assistência eclesial ao camponês na questão do conflito já era diferente desde 1966, com a chegada Dom José Maria Pires para a Arquidiocese da Paraíba e assim permaneceu com as mesmas atividades.

Para este momento vamos nos limitar à regional de Guarabira, onde está localizada a Diocese de Guarabira⁸ e citar a existência de alguns grupos que atuaram na região do Brejo Paraibano.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas desde 1970, atuantes nos povoados rurais e periferias das cidades, contribuíram significativamente no engajamento político e formação de lideranças durante o período de repressão⁹; as Pastorais Rurais (PRs) orientaram a criação da CPT; e o setor de “Serviços” da Diocese, entre 1977 e 1981, estavam ligadas à Pastoral Social da Igreja, sob responsabilidade geral do bispo da Diocese. O setor de “serviços” era composto por três instituições: o Projeto Educativo do Menor (PEM/PROCEP), de 1977; o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), criado em 1979; e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), já em 1981.

O Projeto Educativo do Menor (PEM/PROCEP), de 1977, consistia em uma iniciativa do Dom Marcelo Carvalheira. Esta necessidade nasceu devido às demandas postas à realidade da população, que embora tudo fizesse falta (terra, casa, comida, trabalho e salário), mas o que mais fazia falta também era “estudo pros filhos”. Nessas circunstâncias, o PEM, então, foi planejado para ser uma estrutura que oferecesse educação às crianças mais pobres¹⁰. Dentre os objetivos do programa estavam:

1. Educação libertadora das crianças; 2. Formação de educadores populares sem condições sociais de formação profissional nas instituições oficiais; 3. Criação de uma pedagogia e um sistema de ensino adaptado às necessidades de uma população marginalizada e de uma ação transformadora da realidade; 4. Engajar os pais e toda a

⁸ A diocese abrange 24 municípios do Brejo, Curimatá e Piemonte da Borborema. Foi fundada em dezembro de 1981, tendo como primeiro bispo dom Marcelo Pinto Carvalheira que já atuava na região desde 1976 como Bispo auxiliar da arquidiocese da Paraíba, responsável pela então região episcopal do Brejo. Cf. TOSI, Giuseppe, 1988, p. 153.

⁹ Ibidem, p. 157-158.

¹⁰ ESTEVAM, Diognys Cardoso. **Trabalho infantojuvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2019, p. 90.

comunidade neste e noutros programas de autopromoção.¹¹

O Projeto Educativo do Menor abrangia a população mais carente, entre eles: “engraxates, vendedores de picolé, filhos de desempregados, biscateiros e outras crianças habitantes das periferias das cidades do Brejo, impedidas de participar ou expulsas de outras escolas, eram candidatos em potencial à rede escolar”¹². Além das crianças, o projeto estendeu-se aos jovens e aos pais, sendo realizado de acordo com as necessidades do público – no caso das crianças voltado para alfabetização, para os jovens e adultos cursos profissionalizantes para que pudessem gerar renda junto a sua família.

O Projeto Educativo do Menor (PEM), portanto, foi uma das ações proporcionadas pela Região Episcopal do Brejo, que logo se tornaria Diocese. Dentro deste viés educativo com crianças e jovens fomentado pela Região Episcopal de Guarabira, ainda podemos citar a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e o Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), na década de 80. Estas ações foram cruciais na vida de inúmeras crianças, jovens e adultos que por circunstâncias sociais, políticas e econômicas não conseguiram acessar serviços públicos.

Já o Centro Orientação dos Direitos Humanos (CODH), criado em 1979, era composto por advogados que começaram o seu engajamento na Igreja. Atuava no setor de assistência jurídica em prol da defesa dos trabalhadores, sobretudo na área trabalhista e agrária, colocando-se à disposição de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Brejo e a grupos de trabalhadores de áreas de conflito acompanhados pela Pastoral Rural. Sua estrutura, objetivos e funcionamento era similar ao de outros grupos vinculados a dioceses vizinhas, a exemplo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos em João Pessoa, criado em 1971, e a “Comissão Justiça e Paz”, de Campina Grande.

O Serviço de Educação Popular (SEDUP), criado em 1981, conforme já apresentamos no capítulo I, foi iniciativa do Bispo D. Marcelo Carvalheira com a colaboração da Ir. Valéria Rezende, concretizando, portanto, um porto de apoio aos setores empobrecidos. Após 1990, o SEDUP, por questões internas, se emancipou da Igreja e se transformou numa organização não governamental (ONG) autônoma, embora continuasse a

¹¹ **Livro de Tombo da Região Episcopal do Brejo da Arquidiocese da Paraíba**, p. 33b. O livro foi aberto pelo Bispo nomeado Dom Marcelo Pinto Cavalheira em 15 de fevereiro de 1976, e fica arquivado na Chancelaria da Cúria Diocesana de Guarabira. In: ESTEVAM, Diognys Cardoso, 2019, p. 91.

¹² ESTEVAM, Diognys Cardoso, 2019, p. 91.

manter vínculos com a Diocese de Guarabira. Seu papel pedagógico é orientar os trabalhadores do campo, auxiliando-os, por meio da educação popular, com a realização de cursos de base para orientar sobre os seus direitos sociais, políticos e trabalhistas.

O trabalho atualmente do SEDUP tem como missão fomentar a luta em defesa dos direitos humanos, sociais e culturais colaborando com a autonomia e dignidade dos movimentos populares, sem discriminação de raça, religião, etnia, geração, gênero ou orientação sexual, tendo em vista a promoção da justiça social e a transformação para uma sociedade mais solidária e democrática. Seu público-alvo são jovens, mulheres, organizações populares/movimentos sociais, outras ONGs, população em geral, trabalhadores(as) rurais/sindicatos de trabalhadores(as) rurais, além de atuar nas áreas de educação, questões agrárias, economia solidária, orçamento público, fortalecimento de outras ONGs/movimentos populares, relações de gênero, organização popular/participação popular¹³.

Enfim, é importante observar que a junção de vários elementos de ações sociais dentro da Igreja Católica possibilitou a construção de uma igreja popular viva, atuante e fortalecida na região do Agreste e Brejo da Paraíba. Isso só foi possível a partir da iniciativa da criação da Região Episcopal e, posteriormente, instalação da Diocese de Guarabira. Em meio a tantos desafios postos, marcada pela perseguição e falta de democracia, a Igreja assumiu esse papel de estar junto, de ser base e pilar para muitas comunidades carentes, mediando conflitos sob uma posição progressista da Teologia da Libertação, que permitiu traçar novos ventos para a região do Brejo Paraibano, principalmente para o atuação do Sindicato que durante o regime militar foi duramente combatido. Sua retomada fora essencial para lutar pelos direitos do povo. Para tanto, veremos que a partir da década de 1980 o movimento sindical ganhou força e entrou num período em que se acentuaram lutas e mobilizações.

2.2 Sindicalismo rural e atuação no Brejo Paraibano

Partimos do ponto de constatação de que o sindicalismo rural começou em desvantagem em relação ao sindicalismo urbano, porque passaram-se três décadas para que

¹³ Ver: <https://abong.org.br/associadas/SEDUP/>. Acessado em: 18/11/2023.

o reconhecimento estatal e a legislação trabalhista viessem a lhe abranger, conforme enfatiza Rudá Ricci: (...) “o sindicalismo urbano foi reconhecido ainda nos anos 30, o rural formalizou-se apenas no início da década de 1960”¹⁴. O saldo de 30 anos fez com que a maioria da população do país, no caso a população rural, não tivesse a regularização da legislação trabalhista assim como já ocorria no espaço urbano, a exemplo da oficialização dos sindicatos, assistência da legislação trabalhista voltada aos trabalhadores urbanos e a regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.

Apenas em 1962 os trabalhadores do campo tiveram o direito à sindicalização. Após o reconhecimento ao direito de sindicalização, tornou-se a maior e mais organizada sua estrutura sindical: Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹⁵.

Só a partir da abertura política, quando o governo ditatorial estava em crise no final dos anos de 1970, é que o sindicalismo tomou novos rumos, assumindo para si até uma nova nomenclatura: o Novo Sindicalismo. O então “Novo Sindicalismo” se propunha a romper com as experiências sindicais anteriores, promovendo uma ruptura com a estrutura sindical que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores¹⁶. Em 1979, segundo José Murilo de Carvalho, os sindicatos rurais apresentavam um crescimento admirável, a ponto de o número de trabalhadores sindicalizados rurais quase alcançarem o número de sindicalizados urbanos¹⁷. Essa virada expressiva demonstra a atuação ativa dos trabalhadores rurais em buscarem seus direitos. Em parte, dava-se pelo apoio da Igreja Católica. A Igreja, através dos seus setores mais progressistas, desempenhou um importante papel como mediadora dos conflitos, fossem eles em defesa da luta pela terra ou da luta pelos direitos trabalhistas.

Levando em consideração seu papel mediador, a Igreja tinha como função buscar apoio da sociedade civil, divulgar os conflitos na tentativa de denunciar as ações de violência

¹⁴ RICCI, Rudá. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: Papel do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 323.

¹⁵ Ibidem, p. 322.

¹⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 182.

no campo. Nesse sentido, através de padres, frades, freiras e agentes pastorais leigos, se desenvolve todo um trabalho de conscientização junto aos pequenos produtores, buscando elevar seu nível de consciência política e fortalecer sua capacidade de organização sindical, social e política.

Ao recuarmos um pouco na história, início da década de 1960, podemos citar a atuação de sindicatos que foram os “Sindicatos dos Padres”, no Brejo Paraibano. Tinham uma forte influência de setores ligados à Igreja e das iniciativas que ela realizava junto as comunidades. Dentre estes sindicatos podemos citar os de Areia, Serraria, Mari, Solânea e Alagoa Grande, sendo o primeiro sindicato no município de Areia, em 1962. Esses sindicatos foram criados para se opor a posturas políticas que a Igreja considerava radicais, subversivas e comunistas, como seria o caso, a seu ver, das Ligas Camponesas e dos “Sindicatos da Liga”. Até 1964, os “Sindicatos dos Padres” tinham o objetivo de evitar a disseminação das Ligas Camponesas e dos sindicatos a ela vinculados no interior da Paraíba a partir do Brejo, através do fomento de sindicatos que atuassem na perspectiva da harmonia social e da cooperação entre capital e trabalho, conforme pregava a Doutrina Social da Igreja, baseada na encíclica *Rerum Novarum*, de 1891. Contudo, o golpe de 1964 veio a reprimir também esses sindicatos e os clérigos que ali atuavam, apesar de sua pregação francamente anticomunista.¹⁸

As Ligas Camponesas, por sua vez, tiveram um papel fundamental na história de luta dos trabalhadores do campo, tendo registrado seu primeiro conflito no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco. Lá, em 1955, constituiu-se uma organização de caráter civil, com fins assistenciais, para criar fundos de ajuda mútua, mas também de defesa dos foreiros ameaçados de despejo. O principal líder da organização foi o advogado Francisco Julião, deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), e que, contribuiu, de forma significativa, para a expansão das Ligas por todo o país.

Aqui na Paraíba, em 1958, foi implantada a primeira Liga, denominada Liga Camponesa de Sapé, tendo como principal precursor João Pedro Teixeira, juntamente com outros companheiros como João Alfredo Dias (apelidado de Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro Fazendeiro). A Liga surgiu como uma entidade de caráter civil, com finalidade de prestar assistência social e jurídica aos seus associados e aos não associados. A entidade propunha lutar em prol da reforma agrária e pelos direitos trabalhistas dos

¹⁸ Ver: SILVA, Waléria Kássia Martins da, 2020.

trabalhadores canavieiros, rurais, foreiros, pequenos agricultores entre outros que tinham seus direitos desrespeitados pelos usineiros e latifundiários. O movimento ganhou força e, em cerca de três anos, a Liga de Sapé consolidou-se como a maior e mais forte Liga do Brasil, chegando a ter mais de 15 mil associados, entre eles, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, profissionais liberais e pequenos comerciantes¹⁹.

Com número crescente de associados, a classe patronal reagiu, e por meio de pistoleiros contratados por latifundiários em 2 de abril de 1962 João Pedro Teixeira foi morto. Essa prática ocorria em diversos locais do Brasil. No *Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade*²⁰ podemos constatar a violação dos direitos humanos àqueles que defendiam seus direitos sociais e trabalhistas, como foi o caso do Líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira e do assassinato da Líder Sindical Margarida Maria Alves²¹, em 1983. É importante ressaltar que até 1979 os sindicatos da região do Brejo eram todos ou comprometidos com os patrões e com os políticos, ou inativos pelo seu isolamento, ou até pela pouca constância de seu papel²².

Em relatório de 1986 produzido pela equipe do Serviço de Educação Popular (SEDUP) e intitulado *Os trabalhadores rurais e o movimento sindical no Brejo paraibano*, constam as tentativas empreendidas pelos trabalhadores rurais da região para erigir sua organização sindical no contexto do novo sindicalismo. No ano de 1980, se realizou a primeira intersindical, puxada pelas bases. Dentro dessa perspectiva, foi se conseguindo mobilizar, ampliar e unir os sindicatos e trabalhadores da região em várias ocasiões, dentre elas a “semana sindical”, que ocorria em torno do 1º de Maio unificado em todo o Brejo entre os anos de 1981 a 1985. A seguir, podemos observar um pouco desses esforços nos panfletos de 1981 reproduzidos abaixo. As atividades em comemoração ao 1º de Maio de

¹⁹ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo** – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

²⁰ A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) é uma organização da sociedade civil criada em 2012 por movimentos sociais do campo e acadêmicos reunidos em Brasília para o Encontro Unitário dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Teve como objetivo desvelar os casos de violações de direitos humanos no campo, em grande parte esquecidos pela sociedade, na perspectiva, de alguma forma, contribuir para a luta por memória e reparação para as pessoas afetadas, sobretudo, responsabilização dos perpetradores das violações.

²¹ COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE (CCV). **Relatório final: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988**. Sérgio Sauer et al. (Orgs). Brasília, Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos, UnB, 2015.

²² SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). **Os trabalhadores rurais e o movimento sindical no Brejo paraibano**. Guarabira: SEDUP (Relatório), 1986, p. 1. Documento do acervo físico do Serviço de Educação Popular, Guarabira-PB.

1981 contaram com a presença de 17 STRs do Brejo e áreas vizinhas, e reuniu mais de 4 mil participantes. Nos anos seguintes, se sucederam várias comemorações do 1º de Maio com o comparecimento expressivo de trabalhadores e dirigentes sindicais em Solânea em 1982, em Sapé em 1983 e em Alagoa Grande em 1984²³. No início dos anos 1980, o 1º de maio tornou-se, portanto, estratégico para promover os eventos da chamada semana sindical. O objetivo das semanas sindicais era associar as reflexões dos pequenos grupos de base à participação ativa na vida sindical e pressionar os próprios dirigentes ao engajamento mais efetivo na luta. Nas imagens abaixo, que reproduzem panfletos do SEDUP em 1981, observamos que foram produzidos numa linguagem muito lúdica e objetiva, sempre representando os trabalhadores em busca de seus direitos²⁴.

IMAGENS 1, 2 e 3: Cartazes da Semana Sindical de 1981



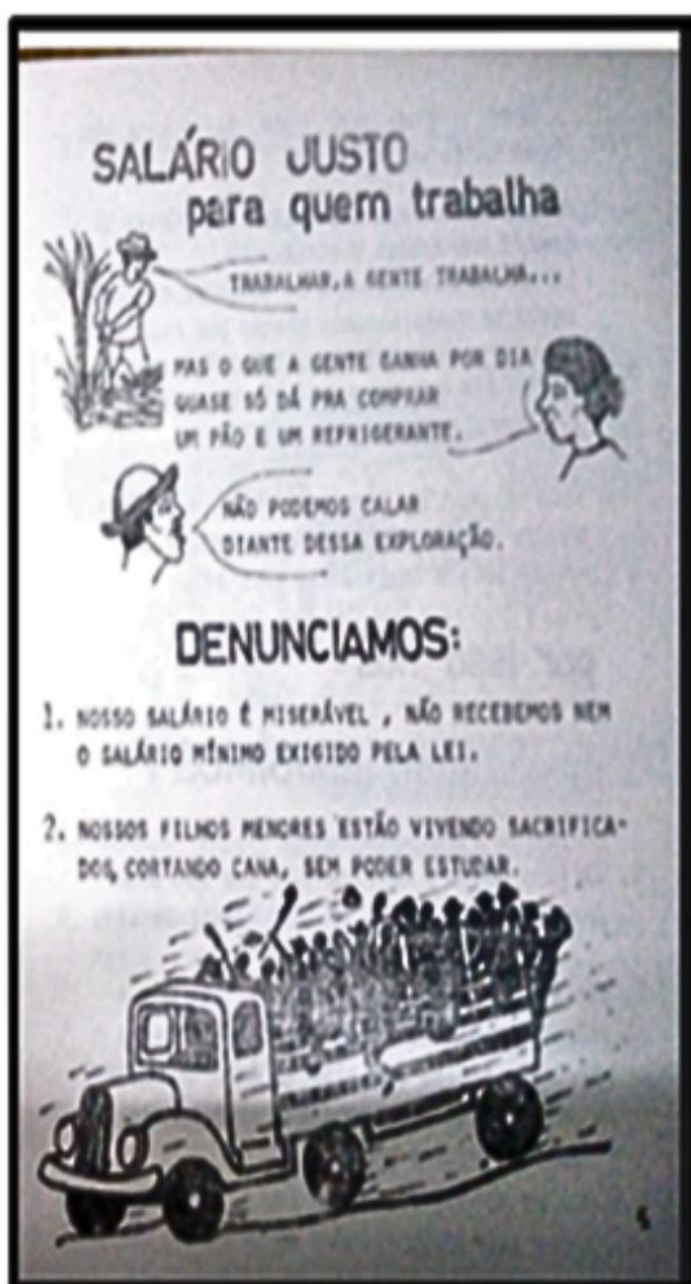
²³ TOSI, Giuseppe, 1988, p. 175.

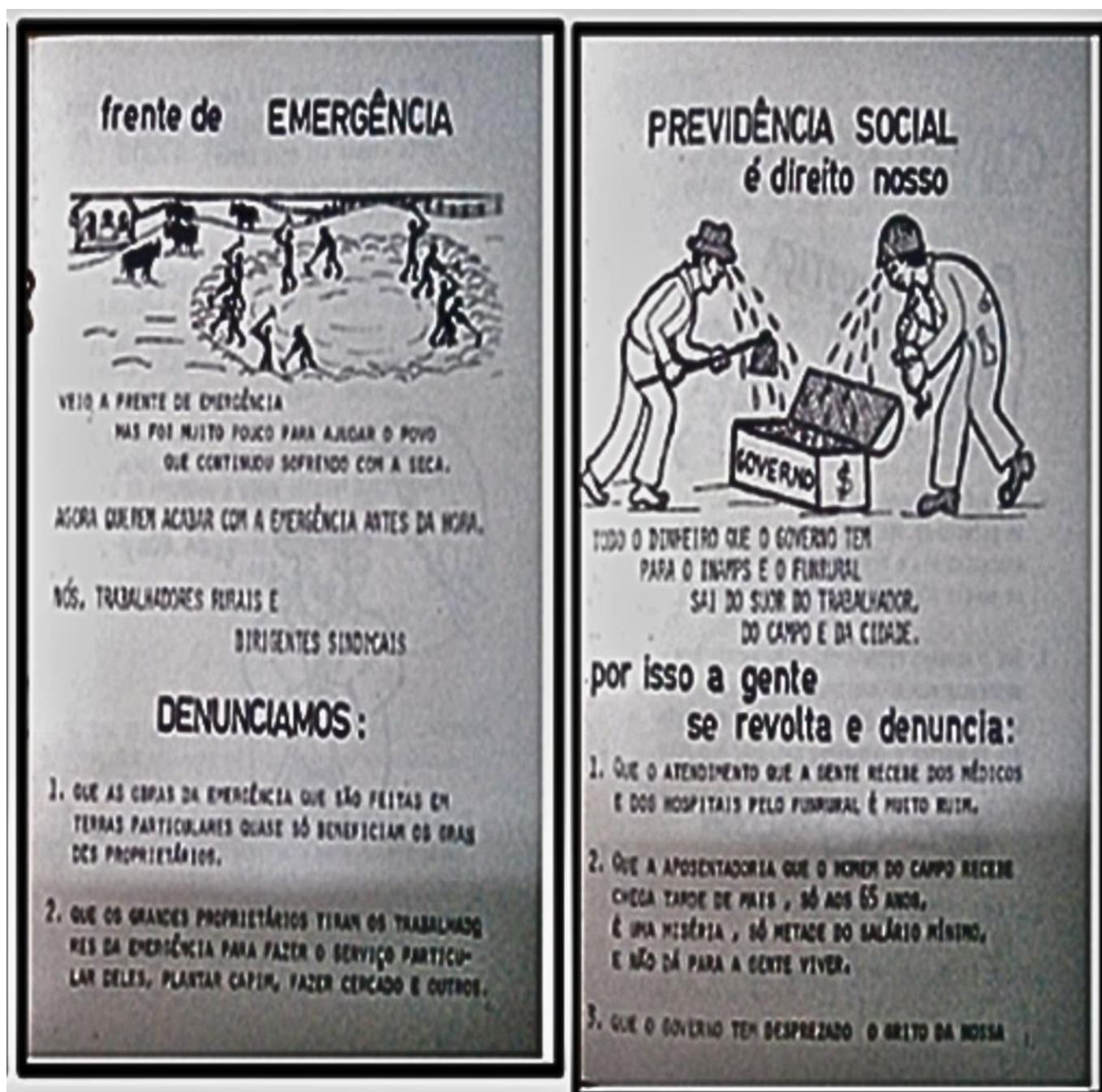
²⁴ Conforme o sociólogo Orlandil de Lima Moreira, materiais pedagógicos produzidos pelo SEDUP eram distribuídos nos sindicatos para contribuir no processo de conscientização sobre os direitos trabalhistas e a importância da organização sindical. Os materiais pedagógicos eram elaborados em forma de panfletos, cartilhas e cartazes com o objetivo de orientar as discussões nas reuniões de sindicatos, delegacias sindicais, comunidades rurais etc., e assim poder desenvolver debates que proporcionavam uma discussão sobre os direitos trabalhistas e relatos dos problemas vivenciados pelos trabalhadores. Cf. MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 45.



Já a segunda semana sindical ocorreu na cidade de Solânea, região do Brejo Paraibano, em 1982. O tema para discussão abarcava várias problemáticas vivenciadas na área rural: “Terra, salário justo, previdência social e seca”, questões que atingiam diretamente a vida, o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, conforme podemos ver nas imagens do folheto *Nosso grito, nossa luta!*, também elaborado pelo SEDUP:

IMAGENS 4, 5, 6 e 7: Folheto *Nosso grito, Nossa Luta!* – 1982





Fonte: Acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP), 1982.²⁶

O folheto no formato bem simples, com o objetivo de fácil compreensão pelo público-alvo, aborda o tema da discussão, expondo as condições de vida desses trabalhadores, destacando as problemáticas discutidas durante a semana sindical. Cerca de 7.000 trabalhadores e trabalhadoras estiveram presentes no ato público, momento em que a multidão expressou o seu protesto através de cantos, músicas e poesias denunciando

²⁶ Semana Sindical, de 1982. Acervo físico do Serviço de Educação Popular (SEDUP).

situações de miséria e injustiça. O ato teve a participação de representações de diversos municípios da Paraíba, em particular da região do Brejo, com a presença de representações de 27 municípios²⁷.

Em 1983, além da semana sindical já prevista, aconteceu também a campanha trabalhista, momentos ímpares para o processo de organização dos assalariados da cana. O tema da semana sindical desse ano foi “As relações de trabalho assalariado no campo”, e seu foco era o não cumprimento dos direitos trabalhistas e a luta pela terra. Abaixo, vemos o cartaz *Vamos lutar por nossos direitos*, elaborado e distribuído com fins de divulgação para as mobilizações em torno do 1º de maio de 1983 concentradas em Sapé:

IMAGEM 8 – Cartaz da Semana Sindical de 1983, “Vamos lutar por nossos Direitos”



Fonte: Acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP), 1983²⁸.

A campanha em comemoração do 1º de Maio de 1983 foi realizada em Sapé, no coração da zona canavieira, com a participação de 18 STRs e de mais de 6.000 trabalhadores.

²⁷ MOREIRA, Orlandil de Lima, 2021, p. 67.

²⁸ Cartaz Semana Sindical/1º de maio “Vamos lutar por nossos direitos”, 1983. Acervo físico do Serviço de Educação Popular.

Com o tema “luta por direitos”, a campanha era uma realização de valor simbólico muito importante em decorrência das lutas por direitos sociais e trabalhistas na Paraíba do passado e do presente. A semana seguia a mesma metodologia dos anos anteriores, adotando o trabalho de mobilização nas bases para discussão e problematização da realidade, e em seguida o encerramento como ato público em comemoração ao Dia Internacional do Trabalho.

Neste mesmo ano, em 1983, ocorreu a primeira grande mobilização planejada e organizada pela Comissão Canavieira²⁹. A “campanha trabalhista” se desenvolveu durante 1982 e 1983 até a realização da primeira greve em 1984. A campanha tinha como objetivo difundir conhecimento dos direitos e estimular as ações trabalhistas na Justiça, além de promover uma aproximação dos dirigentes sindicais e pequenos produtores para mobilização. Giuseppe Tossi pontua que tinha como objetivo preparar o terreno e criar as condições organizativas para as campanhas salariais e os dissídios coletivos como vinha ocorrendo em Pernambuco desde 1979³⁰. A campanha sindical do 1º de maio e o lançamento da campanha trabalhista estadual de 1983 foram realizados em Alagoa Grande no dia 27 de agosto e tiveram um forte teor simbólico. Os atos foram realizados quinze dias após o assassinato de Margarida Maria Alves, a presidente do sindicato de Alagoa Grande. Segundo as informações do sociólogo Giuseppe Tosi, a realização da campanha em nível estadual nesta data se deu porque ela tinha sido escolhida por Margarida para realizar o lançamento da campanha trabalhista em seu município. Tratava-se, portanto, de um ato com fortes contornos de resistência e denúncia contra o brutal assassinato daquela importante liderança camponesa.

O terceiro momento importante daquele ano foi o início da campanha pelo pagamento do 13º salário dos canavieiros, “quando os trabalhadores, pela primeira vez, receberam uma parte de seus direitos, e que foi considerado pelos dirigentes como um primeiro resultado econômico das mobilizações trabalhistas”³¹.

²⁹ A Comissão Canavieira era formada por dirigentes sindicais da zona canavieira e por trabalhadores da Pastoral Rural das Dioceses de João Pessoa e Guarabira, e contava com a assessoria da “Comissão Justiça e Paz” de Campina Grande, do “Centro de Orientação dos Direitos Humanos” (CDDH) e “Serviço de Educação Popular” (SEDUP), da Diocese de Guarabira e do Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPB, de Campina Grande, e do CENTRU. A coordenação era da FETAG, mas o grupo de trabalhadores e assessores da Igreja mantinha hegemonia na comissão. Cf: TOSI, Giuseppe, 1988, p. 75.

³⁰ TOSI, Giuseppe, 1988, p. 75.

³¹ *Ibidem*, p. 76.

Quanto às Campanhas Salariais, foi trabalhado durante todo o ano de 1984 o lançamento do Dissídio Coletivo e a deflagração de uma possível greve.

Em setembro do mesmo ano, foi deflagrada a greve dos canavieiros em Pernambuco. A greve teve grande repercussão, alcançando um índice de paralisação de 90% dos canavieiros, incidindo em outros estados, a exemplo do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Foram cerca de 400.000 trabalhadores em greve. Em Pernambuco, as reivindicações pautavam-se em garantia do salário unificado, da tabela de tarefas, salário família e estabilidade para o delegado sindical. Houve mobilizações e atos públicos, passeatas, vigílias na sede de sindicatos. Procurou-se tentar sensibilizar toda a comunidade rural e impactar toda a sociedade frente as demandas postas. O resultado foi muito expressivo em Pernambuco. Conforme o periódico *O Trabalhador Rural*, “O lançamento da campanha salarial, sob a coordenação da FATAPE e da CONTAG, levou às ruas de Recife cerca de seis mil trabalhadores e dirigentes sindicais de 77 sindicatos da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão”³². A greve dos Canavieiros também ocorreu na Paraíba, e o processo de organização estava se consolidando. Para tal foi necessária uma organização interna, isso porque desde o começo estava se estabelecendo um contexto de disputa entre comissão canavieira e as direções da FETAG e da CONTAG. Com a organização dos sindicatos em polos, assumindo o papel central de articulação sob a direção da FETAG-PB e da CONTAG e seus assessores, as diretrizes da Comissão Canavieira foram progressivamente sendo substituídas, o que levou a uma certa desarticulação em relação à forma de realização dos objetivos das Campanhas Salariais. A desarticulação dava-se, sobretudo, pela responsabilização de cada sindicato, o que promovia uma discordância na tomada de posição e a articulação das campanhas.

Após a substituição da diretoria, entre as alternativas que se apresentavam para o movimento das campanhas salariais, havia a realização de uma Convenção Coletiva sem greve regulamentada pela CLT (dissídio frio), a realização de uma negociação direta entre empregadores e trabalhadores sem recorrer à mediação da Justiça (que poderia eventualmente desembocar numa greve ilegal) e a realização de um Dissídio Coletivo via Lei de Greve (dissídio quente), que foi a proposta que prevaleceu³³. Avaliadas as possibilidades e as dificuldades postas apesar de entraves na escolha da forma de reivindicação dos trabalhadores rurais, a primeira greve dos canavieiros da Paraíba foi

³² *O Trabalhador Rural*, Brasília, ano 6, n.29, set.-out. 1984, p. 2.

³³ TOSI, Giuseppe, 1988, p. 77.

deflagrada às 00h do dia 15 de outubro de 1984 e constituiu-se como um marco no processo de organização da categoria. A participação dos trabalhadores foi massiva nas assembleias, inclusive naqueles sindicatos pouco atuantes. Isso representou, um saldo positivo, conforme dispôs, então, o periódico *O Trabalhador Rural*:

(...) participação dos trabalhadores [na greve dos canavieiros da Paraíba] foi também das mais expressivas, tanto a nível de assembleias quanto no decorrer da greve. Os sindicatos de Santa Rita, Alagoa Grande, Cruz do Espírito Santo e Pilar chegaram a reunir, em média, cerca de 2.500 trabalhadores em Assembleia. Em Sapé, mais de 7 mil canavieiros aclamaram a pauta de reivindicações e a da greve³⁴.

O envolvimento e comprometimento dos sindicatos e dos canavieiros foi importante para pressionar os patrões e o Tribunal a fim de garantir um julgamento rápido e favorável aos trabalhadores. A mobilização mostrou-se tão intensa que os proprietários rurais alarmados com o a extensão do movimento pedia reforço policial. Como forma de intimidar, os policiais circulavam nos carros dos proprietários entre grupos de grevistas, pressionando-os a voltarem ao trabalho, apesar do caráter legal da greve. Durante toda a movimentação, a Igreja manifestou apoio ao movimento, celebrando procissões e missas durante a semana de paralisação.

Foram oito dias de greve até o julgamento do tribunal, quando foi ratificada a maioria das cláusulas apresentadas pelo movimento sindical a partir dos dissídios de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Conforme aponta Giuseppe Tosi, “no dissídio coletivo de 1984 foram julgadas cerca de 50 cláusulas econômicas, sociais e sindicais”³⁵. Todavia, mesmo com as tentativas de desmonte do movimento, a greve resultou num saldo positivo para a categoria dos canavieiros.

Esse processo de mobilização terminou com uma vitória de parte da classe trabalhadora rural da Paraíba, pois conquistou-se, através das negociações dos sindicatos, o reconhecimento de alguns direitos fundamentais, alguns já garantidos por lei, e outros novos, tal como a fixação de um piso salarial e de uma tabela que regulamentava o regime de trabalho “por produção” e o direito de estabilidade para os delegados sindicais. No entanto, isso não significa que houve a efetivação automática e imediata dos direitos conquistados, mas que haveria ainda muita luta, já que os direitos conquistados nem sempre eram

³⁴ *O Trabalhador Rural*, Brasília, ano 6, n.29, set.-out. 1984, p. 2.

³⁵ TOSI, Giuseppe, 1988, p. 80.

concedidos integralmente pelos empregadores.

Em termos práticos, a classe patronal considera isso tudo apenas uma derrota política que pode ser contornada mais à frente, esperando voltar a estabelecer sua autonomia dentro e fora dos canaviais, mantendo seu status quo caracterizado pela “lei do patrão ou a lei do fazendeiro”³⁶. Já para os canavieiros a volta ao trabalho representou a revanche de seus patrões, que não reconheciam a lei de greve, se recusavam pagar pelos dias de paralisação, não respeitavam a tabela de tarefas e nenhuma das garantias conquistadas, demitindo ou perseguindo lideranças ou delegados sindicais. Ao fim, se estabeleceu uma opinião pública que se satisfez com a notícia da “vitória” dos canavieiros e voltou a esquecer o problema. Como disse o sociólogo Giuseppe Tosi, “o mundo dos canavieiros está tão próximo geograficamente e tão distante socialmente”. A própria FETAG-PB e a CONTAG consideraram terminado o seu papel, como também vários líderes sindicais “voltaram a se sentar atrás do birô”³⁷. Essa atitude gerou consequências, pois o prosseguimento da luta dependia da combatividade de cada sindicato.

No ano seguinte, em 1985, as mobilizações foram pouco expressivas, em função do não cumprimento dos acordos estabelecidos no ano anterior, chegando um acordo sem greve, aceitando cláusulas desfavoráveis aos trabalhadores. Em 1986, houve greve, mas com a participação prejudicada, com pouco comparecimento nas assembleias, sobretudo em comparação com a primeira greve, a de 1984. Em 1987 houve novamente um acordo coletivo sem greve, e com pouca participação. Giuseppe Tosi nos esclarece que a pouca participação se deu por algumas condições, principalmente relacionadas à superexploração da força de trabalho e à força de incentivos governamentais, a exemplo do Proálcool:

Estas dificuldades são mais marcantes no Brejo, onde a agroindústria canavieira tem, como condição necessária para a sua reprodução, os incentivos governamentais e a superexploração da mão de obra. Por isso no Brejo, os níveis de remuneração são inferiores a outras regiões canavieiras do Estado e menos frequente é também a aplicação das cláusulas trabalhistas³⁸.

Em parte, percebe-se a falta de articulação efetiva dos dirigentes sindicais, que ainda não tinham tradição de luta, o que desmotivou a classe trabalhadora, sobretudo ao não ter

³⁶ Ibidem, p. 82

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem, p. 83.

colhido os resultados das greves. Em parte, também a pouca disposição dos proprietários de usinas se negando a receber as reivindicações que o sindicato era obrigado, por lei, a entregar com antecedência aos empregadores.

Apesar de toda dificuldade de mobilização e de articulação dos próprios sindicatos, é relevante apontar algumas sementes que as semanas sindicais e as campanhas trabalhistas e salariais geraram ao longo dos anos. Uma delas foi o despertar nos canavieiros à consciência de seus direitos trabalhistas.

As demandas foram crescendo diante da falta de cumprimento das garantias trabalhistas. Notamos que desde as lutas travadas pela sindicalista Margarida Maria Alves já tínhamos um número expressivo de empregados que passaram a exigir o cumprimento dos direitos trabalhistas. Sua atuação frente às demandas trabalhistas resultou na abertura de pelo menos 73 reclamações na Justiça do Trabalho³⁹ contra engenhos e usinas de açúcar locais somente no ano de seu assassinato, em 12 de agosto de 1983. Aliás, seu brutal assassinato é uma demonstração de como a atuação sindical de Margarida e sua mobilização por direitos estabelecidos em lei incomodavam os proprietários e empregadores da cana na região.

Conforme ressalta Giuseppe Tosi, na década de 1980, o número de ações trabalhistas individuais e coletivas cresceu a tal ponto que foi preciso criar uma Junta de Conciliação e Julgamento em Guarabira. Anteriormente só havia JCJs na Paraíba na capital e em Campina Grande. A criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira (JCJ/Gba), pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), veio pela Lei de N° 7.471, de 30 de abril de 1986⁴⁰. Em seu artigo 32, estabelecia-se que sua área de jurisdição abrangia, além de Guarabira, os municípios de “Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Baía da Traição, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Itapororoca, Jacaraú, Lagoa de Dentro, Mari, Mamanguape, Mataraca, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Rio Tinto, Serra da Raiz, Tacima e Solânea”. A instalação da Junta ocorreu em setembro de 1987. Neste contexto, no próximo tópico iremos discorrer alguns parágrafos acerca da criação da Justiça do Trabalho no Brasil e a criação da Junta de Conciliação de Guarabira e, respectivamente, sua importância para os trabalhadores rurais da região do Brejo.

³⁹ Ver: CCV, 2015.

⁴⁰ BRASIL. **Lei N° 7.471, de 30 de Abril de 1986**. Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define áreas de jurisdição, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7471.htm. Acessado em: 04.12.2023.

A Justiça do Trabalho foi oficialmente instalada no Brasil em 1º de maio de 1941, por Getúlio Vargas, durante o ato público comemorativo ao Dia do Trabalhador. A medida, a priori, representava um conjunto de esforços que o Estado vinha desenvolvendo desde a década de 1920, com a criação de leis e organismos institucionais, tendo como principal objetivo apaziguar os conflitos entre capital e trabalho, ponderar as relações e atritos buscando estabelecer o justo equilíbrio entre as partes em litígios.

A questão trabalhista ocupou uma posição central no governo de Getúlio Vargas, tanto em discursos quanto em realizações. Inseridos nesse contexto, foram instituídas, em 1932, as Comissões Mistas de Conciliação (com funções conciliatórias em dissídios coletivos), as Juntas de Conciliação e Julgamento (com poderes sobre os dissídios individuais), e a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP), além de duas Constituições (a de 1934 e a de 1937)⁴¹ que foram consideradas precursoras da Justiça do Trabalho.

Esse contexto a respeito da criação de leis e decretos é válido para demonstrar instalação da Justiça do Trabalho no Brasil não foi uma concessão, um presente conferido pelo Estado ou por um governante de forma preventiva aos conflitos, conforme os discursos oficiais da época⁴².

A instalação da Justiça do Trabalho em 1941 representa o reconhecimento oficial dos conflitos de classe. Tal afirmação se comprova quando nos deparamos com os diversos registros de conflitos marcados por greves, piquetes e organizações de movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais a fim de conquistar garantias trabalhistas. Neste sentido, criação da legislação e instituições trabalhistas não foi resultado de um ato benevolente da generosidade de um governante, mas pela necessidade de tentar estabelecer formas de conciliação, de apaziguamento dos conflitos entre empregados e empregadores. Da mesma forma, entendemos que a instalação da JCJ em Guarabira procura dar uma resposta institucional a conflitos sociais envolvendo capital e trabalho na região, especialmente entre trabalhadores canavieiros e proprietários de engenhos e usinas.

Seguindo a proposta nacional de funcionamento da Justiça do Trabalho no Brasil de 1º de maio de 1941, foi instalada a primeira Junta de Conciliação e Julgamento da Paraíba

⁴¹ GOMES, Angela de Castro, 2002, p. 30-31.

⁴² TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). **A história da Justiça do Trabalho no Brasil: multiplicidade de olhares**. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011, p. 5.

em João Pessoa. Nessa perspectiva, a Justiça do Trabalho na Paraíba estava, na prática, acessível somente a trabalhadores das regiões mais próximas à capital, especialmente para municípios como Sapé, Mari e Guarabira, e de outras cidades que se insinuavam como polo industrial no estado, como Santa Rita, Mamanguape, Rio Tinto e Bayeux⁴³. No ano de 1960 foi instalada a Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande e, posteriormente, em 1971, seguiu-se com a abertura da 2ª Junta na cidade de João Pessoa.

As reclamações trabalhistas de grau superior eram encaminhadas ao Tribunal Regional de Trabalho da 6ª Região em Recife, no estado de Pernambuco⁴⁴. Isso ocorria pelo fato de ainda não existir um Tribunal Região de Justiça na Paraíba, o que viria a ocorrer somente a partir do ano de 1985, com a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

Após a instalação do TRT da 13ª Região na capital paraibana, foi possível expandir e ampliar as Juntas de Conciliação e Julgamento para as áreas interioranas do estado:

As primeiras administrações do TRT-13 marcam o compromisso dos presidentes em aproximar a Justiça do Trabalho do trabalhador do campo. Assim, foram criadas Juntas em cidades do interior, como Goianinha (...) em 1986, e Guarabira, a 100 km de João Pessoa, em 1987. Logo após, em 1989, instalaram-se Juntas em municípios do alto sertão da Paraíba, como Patos e Sousa⁴⁵.

A Justiça do Trabalho, antes da difusão das Juntas, propiciava um atendimento facilitado em relação à distância aos trabalhadores da própria cidade e regiões mais próximas da capital. Porém, quanto às regiões do interior do estado, ainda apresentava certa carência de acesso. Difundir as Juntas nas regiões interioranas representava melhorar o acesso dos trabalhadores ao Judiciário, ou ao menos acreditamos, sobretudo, aos trabalhadores rurais que, muitas vezes, estavam limitados pela distância e dificuldades de deslocamento até a JCJ da capital.

Na perspectiva de ampliação da Justiça do Trabalho destacaremos a implantação da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, ocorrida no mês de setembro de 1987. A instalação da JCJ de Guarabira representou um marco importante na região. Diante dessa

⁴³ Ibidem, p. 333.

⁴⁴ Ibidem, p. 335.

⁴⁵ Ibidem.

conjuntura, a JCJ teve por objetivo propor a conciliação entre patrões e empregados nos ambientes de trabalho sob sua jurisdição⁴⁶ A área de atuação da JCJ de Guarabira abrange os municípios situados na mesorregião do Agreste Paraibano (em sua maioria) e também da mesorregião da Mata Paraibana. A cidade de Guarabira é conhecida capital do Brejo, ou ainda, “Rainha do Brejo”⁴⁷ devido à sua destacável importância comercial, caracterizando-se, ainda, como a principal cidade-polo da região.

Nesse período, as principais reclamações partiram dos trabalhadores rurais, em sua maioria, desassistidos de seus direitos trabalhistas a exemplo de carteira de trabalho assinada, férias entre outros. Caso particular, temos a Usina Santa Maria, conforme veremos no próximo capítulo.

⁴⁶ A jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira abrangia cerca de 20 municípios no ano de criação, em 1987. Já no primeiro ano de implantação da JCJ, em 1987, foram registrados pouco mais de 600 processos, na sua maioria de trabalhadores rurais. Cf.: TOSI, Giuseppe, 1988.

⁴⁷ Apesar da intitulação de Brejo, o município de Guarabira está inserido na unidade geoambiental da Depressão sublitorânea. Nesse sentido, a caracterização de “Rainha do Brejo” refere-se apenas como uma influência que a cidade exerce em termos econômicos e políticos em seu entorno.

3. A USINA SANTA MARIA E A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS

Neste terceiro capítulo, finalmente, adentraremos especificamente no caso da Usina Santa Maria: o auge, falência e ações trabalhistas. Para este trabalho de dissertação de mestrado, não dedicaremos nossa atenção na desapropriação das terras da Usina Santa Maria, apesar de ser mencionada, mas concentraremos nossos objetivos nas ações trabalhistas movidas contra a empresa. Essa Usina representava um dos principais empreendimentos agrícolas do Brejo Paraibano, abrangia os municípios de Areia, Pilões e Serraria e empregava cerca de 4.040 trabalhadores da região. Foi implantada em 1931, mas só atingiu seu ápice de produtividade entre os anos de 1975 a 1985, durante o incentivo do Proálcool. Com o fim do Proálcool a Usina entrou em declínio, acarretando inúmeras demissões, levando centenas de trabalhadores a recorrer à Justiça do Trabalho em busca dos direitos trabalhistas e pelo acesso a terras após a falência da usina.

Nosso objetivo é analisar, de forma qualitativa, os autos-findos movidos na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira (JCJ-Gba) e observar as estratégias empregadas entre capital e trabalho.

3.1 A Usina Santa Maria: proprietários, auge, falência

- **Proprietários**

Em 1930 o coronel Francisco de Assis Pereira de Melo firmou contrato com a firma White Martins para comprar uma usina objetivando aproveitar as condições de produção da cana-de-açúcar no município de Areia. Em 1931 a usina foi inaugurada, com um maquinário vindo da Inglaterra. Depois da morte do Coronel Francisco de Assis Pereira de Melo em 1936, a Usina Santa Maria passou a ser dirigida por seus filhos e herdeiros. Em 1952, a família Pereira de Melo vendeu a usina para Solon Lyra Lins, proprietário de engenho em Pilões. Em 1964 ela foi transformada em sociedade anônima recebendo diversas melhorias. Só mais tarde foi criada a destilaria anexa de álcool, com recursos do Proálcool, inaugurada

em 1978.

Para maior detalhamento da modernização e expansão dessa usina podemos citar a recente pesquisa de mestrado da socióloga Catherine Soffiati Cabral, intitulada *Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria*¹, que se tornou uma das referências atuais quando tratamos do caso da empresa. A dissertação citada analisa com ênfase o período de modernização e expansão territorial desta usina, ocorridos através dos programas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e, principalmente, após o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Ela teve como um dos suportes de fonte o *Acervo Documental da Usina Santa Maria*, pelo qual foi possível um estudo mais apurado das famílias e suas condições sociais e que estiveram ligadas à história da Usina Santa Maria. O trabalho mencionado possibilitou-me compreender mais sobre este empreendimento e seus proprietários, pois tinha pouco conhecimento sobre o proprietário Solon Lyra Lins e sua linhagem familiar.

Até então o primeiro contato com o nome da família Solon Lins foi somente a partir do manuseio das ações trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira. Nessa documentação encontramos inúmeras reclamações trabalhistas movidas contra a empresa que tinha ele como representante legal, conforme veremos ao longo desse capítulo.

Conforme aponta a socióloga Catherine Soffiati Cabral, Solon Lyra Lins era filho de Rosa Menezes Lyra e Remígio Sobrinho Lins, provenientes do município de Barra de Santa Rosa, no Curimataú paraibano. Ele e seu irmão José Lyra Lins nasceram no Engenho Cantinho, em Serraria, atualmente município de Pilões. Ambos tiveram boa educação, estudaram em Recife, no Colégio Batista, até o nível médio. Além de serem filhos de grandes proprietários de terras na região, ainda tinham prestígio na política, conforme o texto abaixo:

O primogênito, José Lyra Lins nasceu no dia vinte e quatro de julho de 1907, casou-se com Maria Stella Correia Lins, que era filha de Cristina Lira Correia Lima (filha de Anna de Menezes da Costa Lyra e Manoel Hermogenes da Costa Lira) e Francisco Rufo Correia (filho de Francisco Rufo Correia e Rosa Amaral da Costa Baracury), família proprietária do engenho Poções. (...) Selma Lins, conta que seu avô Francisco Rufo foi prefeito de Serraria. José Lyra Lins e Maria Stella Correia tiveram uma filha, Maria Selma

¹ CABRAL, Catherine Soffiati. **Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Sociologia/Universidade Federal da Paraíba, 2022.

Correia Lins, que nasceu em João Pessoa, e também realizou seus estudos na capital, na escola Nossa Senhora de Lourdes (Lourdinas), mas residia em Pilões, no engenho Pinturas que tinha como proprietário o seu pai. José Lyra Lins foi proprietário do engenho Poções, e ficou conhecido por ser prefeito de Pilões nos anos 60, especificamente de 1959 a 1963. Em 1965, a filha de José Lins, Maria Selma Correia, casou-se com Pedro Bonifácio de Araújo (filho de Nautília Bonifácio de Araújo e Manuel Benevenuto de Araújo, provenientes de Araruna), também de família proprietária de terras, e juntos tiveram cinco filhos. Pedro Bonifácio de Araújo também foi prefeito de Pilões, com um mandato de 1973 a 1976, sua filha Ana Bonifácio evidencia que o pai também foi várias vezes vereador de Pilões, sendo inclusive o mais votado até hoje².

Nota-se que eram de família de posses, sendo donos de propriedades de engenho e também se destacaram na política como prefeito e vereador, entre as cidades de Pilões e Serraria, mantendo uma posição de destaque perante a sociedade.

Solon Lyra Lins nasceu no dia 8 de agosto de 1908, no município de Pilões. Casou-se com Josefa Graziela de Menezes, e tiveram três filhos, José de Menezes Lyra Lins conhecido como José Lins Sobrinho, Roberto Lyra Lins e Solon Lyra Lins Filho. O primogênito de Solon Lins, José Sobrinho, assumiu a usina na década de 70, mas tomou seguimento na área política, sendo o terceiro prefeito de Pilões, com um mandato de 1963 a 1968³. Seus três filhos morreram precocemente, “Roberto Lyra Lins foi assassinado em meados de 1960, já o filho José de Menezes Lyra Lins (conhecido como José Lins Sobrinho), faleceu em decorrência de um acidente de carro em João Pessoa e Solon Filho faleceu em 1996, em decorrência de uma hemorragia estomacal, aos 45 anos de idade” conforme consta nos estudos de Catherine Soffiati Cabral. O pai, Solon Lyra Lins, veio a falecer apenas em 1997 de causas naturais, aos 89 anos de idade”⁴.

Conforme apontado pela Socióloga Catherine Soffiati Cabral, Solon Lyra Lins tinha influência social tanto na esfera municipal quanto estadual, inclusive aproximando seus interesses de negócios comerciais e investidas agrícolas. Tornou-se, juntamente com seu cunhado Edgar Menezes, proprietário da concessionária Studebaker em João Pessoa, uma

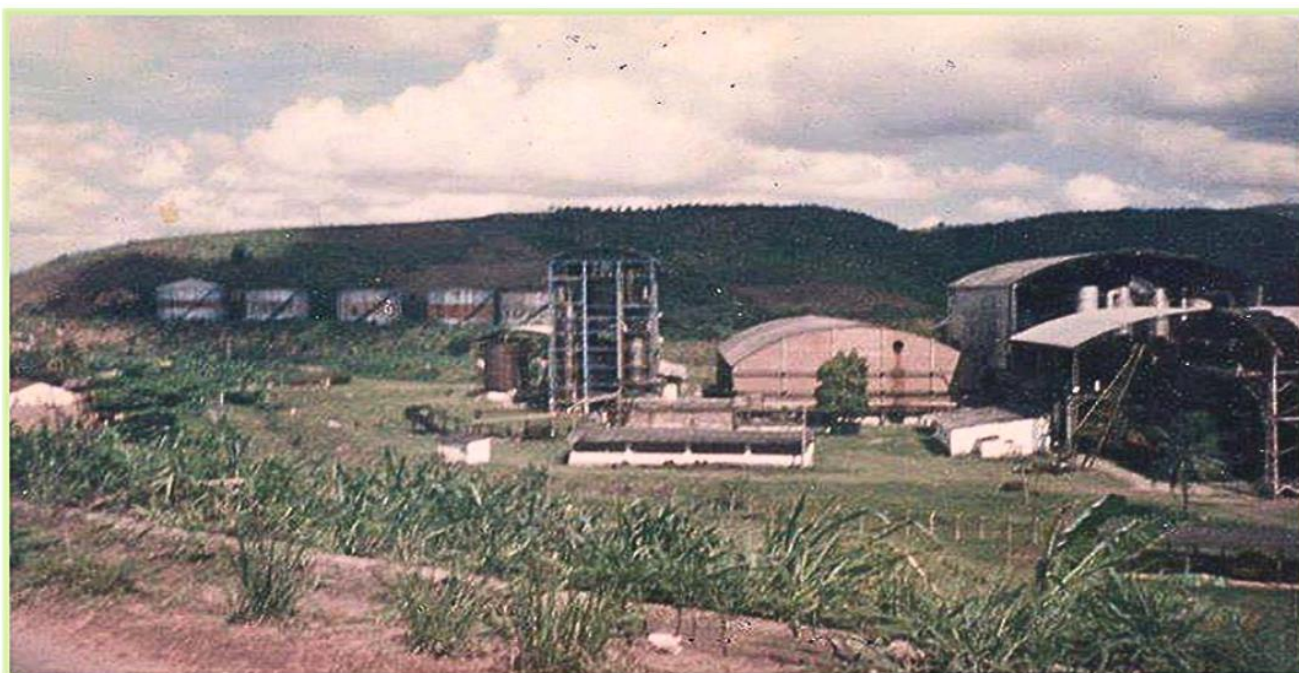
² Ibidem, p. 52.

³ Ibidem, p. 53.

⁴ Ibidem, p. 54.

marca de automóveis fundada nos Estados Unidos⁵. Em 1952, o Sr. Solon Lins teve que se desfazer de sua concessionária para poder comprar a Usina. Durante sua vida, Solon Lins foi uma figura de destaque na região brejeira e também na capital. A partir daí, destacamos suas atividades de industriário, tendo como maior empreendimento a Usina Santa Maria. Em 1953, o usineiro foi homenageado no bloco carnavalesco “Camisa Listada”, líder do carnaval pessoense naquele ano. Foi membro da Associação Rural de Pilões, ocupando o cargo de vice-presidente.

IMAGEM 9: Usina Santa Maria



FONTE: Acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP).

- **Auge da Usina Santa Maria**

Conforme mencionado, entre os anos de 1931 a 1952 a Usina Santa Maria pertencia à família Pereira de Melo, e tinha uma produção abaixo do esperado em termos regionais e nacionais. Com base no quadro abaixo, apresentado por Afrânio Garcia Junior, podemos observar a produção da Usina Santa Maria entre as décadas de 1950 até 1980, vejamos:

⁵ Ibidem, p. 60.

Quadro -1 Produção de Açúcar e procedência da Cana-de-açúcar - Usina Santa Maria, 1950-1981

Safr	Produção de açúcar – sacas de 60 kg	Cana Moída (Toneladas)					Rendimento Ind. Kg de açúcar	Prod. Média por usina em todo o Brasil – saca 60 kg
		Próprias		Forne- cedores		Esmagada		
50/51	8.840	5.340	81%	1.242	19%	6.582	80,6	76.800
51/52	5.95	3.810	92%	335	8%	4.145	73,8	83.300
52/53	11.172	5.161	64%	2.878	36%	8.039	83,4	93.900
53/54	13.840	3.185	29%	7.894	71%	11.079	75,0	102.400
54/55	16.000	6.400	53%	5.757	47%	12.157	79,0	112.400
55/56	13.910	6.624	60%	4.378	40%	11.002	75,9	114.000
56/57	27.715	15.847	74%	5.434	26%	21.281	78,1	122.000
57/58	21.695	16.908	78%	4.892	22%	21.800	59,7	142.200
58/59	20.032	9.014	61%	5.871	39%	14.885	80,7	174.900
59/60	34.052	14.284	59%	9.989	41%	24.273	84,2	165.700
60/61	47.630	22.177	66%	11.206	34%	33.383	85,6	179.300
61/62	76.656	33.335	65%	17.752	35%	51.107	90,0	195.900
62/63	58.180	29.814	75%	9.852	25%	39.666	88,0	180.400
63/64	62.000	32.769	74%	11.484	26%	44.253	84,1	184.400
64/65	94.420	33.872	57%	25.637	43%	59.509	95,2	212.900
65/66	76.645	29.032	57%	22.017	43%	51.049	90,1	278.300
66/67	93.535	30.874	48%	33.251	52%	64.125	87,5	254.100
67/68	85.845	32.512	53%	28.880	47%	61.392	83,9	263.200
68/69	70.000	16.536	35%	30.655	65%	47.191	89,0	256.600
69/70	101.720	31.558	48%	34.068	52%	65.626	93,0	270.500
70/71	101.100	28.574	41%	40.357	59%	68.931	88,0	326.900
71/72	154.285	18.010	16%	92.981	84%	110.991	83,4	361.300
72/73	135.885	21.391	20%	86.453	80%	107.844	75,6	416.500
73/74	182.850	26.368	17%	125.929	83%	152.296	72,0	499.500
74/75	232.530	73.239	41%	106.868	59%	180.107	77,5	ND*
75/76	184.870	52.223	37%	88.790	63%	141.013	78,7	ND*
76/77	281.250	60.795	31%	133.421	69%	194.216	86,9	ND*
77/78	430.830	15.228	5%	307.762	95%	322.990	80,0	ND*
78/79	438.000	16.598	5%	321.372	95%	337.970	77,8	ND*
79/80	447.840	26.662	9%	284.361	91%	311.023	86,4	ND*

* Não Divulgada

FONTE: GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, CNPQ, 1989, p. 218. Conforme consta, o quadro acima advém de Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) *apud* BRAGA DE SÁ, M. **Os engenhos rapadureiros e a expansão da agro-indústria açucareira no município de Areia.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PIMES da UFPE, 1980, p.77), sendo os dados da Coluna 5 de SZMERECZÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975).** São Paulo: HUCITEC/Unicamp, 1979, p. 495-496.

Nota-se, portanto, uma produção relativamente pequena no período de 1950/56, sobretudo se comparada à média nacional. A partir das safras de 1956/1957 começa aumentar significativamente, vindo a ser o dobro de 1955/1956, mesmo assim muito atrás da média nacional: enquanto a Usina Santa Maria 27.715 sacas, naquele mesmo ano a média era de 122.000. Em seus melhores momentos, a produção de sacas de açúcar não atingia sequer a metade da média nacional em um mesmo ano. Conforme se vê no quadro acima,

em todos os anos para os quais se dispõe de dados, observa-se uma defasagem em relação à produção nacional: “Observa-se porém que só na safra de 69/70 é que a produção da Usina Santa Maria atinge 100 mil sacos, que já era a produção média das usinas brasileiras desde a safra 53/54, praticamente 20 anos antes”⁶. A partir dos anos de 1970 e até fins da década de 1980, a usina aumenta expressivamente sua produção. Essa progressão na capacidade da Usina Santa Maria deve-se aos auxílios e subsídios obtidos através de programas do governo federal como o Planalsucar⁷ e o Proálcool. Com uma forte política de incentivos fiscais e creditícios com o objetivo de expandir rapidamente a produção de álcool no país, ocorreu um aumento considerável da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e, conseqüentemente, da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas.

Nesse embalo, em 1978 é inaugurada a destilaria anexa da Usina Santa Maria, com capacidade de 6,3 milhões de litros, porém a menor capacidade dentre as destilarias implantadas na Paraíba. A princípio, a usina possuía terras nos municípios de Pilões e Areia, mais tarde expandindo-se para o município de Serraria. Este empreendimento agrícola gerou, na região do Brejo Paraibano, cerca de 4.040 empregos, tendo pico de produção entre os anos de 1975 até 1985. A partir daí a produção da usina declinou por falta de investimentos do Proálcool, além de problemas internos da usina, acarretando sua falência no ano de 1991.

Esta agroindústria tinha disponível para seu uso os engenhos Cantinho, Rio do Braz e Tabocal, que passaram a ser anexados para o fornecimento da usina, tendo à sua disposição aproximadamente 1.000 hectares de terras cultivadas com cana-de-açúcar. Conforme informações do sociólogo Afrânio Garcia Junior, desses 1.000 hectares de terras, a usina retirava 70% de suas safras. Os outros 30% restantes eram fornecidos por uma série de engenhos rapadureiros que também fabricavam aguardente e forneciam o restante da safra.⁸ Durante a expansão do setor canavieiro, a usina implantou algumas destilarias anexas, conforme exposto por Paulo Ortiz Rocha de Aragão e Edgar Afonso Malagodi:

A instalação da destilaria anexa criou uma demanda extra por cana, que aliado aos incentivos creditícios generosos para a lavoura, fizeram com que o proprietário da Usina Santa Maria

⁶ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, CNPQ, 1989, p. 217.

⁷ Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), criado em 1971.

⁸ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul, 1989, p. 215.

iniciasse um processo de arrendamento dos engenhos da região, incorporando assim novas terras para o suprimento de matéria-prima para o complexo Usina/Destilaria. Foram vários os engenhos arrendados a partir de 1975 que passaram a ser fornecedores de cana para a usina. Na safra 1974/1975, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que forneciam cerca de 39 milhões de toneladas; já no ano seguinte, com o início do Proálcool, o número de fornecedores aumentou para 309 e a cana fornecida para 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra 1980/1985 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida havia crescido para 277 milhões de toneladas (crescimento de 610% em relação à 74/75). Entretanto, a modernização do complexo canavieiro-sucroalcooleiro restringiu-se ao setor industrial, pois tanto nas terras da usina como nas terras arrendadas dos engenhos não ocorreram mudanças técnicas. Ao contrário, na área de influência da Usina Santa Maria, a cana-de-açúcar foi plantada nas encostas dos morros, únicas áreas disponíveis, o que impossibilitou a mecanização agrícola e aumentou a demanda por mão-de-obra, tornando a produção local de cana-de-açúcar um processo com caráter de trabalho-intensivo.⁹

Conforme os dados expostos, a usina chegou a ter o domínio de toda a área canavieira dos municípios de Areia, Serraria e Pilões, no Brejo Paraibano. Neste sentido, é válido acrescentar que durante ao longo de seus sessenta anos de funcionamento houve uma generosa expansão do parque industrial, principalmente na década de 1970. Portanto, a década de 70 “é marcada pelo maior registro de quantidade de propriedades e hectares comprados pela Usina Santa Maria, sendo 20 propriedades adquiridas, totalizando 2.780,29 hectares, o que representa cerca de 51% do total das terras adquiridas”¹⁰. Com essa massiva compra de terras por parte do usineiro Solon Lins, podemos pensar no significado dessa estratégia de acúmulo de terras. O que fica em evidência é a manutenção ou a elevação do poder social local mostrando, sobretudo, sua superioridade frente aos senhores-de-engenho e principalmente a sua clientela de moradores, pois as terras que eram compradas pela usina já possuíam casas para moradores. Dessa forma, essa acumulação de terras lhe possibilitava a ampliação de poder tradicional que era a dependência de sua clientela.

⁹ ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; MALAGODI, Edgar Afonso. **O desenvolvimento territorial como abordagem para avaliação dos assentamentos de Reforma Agrária nas áreas de conversão produtiva.** UFCG, PB, 2001, p. 1-20 *apud* PONTE, Graciete Dias. **De assalariados a assentados: As trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no Município de Pilões – PB.** Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/Universidade de Santa Catarina, 2011.

¹⁰ CABRAL, Catherine Soffiati, 2022, p. 129.

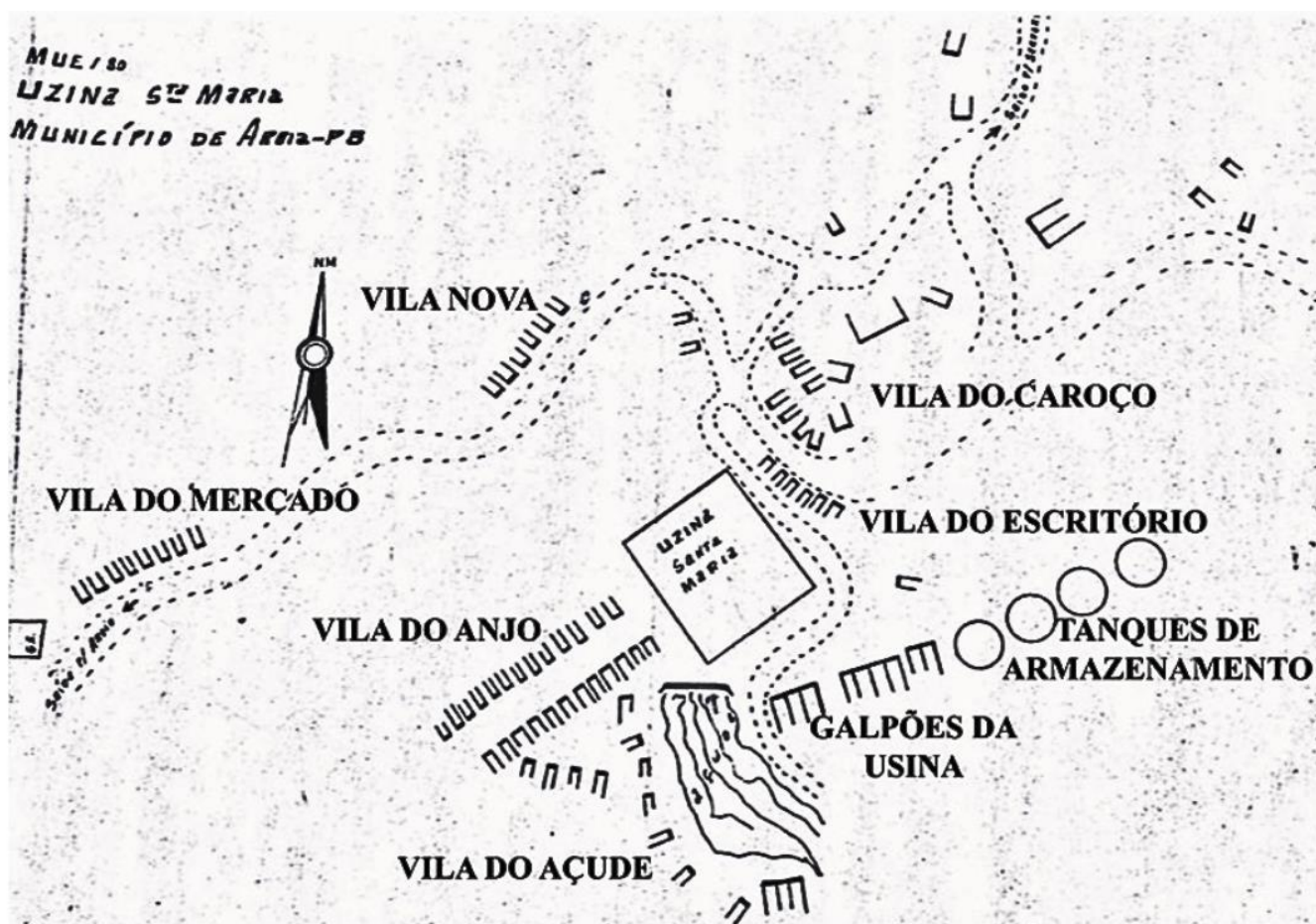
Lembremos, mais uma vez, o que o antropólogo Afrânio Garcia Jr. explica em sua obra já clássica *O Sul: caminhos do roçado*: normalmente o chefe de família pedia morada ao senhor de engenho, e que o ato de pedir morada possuía um forte significado simbólico, pois “já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si”¹¹. Logo, a dependência ao senhor de engenho estava estabelecida e com isso, como já demonstramos anteriormente, a sujeição do morador tendo que pagar o cambão e ainda disponibilizar os dias de trabalho gratuito para o proprietário.

A Usina Santa Maria S/A construiu agrovilas ou vilas operárias em sua sede, disponibilizando uma infraestrutura a qual permitisse maior comodidade aos seus trabalhadores/moradores, com o objetivo de manter e controlar a mão-de-obra de que necessitava. Conforme aponta Maria Rejane Ferreira dos Santos¹², no inventário das casas da Usina consta que foram construídas casas em sete vilas: 39 casas na Vila Santa Maria, 36 casas na Vila do Caroço, 34 casas na Vila do Anjo, 18 casas na Vila do Açude, 13 casas na Vila Nova, 12 casas na Vila do Mercado e 10 casas na Vila da Vinhaça. Para ilustrar esse espaço físico das vilas operárias, podemos recorrer novamente à dissertação de Catherine Soffiati Cabral, na qual é apresentado um desenho, feito em agosto de 1979, que permite ter a dimensão dessas vilas operárias na Usina Santa Maria, conforme disposto abaixo:

¹¹ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul, 1989, p. 38.

¹² SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos. **Análise social e econômica dos assentamentos rurais domunicípio de Areia-PB**. Recife: Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014, p. 59-60.

IMAGEM 10 - Desenho das Vilas operárias da Usina Santa Maria¹³



Fonte: Acervo IPHAN autoria: João Pereira da Silva
(reproduzido a partir da dissertação de Catarine Soffiati Cabral, 2022).

Podemos observar no desenho que a Usina Santa Maria está bem localizada ao centro do mapa, próxima ao açude, aos galpões e aos tanques de armazenamento. Ao total estão representadas 6 vilas operárias, sendo a Vila do Mercado e a Vila Nova, que eram localizadas na estrada para Areia. A Vila do Escritório era a mais próxima da usina, localizada em um terreno plano, onde se localizava o escritório do empreendimento. A Vila do Anjo ficava localizada na parte de trás da usina, no alto do morro. A Vila do Açude ficava

¹³ Existe uma divergência de informações em relação a quantidade de vilas localizadas na Usina Santa Maria. Conforme exposto no desenho, notamos apenas 6 vilas e não 7, como foi descrito na dissertação de Maria Rejane Ferreira dos Santos, faltando a representação da Vila Santa Maria, com 39 casas.

próxima à Vila do Anjo, na parte de baixo do terreno. Já a Vila do Caroço ficava próxima à estrada para o município de Serraria¹⁴. A proximidade das vilas operárias em relação ao parque industrial ressalta a ideia de ferramenta de controle por meio da morada, conforme dito, uma forma de sujeição aos trabalhadores em favorecimento de um abrigo e trabalho. Sendo assim, só tinham merecimento dessa moradia aqueles assíduos no trabalho; caso viessem cometer faltas ou contestações, os mesmos perderiam, junto com sua família, o emprego e a morada. Outro ponto de favorecimento aos empregadores do fato da massa trabalhadora viver nas vilas era a possibilidade de empregar mais de um membro da família, ou quase todos os membros da família, incluindo mulheres e crianças. Quanto às instalações podemos observar alguns detalhes já apontados, como a localização, o formato das casas, a proximidade do parque industrial e o aglomerado das famílias. Isso tudo nos indica as condições dessas vilas, conforme nos explica o antropólogo José Sérgio Leite, na obra *O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar*:

as pequenas casas dos operários, uniformes e coladas umas às outras, situam-se nos lugares mais poluídos e insalubres das vizinhanças da usina, convivendo com os efeitos dos resíduos do processo de produção do açúcar – a “borra” do caldo, seu mau cheiro e seus insetos; a fuligem proveniente do “bueiro”, a chaminé da usina cuja fumaça, levada pela direção do vento, inunda a casa dos operários [...] ¹⁵.

Não era de se estranhar que as casas ficassem cobertas por uma poeira preta, conhecida como tirna, ou resíduos de fumaça sempre que houvesse queimada no canavial. As casas, conforme a descrição acima, eram coladas umas às outras, sendo mais econômica possível, sem maiores conforto, apenas para repouso, já que passavam o dia no labor da cana-de-açúcar. Em contraste a esta realidade, ao final da Vila do Escritório era onde estava localizada a casa do usineiro Solon Lins, a Casa Grande. Em seu entorno foram criados um clube social, times de futebol e um modesto hotel. Todavia, estas regalias se destinavam aos empregados de maior qualificação, como os contadores, os gerentes setoriais, os mecânicos, entre outros¹⁶. Assim, o que restava para a massa trabalhadora era conformar-se com sua modesta morada, enquanto outros gozavam de regalias por terem *status* e certos privilégios decorrente sua qualificação profissional.

¹⁴ CABRAL, Catherine Soffiati, 2022, p. 84.

¹⁵ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 175-176.

¹⁶ SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos, 2014, p. 60.

- **Falência**

Após o período de auge da Usina Santa Maria veio a crise e a falência. Entretanto, na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, o setor canavieiro da Paraíba como um todo entra em decadência. Isso ocorre sobretudo pelo endividamento das usinas, já que no período de ascensão foram feitos muitos investimentos, tanto de maquinário moderno quanto na compra de terras para ampliação do canavial. Outro agravante eram as custas trabalhistas, pela rotatividade de trabalhadores e o não cumprimento da legislação. Principalmente após a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira, os trabalhadores estavam recorrendo à Justiça do Trabalho com mais frequência.

A crise não abrangeu apenas a Usina Santa Maria, mas diversas outras usinas na região, a exemplo da Santa Helena em Sapé, a Santa Rita e a Santana, no Município de Santa Rita¹⁷. Conforme disposto no artigo *Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano*¹⁸, de Marilda Menezes, Edgar Malagodi e Emília Moreira, a Usina Santa Maria S/A ocupava o 16º lugar entre os maiores devedores, segundo relatório do Banco do Brasil. Fora as dívidas de investimento e custeio, acumulava uma dívida de 5 milhões de dólares de créditos trabalhistas, sendo este valor superior ao das 12 propriedades que possuía.

Durante a leitura das ações trabalhistas é possível notar sua decadência, quando é citado, por exemplo, que a empresa terá seus bens leiloados para quitar suas dívidas trabalhistas. Entre outros processos, isso se observa nos de números 202/1987, 181/1988, 711/1988 e 774/1988. Já em 1991, a Usina Santa Maria decreta falência. Em seguida, o controle da Usina passa a ser feito pela empresa Agroenge (Agropecuária e Engenharia S/A), que, com ajuda financeira do Banco do Brasil, tenda reerguer a Usina. Destarte, em 1992 a Usina reabre suas atividades passando a se chamar Usiagro (Usina e Agropecuária Ltda), produzindo açúcar e álcool por mais dois anos e, depois disso, fechando definitivamente em 1993¹⁹.

É válido apontar que a decretação de falência da Usina Santa Maria resultou numa

¹⁷ MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgar; MOREIRA, Emília R. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2013, p. 337.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997, p. 122.

crise que impactou o desenvolvimento territorial da região, acarretou, além do desemprego em massa, a migração para outras regiões canavieiras no Nordeste e/ou para o Sudeste. No entanto, muitos moradores viviam nas terras da Usina e eles, juntamente com as entidades locais, foram buscar soluções alternativas. Mediante este fato, entidades representativas da região passaram a estimular os trabalhadores a lutarem pelas terras. Assim, iniciou-se, um processo de luta, por meio de mobilizações e articulações, a fim de conquistarem, de fato, o direito e acesso à terra em que moravam e que pertenciam formalmente à usina. Conforme dito, a decretação de falência total ocorreu em 1993, mas em 1997 as terras da usina tomaram outro rumo. Após 5 anos de luta foram desapropriados 2.837 hectares de terra, beneficiando 376 famílias, dando origem a dez projetos de assentamentos de Reforma Agrária, sendo cinco projetos no município de Pilões, dois em Serraria e três em Areia²⁰. Esta força tarefa só foi possível graças a mobilização das entidades da região e puderam orientar os trabalhadores lutarem pelas terras da Usina. Para tanto, conforme Graciete Dias Ponte, foi constituído um Comitê composto por:

Sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Areia, Serraria e Pilões, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus de Areia, o Serviço de Educação Popular (SEDUP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) da Diocese de Guarabira- PB.²¹

A mobilização coletiva foi fundamental para que os trabalhadores da usina conquistassem o acesso à terra²². Esta mobilização via sindicato e o SEDUP também foram fundamentais para adentrarem na Justiça do Trabalho. Conforme discutido no capítulo anterior, já ocorriam mobilizações, campanhas trabalhistas e salariais que estimulavam os trabalhadores reivindicarem seus direitos trabalhistas. Apesar das dificuldades enfrentadas é só a partir da união e mobilização das categorias que os direitos são conquistados. Contudo, a mobilização para adentrar na Justiça do Trabalho nem sempre é tão fácil conforme veremos a seguir. Observaremos que, mesmo àqueles que movem uma ação trabalhista por algum

²⁰ SERIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). **Relatório: Reconstituição da história**. Guarabira- PB, 2004.

²¹ PONTE, Graciete Dias. **De assalariados a assentados: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no Município de Pilões – PB**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, p. 102.

²² A presente dissertação não adentra propriamente no processo da luta pela terra, apenas o menciona, deixando esse assunto para outra oportunidade de ampliação da pesquisa.

motivo acabam desistido da lide. Apesar de não ser uma regra geral, os dados coletados nos mostram um total 56 ações arquivadas, conforme veremos nos tópicos seguintes.

Para tanto, adentraremos no caso das ações trabalhistas movidas contra a Usina Santa Maria S/A, e partiremos para algumas análises dos processos apontando algumas estratégias observadas pelos representantes legais dos empregados e da empresa. Apresentaremos o quantitativo de ações selecionadas e o resultado e o que esperar das conciliações e acordos estabelecidos entre as partes.

3.2 Aspectos das estratégias jurídicas entre capital e trabalho

Para adentrar na análise dos processos trabalhistas da Usina Santa Maria podemos encontrar inúmeros caminhos para a pesquisa, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Esses processos podem nos revelar aspectos muito relevantes da relação entre capital e trabalho, como jornadas de trabalho, aplicabilidade do cumprimento das garantias trabalhistas, condições de vida e de trabalho, entre outras possibilidades. Salientamos que as hipóteses levantadas a partir da análise dos autos-findos não constituem um julgamento nosso dos elementos ali alegados, apenas trataremos de apontar estimativas a partir do que está disposto nas fontes.

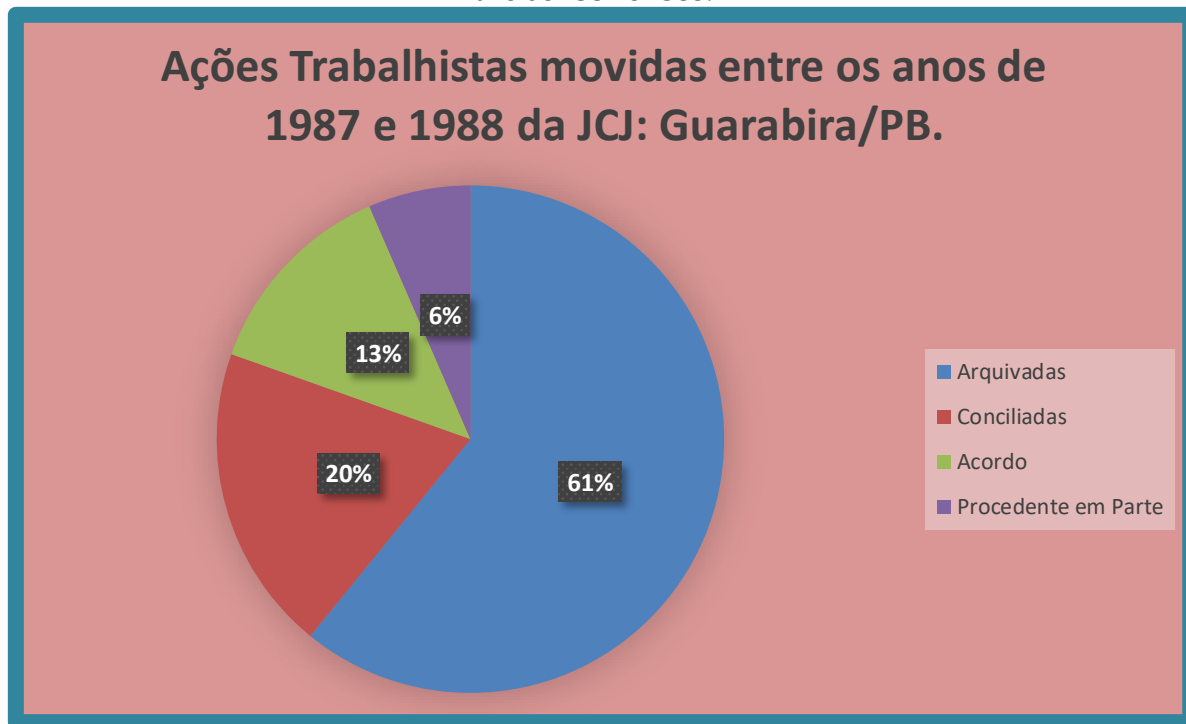
Partiremos da ideia de que existia pouca fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista nas usinas, o que não quer dizer que não existia. Essa hipótese está assentada no fato de que em cerca de 80% das ações trabalhistas consultadas falta o cumprimento de alguns direitos básicos, a exemplo da obrigatoriedade da assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), salário abaixo do mínimo regional, falta do pagamento de férias, 13º salário, entre outros. Nesse sentido, são processos muito parecidos em relação às reclamações motivadoras.

Para esta pesquisa, tratamos de 92 ações resguardadas no NDH-CH/UEPB que tramitaram na JCJ de Guarabira e que envolviam trabalhadores rurais empregados na Usina Santa Maria S/A entre os anos de 1987 e 1988²³. Destes processos, 18 foram conciliados, 6

²³ Foi necessário reduzir o período de autos previstos inicialmente para serem analisados devido a um período relativamente longo de fechamento do acervo à consulta pública por causa da pandemia de covid-10 e, posteriormente, a um problema de saúde que determinou, ao longo da pesquisa, meu afastamento dos arquivos, o que dificultou meu acesso ao quantitativo total dos processos movidos contra a Usina Santa Maria conservados no NDH-CH/UEPB.

foram considerados procedentes em parte, outras 12 resultaram em acordos e 56 ações arquivadas, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Resultados finais das reclamações trabalhistas da Usina Santa Maria impetradas no ano de 1987 e 1988.



Fonte: Autos-finhos da JCJ-Guarabira de 1987 e 1988. Acervo do NDH-CH/UEPB.

O quadro exposto acima nos dá indicativos da alta quantidade de ações arquivadas, correspondendo a 61%. Este resultado, apesar de ser limitado, pois apenas considera noventa e duas ações, nos oferece um percentual intrigante. E nos faz questionar o porquê temos tantas ações arquivadas, o que existe por trás da desistência de um litúgio?

Pontuamos que, geralmente, no corpo dos processos não se encontram as motivações das desistências. Mesmo na Ata de Arquivamento de Reclamação consta apenas que a parte de interesse, ou seja, a reclamante não compareceu nas audiências de conciliação e o auto é arquivado. No trecho a seguir, do processo da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira n. 361/1988, temos um exemplo do procedimento adotado nesses casos:

Aos 27 dias do mês de julho do ano mil novecentos e oitenta e oito nesta Cidade às 13:50 horas na sala de audiência desta junta, **não tendo comparecido**²⁴ o reclamante Isabel da Luz²⁵

²⁴ Grifos da autora.

²⁵ Nome fictício com vistas a preservar a identidade da pessoa física.

para julgamento da reclamação que apresentou contra a Usina Santa Maria S/A pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente **foi dito que a Junta decretou o arquivamento da reclamação** nos termos do art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho²⁶ mandando expedir comunicação ao distribuidor²⁷.

Desse modo, o que explicaria se deslocar até a Justiça do Trabalho abrir uma reclamação trabalhista para depois, no decorrer do processo, desistir de suas reclamações? A resposta para essa questão pode ser próxima a que pode explicar o segundo maior resultado das ações, as conciliações.

O acionamento da Justiça do Trabalho é indicativo de que existe uma discordância de uma das partes nas relações estabelecidas. O princípio mais importante que rege a Justiça do Trabalho é a conciliação entre as partes, capital e trabalho. Conciliar, portanto, é uma forma de solucionar conflitos entre as partes envolvidas, neste caso, entre o empregado e o empregador, que aceitam que uma terceira pessoa (neutra), o conciliador, faça o papel de orientá-las para chegarem a um acordo.

Dessa forma, são celebradas as tentativas de conciliação nas Juntas. As conciliações são de comum acordo dentro da lei. A realização das audiências por vezes é prolongada devido às contestações de ambas as partes, capital e trabalho, e a apuração dos fatos das alegações feitas. Em seguida, as partes se reúnem com um conciliador ou mediador para propor um acordo que ponha fim ao conflito. Dentro desse contexto, nas leituras feitas nos processos trabalhistas da JCJ de Guarabira é comum encontrar nos termos de conciliação disposições como a seguinte, do processo n. 196/1987:

Depois de ouvidos na forma da lei, foi, pelo Sr. Presidente, proposta a conciliação e, tendo os litigantes entrado em acordo, deverá ser este cumprido, nas seguintes condições: a reclamada pagará ao reclamante no dia (...) o valor correspondente em cruzados (...) o reclamante através do presente acordo da plena e geral quitação de todo o objeto da reclamação...

Com manifestações como esta é celebrado nos autos o acordo entre as partes. Mas o que chama atenção nestes acordos é o valor das petições iniciais e o valor final a receber após a conciliação. Geralmente os valores mudam consideravelmente, e nem sempre é

²⁶ “Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

²⁷ Ação número 361/1988 impetrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira- PB.

favorável para o trabalhador, conforme os dados observados no pedido inicial dos objetos da ação. Dentre inúmeros casos observados, separamos 4 situações apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO I – DIFERENÇAS ENTRE AS PETIÇÕES E AS CONCILIAÇÕES (JCJ DE GUARABIRA ENTRE 1987 - 1988)			
Nº DO PROCESSO	VALOR DA PETIÇÃO EM Cr.\$	VALOR DA CONCILIAÇÃO EM Cr.\$	% DA CONCILIAÇÃO
196/1987	1.330.109,00	484,09	0,04%
205/1987	1.441.735,00	422.94,00	6,96%
255/1988	25.963,60	18.000,00	69,32%
451/1988	971.709,76	7.946,88	0,81%

Notamos, acima, que os valores das conciliações são bem inferiores aos pedidos iniciais, apesar de uma exceção significativa, cujo valor conciliado chegou a quase 70% do valor reivindicado. E assim como no caso dos arquivamentos, mais uma vez nos questionamos que motivos levaram os trabalhadores a renunciarem parte significativa de seus direitos? Estavam, portanto, sendo prejudicados ou estavam se utilizando de alguma estratégia para beneficiamento próprio, já que a empresa não assinava corretamente a CTPS? Esta situação é questionável, pois na maioria dos casos as contestações são feitas com as datas de admissões que, geralmente, divergem entre o reclamante e o reclamado. Um alega que foi admitido numa data X e outro alega que isso não procede. Apenas para ilustrar este fato, podemos citar o processo n. 185/1987:

- 1- Que foi admitido para trabalhar no reclamado em janeiro de 1977, para desenvolver atividades da cultura Canavieira;
- 2- que trabalhava em 5 dias da semana e recebia o salário inferior ao mínimo regional, em termos proporcionais e 50% do mesmo;
- 3- que durante a vigência do contrato, jamais o reclamante recebeu o 13º salário, nunca gozou férias, conforme determina a lei;
- 4- Que no final no mês de junho de 1983, foi demitido sem justa causa²⁸ (...)

²⁸ Ação número 185 /1987 impetrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira- PB.

Como de costume, a defesa da empresa apontou divergências quanto a sua admissão, conforme consta na folha da Ata da Audiência de Instrução e Julgamento: “A reclamante iniciou seus trabalhos em 1980 e não como consta na ata inicial. Em tempo algum foi dispensada deixando os trabalhos de livre espontânea vontade, assim descabido são os pedidos de indenização e aviso prévio”. Dessa forma, sem as devidas comprovações, sem a Carteira de Trabalho devidamente assinada a reclamante acabou perdendo, como em muitos casos, a restituição dos valores do pedido, resultando conseqüentemente na diminuição do valor ao final da ação. Esta é apenas um exemplo das contestações que são observadas dentro dos processos trabalhistas da JCJ de Guarabira. Portanto, apesar de encontrar valores abaixo do esperado no resultado final da ação, as conciliações são realizadas em comum acordo e dentro da legalidade jurídica. Podemos levar em consideração que aceitar a conciliação, mesmo perdendo parte de seus direitos, é de alguma forma vantajoso, levando em consideração o tempo para resolução do conflito, configurando para o trabalhador despesas e desgaste de locomoção. Além disso, para o contexto da época, levar adiante um processo poderia inclusive prejudicá-lo numa nova investidura de trabalho, já que o contexto da região era limitado quando se tratava em adentrar na Justiça do Trabalho para requerer seus direitos. Aqui, portanto, são apenas algumas hipóteses dentro dos dados levantados das ações trabalhistas, e nosso objetivo não é trazer uma verdade absoluta, apenas apontar algumas situações observadas dentro dos processos.

Apesar de terem muita similaridade entre os pedidos das ações trabalhistas, existem detalhes muito relevantes de como se estabeleciam as admissões e as demissões dos trabalhadores. Podemos perceber em diversos processos as estratégias do capital para se sobressair de suas obrigações como empregador. Por vezes, remetem ao período de admissão ou demissão, alegando menos tempo de serviço do que o reclamante argumenta; em alguns casos observamos a tentativa de enquadrar nas normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) os trabalhadores rurais, tendo em vista que o trabalhador rural tem amparo na lei do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).

Conforme disposto nas reclamações trabalhistas, observamos as informações por parte do reclamante, a quantidade de trabalhadores que não gozaram de seus devidos direitos, além da carga horária elevada, na maioria dos casos. Segundo se depreende na análise das ações trabalhistas, jornadas de trabalho de nove a dez horas, de cinco a seis dias na semana, com salário inferior ao mínimo regional, comprometendo a qualidade de vida e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. A situação torna-se mais penosa em casos de famílias que

alegavam que eram obrigadas a prestar serviço gratuito por ser morador, pois além da longa jornada de trabalho renumerado, ainda teriam que ofertar o dia de trabalho gratuito ao proprietário.

Muitos residiam na vila operária da Usina Santa Maria, o que implica uma série de fatores delicados que devem ser considerados no momento da entrada com um processo na Justiça. Muitos tomavam para si o sentimento de devedores, uma vez que, não raro, consideravam que a empresa lhes acolheu num momento difícil, na maioria das vezes, lhe concedeu abrigo, terra para trabalhar com a família e ainda um salário. Desse modo, além do sentimento de devedor, o morador ainda pode ser visto como *ingrato*, pois, ao decidir entrar com um pedido de ação trabalhista, o trabalhador deixa de reconhecer a *generosidade* ofertada anteriormente pela empresa.

Logo, na região canavieira, a decisão de colocar a empresa empregadora na Justiça poderia sair ainda mais caro, podendo acarretar numa série de implicações concretas para o trabalhador. Por exemplo, eventuais represálias que o empregado poderia sofrer, tais como perseguição, ameaças e até violência física ou moral. Tal situação consta, por exemplo, em alegação no caso do processo n. 289/1987, em que um trabalhador que recorreu à JCJ-Gba para reclamar seus direitos trabalhistas argumentou que sua demissão ocorreu sem justa causa, mas por conta de sua participação em greve legal deflagrada no ano de 1984. A perseguição por ter participado de uma greve levou a sofrer as consequências da demissão, conforme exposto abaixo:

Pedrosa Félix²⁹, brasileiro, casado, portador da carteira nº xx. xxx série xxx residente na Fazenda XXXX no Município de Pilões, vem por intermédio de seu advogado, fazer a presente Reclamação Trabalhista contra Usina Santa Maria S/A. na pessoa do seu representante legal Sr. Solon Lira Lins. Dos fatos da ação: 1.1. Que foi admitido para prestar serviços em 01 de Janeiro de 1975 para executar atividades de natureza rural;

1.2. Que trabalhava das 06:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas durante 6 dias por semana. 1.3. Que Teve sua Carteira de Trabalho indevidamente assinada aos 1º de Outubro de 1983; 1.4. Que no dia 23 de Outubro de 1984 foi demitido sem justa causa, isto porque participou da Greve Legal deflagrada pela categoria dos canavieiros; 1.5. Que durante o tempo que trabalhou à reclamada não gozou férias não recebeu 13º Salário não recebia o Repouso renumerado,

²⁹ Nome fictício com vistas a preservar a identidade da pessoa física.

Diferença salarial, Indenização e Salário família.

Durante a tramitação das audiências as partes (Capital e Trabalho), entram em desacordo quanto à veracidade dos fatos, alegando versões diferentes, sendo então, proposta a Conciliação e aceita por ambas as partes. O processo é arquivado em 13 de Outubro de 1989, com as custas devidamente pagas ao trabalhador³⁰.

Outra questão relevante para tentarmos compreender os números significativos de arquivamento e conciliação é o fato de o trabalhador poder vir a ficar manchado no mercado de trabalho, ainda mais se tratando de regiões pequenas e com poucas ofertas de trabalho. Esse medo oculto é confirmado quando passamos a observar que muitas ações foram abertas apenas após a demissão dos trabalhadores. Em muito dos casos, abrem uma reclamação trabalhista e subitamente são arquivadas sem maiores explicações. Por certo, ou o trabalhador sofreu algum tipo de represália por parte da empresa empregadora, temeu que a ação dificultasse um novo emprego na região, ou simplesmente desistiu da reclamação trabalhista, podendo inclusive ter acertado amigavelmente com o empregador sem o intermédio da Justiça.

Aqui não é nosso objetivo fazer juízo de valor referente às desistências das ações, ou mesmo as conciliações acordadas entre as partes, mas procuramos apontar alguns fatores que nos levam pensar o fato de tantas ações serem arquivadas, já que os pedidos são legítimos. Contudo, é prudente avaliar as circunstâncias que, geralmente, estavam inseridas e analisar as condições que se desdobravam a tramitação das ações trabalhistas, conforme já mencionamos, a exemplo: a) uma região de poucas oportunidades de emprego e poucos recursos financeiros para seguir até o final da ação; b) o tempo que leva até a resolução do conflito; c) possíveis formas de represálias tais como perseguição, ameaças e até violência física ou moral contra o trabalhador; d) fator migração, isso é muito comum na região interiorana, pela falta de trabalho e de salário adequado para sobreviver o trabalhador prefere ir para outras regiões, sobretudo para o Sudeste do país. Nesse sentido, isso tudo se engloba a realidade de colocar a empresa empregadora na Justiça podendo causar todas as consequências sérias na vida do trabalhador rural.

Quanto às estratégias observadas nos processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira (JCJ-Gba), podemos mencionar primeiramente as ações que são conciliadas.

³⁰ Ação número 289/1987 impetrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira- PB.

Partimos da ideia de que um dos agravantes que fazem os trabalhadores conciliarem é o fator tempo. O tempo de resolução de uma ação trabalhista pode levar um mês, dois ou até anos para serem de fato resolvidas. Por isso, com frequência, os trabalhadores, desprovidos de outros meios de subsistência preferiam mesmo conciliar. Levando em consideração que manter às custas de um processo nem sempre se torna viável ao trabalhador, idas para audiência, reuniões com o sindicato, e as despesas com viagens tornam-se morosas para os trabalhadores, restando a conciliação como uma saída mais simples. Nesse sentido, o reclamante (e o advogado) prevendo que haverá pedido de conciliação, e que terá de ceder durante as negociações, sempre pedem na ação mais do que considera razoável. Por se tratar de uma estratégia conciliatória, por vezes consideravam adequado pedir um valor a mais, pois a proposta sempre sofre alteração até o valor final combinado.

Outra forma de estratégia observada ainda por parte do trabalhador eram as datas de admissão. Podemos citar como exemplo o caso do processo n. 207/1987, em que a reclamante se utiliza desse recurso de alegação da data de admissão no Engenho Campo Verde, pertencente à Usina Santa Maria. A reclamante é Leopoldina de Jesus³¹, brasileira, solteira, trabalhadora rural, alegou ser admitida em janeiro de 1970 e demitida sem justa causa no final do mês de junho de 1983. Logo, segundo as afirmativas da trabalhadora, prestou serviço durante 13 anos. Neste caso, com mais de dez anos de prestação de serviço, a trabalhadora não poderia mais ser demitida sem justa causa, uma vez que poderia estar amparada na Lei de estabilidade³² criada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em maio de 1943. Esta prática parece ser comum em algumas reclamações, a fim buscar a cobertura de determinadas garantias trabalhistas. Alguns alegavam ter iniciado suas atividades laborais numa devida data que talvez não correspondesse aos fatos, no sentido de acrescentar mais anos de serviço prestado à empresa. Como não tinham as carteiras de trabalho devidamente assinadas, se utilizam dessas práticas e alegavam ter trabalhado na empresa por muito mais tempo. Por outro lado, a inexistência da anotação na CTPS também podia ser relativamente benéfica à empresa. Além de não pagar os benefícios previdenciários e trabalhistas, apostava no baixo índice de pessoas que recorriam à Justiça do Trabalho. E quando recorriam, apostavam na divergência e na dificuldade do trabalhador em provar o

³¹ Nome fictício com vistas a preservar a identidade da pessoa física.

³² **CLT - Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943** – “Art. 492 - O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas”.

início do vínculo empregatício.

Conforme se depreende na leitura desse processo n. 207/1987, essa estratégia ficou clara: a trabalhadora declarou-se admitida numa data que lhe proporcionava a estabilidade por tempo de serviço, mas, com o desenrolar do processo e alegações por parte tanto das testemunhas como do empregador, a Justiça considerou que não foi isso que ocorreu. Contra este propósito, o empregador contestou a data de admissão, alegando ser admitida apenas em julho de 1980, e não mais de uma década antes, como consta na reclamação formalizada pela trabalhadora.

As 3 testemunhas alocadas a favor da dona Leopoldina afirmam que ela foi admitida em 1977, assim divergindo também do que foi alegado pela trabalhadora rural, que declarou ter sido admitida em 1970. Nesse caso, a Juíza levou em consideração apenas o que foi apresentado pelo empregador, já que a parte interessada na ação trabalhista e suas testemunhas não foram coerentes em suas afirmações e nem tinham provas concretas para sustentar sua fala:

No tocante ao tempo de serviço, MM. Juíza considerou a informação do defensor do ocorrido, ou seja, admissão em 1980; quando, de fato houve afirmação da recorrente bem como o depoimento das testemunhas da mesma, pois a parte contrária não trouxe provas que contrariassem o que foi dito. Desta forma não poderia MM. Juíza ter decidido sobre o tempo de serviço a partir de meras informações do ocorrido sobretudo quando as testemunhas e a reclamante prestaram depoimento contrário³³.

Dessa forma, torna-se evidente que a parte contrária tentou se valer de uma falha da empresa, pela falta de registro da Carteira de Trabalho. No entanto, a empresa dessa vez conseguiu se sobressair da situação pagando apenas ao que correspondia aos anos de vínculo empregatício reconhecidos pela própria empresa.

Os autos carregam inúmeras informações, afirmações, contestações e um resultado. Contudo, as fontes devem ser questionadas quanto à sua possibilidade de veracidade, e não em perspectiva de uma verdade absoluta, pois partimos do que está disposto nos autos, o que nem sempre corresponde à realidade. As estratégias adotadas pelos trabalhadores e, sobretudo, pelos empresários são elementos que requerem cuidado ao analisar os processos trabalhistas. Por exemplo, quando o trabalhador se dirige à Junta a fim de abrir uma ação

³³ Ação número 207/1987 impetrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira- PB.

contra seu empregador, o mesmo alega ocorrência de sua admissão, demissão, carga horária e funções. Porém tais informações podem não corresponder de fato com a realidade, pois, durante as audiências realizadas, são muitas as divergências entre o pedido inicial e os termos finais. É o que aconteceu, por exemplo, no processo 207/1987, exposto acima, quando as alegações da empresa e decisão final foram opostas à alegação inicial. A alegação inicial poderia até corresponder à realidade da trabalhadora, mas, judicialmente, não conseguiu ser provada.

Ainda neste mesmo processo 207/1987, podemos apontar outra estratégia, dessa vez por parte da empresa: a de tentar atribuir uma natureza industrial a trabalhadores empregados que se dedicavam a atividades rurais. É importante reforçar ao leitor que os processos analisados foram todos de trabalhadores que desempenhavam tarefas correlatas à natureza rural, tanto realizavam atividades no canavial como fora dele, como plantio e corte da cana, limpa do mato e adubação. Não foi encontrado nenhum processo em que o trabalhador declarasse desenvolver atividade de natureza industrial. Apesar disso, é frequente o esforço das empresas em declarar o contrário.

Dentre as contestações no processo, o advogado da empresa afirmou que: “Quem trabalha na lavoura ou em outro mister de usina de açúcar não é trabalhador rural amparado por seu estatuto próprio, e, sim, pela CLT”. Esse entendimento contraria o direito da trabalhadora à condição de trabalhadora rural. Dessa forma, nas audiências a defesa das empresas se utiliza do argumento de que o trabalhador rural, que está de sol a sol nos afazeres de limpa de mato, plantio, adubação e colheita da cana deve ser equiparado a um industriário, categoria profissional enquadrada pela CLT, deixando de lado o Estatuto do Trabalhador Rural e levando-os a perder parte ou a integralidade de seus direitos.

O processo de n. 289/1987 também trata dessa questão. O sujeito que moveu a ação judicial era trabalhador rural da Usina Santa Maria de Pilões e alegou ter sido demitido sem justa causa, prestava serviços à empresa havia nove anos e nove meses. O trabalhador reclamou os seguintes direitos: férias, 13º Salário, repouso renumerado, diferença salarial, indenização e salário família. Durante a tramitação das audiências, houve divergências de argumentos tanto do trabalhador quanto do empregador quanto à veracidade dos fatos. Na contestação, tal qual o caso anterior, o trabalhador foi considerado pela empresa como industriário, apesar de explicitamente reconhecê-lo como trabalhador rural: “evidente que o promovente é trabalhador rural, mas sendo de usina de açúcar, como é a suplicante, está equiparado a industriário para todos os efeitos legais nos termos das Súmulas 57 do TST e

196 do Supremo Tribunal Federal”³⁴. Ou seja, a defesa reconhece que o exercício da atividade possui uma natureza rural, mas juridicamente deve ser enquadrado como industriário. Essa questão torna-se delicada, pois nem sempre a defesa do empregador vai usá-la, sobretudo se o enquadramento como trabalhador rural ou industriário favorecer o empregado em detrimento da empresa. Nesse caso, o empregador reconhece a categoria do empregado, mas tenta enquadrá-lo na categoria de industriário, obviamente, para dirimir seus custos. Dessa forma, podemos entender que as interpretações das leis são disputadas de acordo com as conveniências das partes. Mesmo sabendo que o empregado realizava atividades como limpa do mato, plantação ou corte da cana, não sendo, portanto, industriário.

Estas foram algumas das manobras vistas nas entrelinhas dos processos. Cada parte defende seus próprios interesses e se vale de certas estratégias frente às demandas solicitadas.

³⁴ Súmula nº 57 de 1974 do TST dispõe que: “Os trabalhadores agrícolas das usinas de açúcar integram categoria profissional de industriários, beneficiando-se dos aumentos normativos obtidos pela referida categoria. Disponível em:

https://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-57

Acessado em: 06/08/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tratou da trajetória dos trabalhadores rurais na luta por direitos no Brejo paraibano, dado algum destaque na luta por direitos trabalhistas por parte de empregados da Usina Santa Maria, localizada nos municípios de Areia, Pilões e Serraria no estado da Paraíba. Elegemos como recorte cronológico para esta investigação os impactos do Proálcool, por um lado, e o processo de redemocratização, por outro, delimitando assim, questões do final da década de 1970 ao início da de 1980. Este período foi basilar para a seleção das fontes primárias do SEDUP da primeira metade da década de 1980 e da Justiça do Trabalho, nas quais selecionamos os autos-findos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira entre os anos de 1987 e 1988.

As fontes judiciais, apesar de ganharem maior destaque no último capítulo, foram norteando o tempo todo o desenrolar da investigação. A partir delas foi necessário fazer um levantamento historiográfico para poder embasar a forma de interpretação. Desse modo, até chegarmos na análise das fontes selecionadas, fomos percorrendo um caminho que tratasse das transformações socioeconômicas na região do Brejo Paraibano.

Para tanto, discutimos as mudanças ocorridas na Paraíba, sobretudo a partir da década de 1970, quando a produção alcooleira foi significativa nesta região, acarretando alguns avanços, mas sobretudo impactos negativos na vida do trabalhador rural. Além disso, mostramos a disparidade ocorrida nas relações de trabalho e moradia dos camponeses a partir da criação do Proálcool na região do Brejo Paraibano e como foram emergindo os conflitos pelo acesso e uso da terra e por direitos trabalhistas no decorrer da década de 1980.

Em seguida, buscamos apontar a importância dos movimentos sociais na chamada redemocratização, em que as mobilizações ganharam força. Tratamos também da Igreja Católica e seu papel frente aos conflitos em favor da classe trabalhadora, sobretudo após a chegada do grande articulador D. José Maria Pires, na Paraíba. Nesse contexto de organização e articulação dos trabalhadores no Brejo, destacamos a ocorrência das semanas sindicais, entre os anos de 1981 e 1986, com destaque para a primeira greve canavieira da Paraíba, em 1984. Este evento proporcionou visibilidade para as demandas trabalhistas do campo, além de provocar a opinião pública paraibana. Momento ímpar em que os trabalhadores cruzaram os braços pela primeira vez, largando o eito de cana para ocupar espaços na cidade e reivindicar direitos, transformando-se em “sujeitos visíveis” perante a

sociedade. A primeira greve paraibana durou uma semana e teve apoio de diversos segmentos sociais, com destaque para Igreja Católica, CEBs e sindicatos urbanos.

No último capítulo dedicamos alguns parágrafos para tratar da Usina Santa Maria, que atingiu seu auge com o fomento do Proálcool, mas entrou em crise com o enfraquecimento e término do programa até decretar falência total no início da década de 1990. Além disso, a empresa estava com uma dívida altíssima referente a custos trabalhistas, levando centenas de trabalhadores recorrerem à Justiça do Trabalho. Com a criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira (JCJ-Gba), em 1987, houve uma demanda de ações trabalhistas, dentre elas podemos citar 92 ações contra a empresa que foram utilizadas para nossa pesquisa. Ainda nesse contexto, analisamos as reclamações trabalhistas e identificamos algumas estratégias empregadas pelas partes capital e trabalho.

Um dos pontos que mais nos chamou a atenção foi o alto quantitativo de ações arquivadas, com mais de 60%. Este percentual nos fez levantar algumas hipóteses, dentre elas foi o contexto da região que apresenta poucas oportunidades de trabalho. Manter uma ação na Justiça do Trabalho nessas condições poderia causar prejuízos frente as novas investidas de trabalho.

O contexto descrito, apesar de ter tratado de um recorte e região específica, buscou dialogar com outros espaços e realidades similares de lutas e de conquistas para os trabalhadores rurais e canavieiros.

Espero que ao término desta Dissertação, apesar de sua limitação e de diversas dificuldades pessoais que impactaram seu desenvolvimento, possa ter ajudado a conhecer um pouco de parte da história dos trabalhadores rurais assalariados da Usina Santa Maria, localizada no Brejo Paraibano.

ACERVOS E BIBLIOGRAFIA

Acervos:

- Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB) – acervo físico;
- Serviço de Educação Popular (SEDUP) – acervo físico.

Bibliografia:

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**. Editora Brasiliense, 1973.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

CABRAL, Catherine Soffiati. **Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Sociologia/Universidade Federal da Paraíba, 2022.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo** – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Simone Pereira de Carvalho. A Produção de Álcool: do Proálcool ao contexto atual. **Anais do XLX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina, julho de 2007.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE (CCV). **Relatório final: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988**. Sérgio Sauer et al. (orgs). Brasília: Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos, UnB, 2015.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A Tessitura dos Direitos**: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953- 1964. São Paulo: LTr, 201.

COSTA, Lidineide Vieira da. **A conquista de direitos trabalhistas**: lutas sociais dos Assalariados rurais da cana-de-açúcar no agreste e brejo paraibano (1980 – 1987). João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2019.

DABAT, Christine Rufino; LIMA, Socorro de Abreu e. **Trabalhadores em sociedades açucareiras**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

DABAT, Christine Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 359-400.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora. Universitária da UFPE, 2012.

DABAT, Christine Rufino. Os arquivos do TRT da 6ª Região enquanto fonte para a História Social de Pernambuco. **III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. Recife: Nova Livraria, 2008, p. 139-162.

ESTEVAM, Diognnys Cardoso. **Trabalho infanto-juvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. João Pessoa: Mestrado em História / Universidade Federal da Paraíba, 2019.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu. **A ação da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande- PB**. João Pessoa: Mestrado em Geografia/ Universidade Federal da Paraíba, 2014.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, CNPQ, 1989.

GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.). **O Brasil republicano – v. 4. O tempo do regime autoritário: Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton. [at. al.]. **Ditadura: O que resta da transição?** Ed. São Paulo. Boitempo, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária -**

natureza e comportamento 1964-1990. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgar; MOREIRA, Emília R. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

MITIDIERO JR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e ação da Comissão Pastoral da Terra no estado a Paraíba. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia/Universidade de São Paulo, 2008.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, E. R. F., TARGINO, I., PENHA, J. P., PEREIRA, M. P. B. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba. **Revista da ABET**, v. I, n. 1/2, 2001.

MOREIRA, Orlandil de Lima. **Educação Popular na Paraíba**: memória e história do SEDUP. Curitiba: CRV, 2021.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história- vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Assassinatos no campo**: crimes e impunidade. (1964-1985). São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986. Disponível em: <https://mst.org.br/download/dossie-assassinatos-no-campo-crime-e-impunidade-1964-1985/> Acessado em: 13/10/2022.

O Trabalhador Rural. Brasília, ano 6, n.29, set.-out. 1984.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análise de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2015, p. 139-157.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **A trajetória religiosa-política do Padre Luigi Pescarmona (1960-2010): entre o *habitus* partição e o assistencial**. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 103-114, 1977.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, vol.14, n.26, p. 257-344, 2009.

PONTE, Graciete Dias. **De assalariados a assentados: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no Município de Pilões – PB**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/Universidade de Santa Catarina, 2011.

PRIORI, Angelo. A revolta Camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol.2: Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 117-142.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas**. Campinas: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Estadual de Campinas, 2000.

RICCI, Rudá. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: Papel do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:**

condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/ –São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SABOURIN, Eric. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos. **Análise social e econômica dos assentamentos rurais do município de Areia-PB**. Recife: Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014, p. 59-60.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). **Relatório: Reconstituição da história**. Guarabira- PB, 2004.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). **Os trabalhadores rurais e o movimento sindical no Brejo paraibano**. Guarabira: SEDUP (Relatório), 1986.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). **Geração de Renda com Mulheres Trabalhadoras do Projeto de Assentamento São Francisco – Pilões – Paraíba**, 2002.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SILVA, Raquel Rocha da. **Questão agrária e luta por direitos trabalhistas em uma região açucareira (Pilões – PB, 1987)**. Guarabira: Trabalho de Conclusão de Curso/Licenciatura em História/UEPB, 2015.

SILVA, Waléria Kássia Martins da. **Dos Sindicatos dos Padres à Igreja Viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano da década de 1960**. - João Pessoa: Mestrado em História / Universidade Federal da Paraíba, 2020.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1987.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: Um estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano. Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1988.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). **A história da Justiça do Trabalho no Brasil: multiplicidade de olhares**. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011.